



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

SÔNIA ANDRÉA PIMENTEL RODRIGUES FERREIRA

**AS REPERCUSSÕES DO PROUNI NA VIDA PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DA UNAMA**

**BELÉM-PARÁ
2016**

SÔNIA ANDRÉA PIMENTEL RODRIGUES FERREIRA

**AS REPERCUSSÕES DO PROUNI NA VIDA PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DA UNAMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais, sob orientação da Prof^a Dr^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira.

**BELÉM-PARÁ
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Ferreira, Sônia Andrea Pimentel Rodrigues, 1974-

As Repercussões do ProUni na vida profissional dos egressos da Unama / Sônia Andrea Pimentel Rodrigues Ferreira. - 2016.

Orientadora: Ney Cristina Monteiro de Oliveira Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

1. Ensino superior e Estado - Belém (PA). 2. Universidades e faculdades particulares - Belém (PA) - Ex-alunos. 3. Bolsas de estudo - Belém (PA). 4. ProUni (Programa). I. Título.

CDD 22. ed. 379.121.4098115

SÔNIA ANDRÉA PIMENTEL RODRIGUES FERREIRA

**AS REPERCUSSÕES DO PROUNI NA VIDA PROFISSIONAL DOS
EGRESSOS DA UNAMA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas Educacionais.

Data: 17/03/2016

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Ney Cristina Monteiro de Oliveira-Orientadora
UFPA-Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Maria Josefa de Souza Távora
UEPA- Universidade do Estado do Pará

Prof^a. Dr^a Terzinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos
UFPA-Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ronaldo Marcos Lima de Araújo
UFPA-Universidade Federal do Pará
Suplente da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, por ter possibilitado o presente que foi ingressar no mestrado por duas vezes e acumular meus conhecimentos sobre o ProUni e perceber que qualquer Programa que envolva os filhos da classe trabalhadora será desafiador.

A minha família: Meus pais Benedito (in memória) e Hilcenice de setenta e nove anos que sempre me incentivaram a estudar mesmo sendo analfabetos. Ao meu marido, Marcos Paulo professor de Geografia, por ser da área da educação compreendeu e compartilhou cada passo de minha trajetória acadêmica, sempre me incentivando a não desistir de meus sonhos, por vezes abdicou de minha companhia e nunca me deixou só, relia meu texto, a ele toda minha gratidão e amor. A minha filha, Sofia hoje com quatro aninhos e meio que vivenciei comigo os momentos de aflições e dificuldades, principalmente porque disputava minha atenção com a dissertação, quando eu me afastava, ela ia teclar no meu texto.

A minha amiga, a professora Vilma Brício que sempre me incentivou a retornar à universidade, a prosseguir meus estudos, ajudou nas releituras do meu texto e nos momentos de dificuldades que vivi, obrigada pela amizade e pelo apoio, você vale por um milhão de amigos.

A Profa. Dra. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos por ter aceitado participar da banca de defesa desta dissertação e pelas contribuições sempre sábias, esclarecedoras e sinceras na indicação de referências e no delineamento dos caminhos teórico-metodológicos, os quais seguiram a pesquisa, bem como, por seu aprofundamento nos estudos científicos no tocante à relação público-privado na educação.

Ao Prof. Dr. Antonio Chizzotti sinto-me honrada por ter aceitado participar da banca de qualificação, sobretudo pelas valiosas contribuições que incidiram na construção desta pesquisa.

A professora Prof^ª. Dr^ª. Maria Josefa de Souza Távora que participou gentil da banca de defesa desta dissertação compartilhando seus conhecimentos na consolidação da pesquisa.

A minha orientadora, Professora Ney Cristina Monteiro de Oliveira, agradeço por ter acreditado que a pesquisa seria possível, principalmente nas visitas a campo para que tivéssemos acesso aos dados na Unama, pelas diversas orientações, agradeço também pela paciência e consideração que sempre teve comigo, entendendo minhas dificuldades em conciliar trabalho, casa, filho e o desenvolvimento da pesquisa, que tornaram-se exaustivas. Não tenho palavras para agradecer.

Aos mestres com carinho: Profa. Rosana Gemaque, Profa. Marilena Loureiro, Prof. Ronaldo Lima, Profa. Terezinha dos Santos, Profa. Olgaíses Maués e a Profa. Vera Jacob minha primeira orientadora que muito me ensinou. Meu eterno agradecimento.

A Universidade da Amazônia que nos possibilitou desenvolver a pesquisa dentro da legalidade e nos limites do sigilo, bem como, a todos, os ex-bolsistas do ProUni da Unama, meus sinceros agradecimentos, pois sem seus depoimentos esta dissertação continuaria sendo um sonho impossível para a autora.

FERREIRA, Sônia Andréa Pimentel Rodrigues. **As repercussões do ProUni na vida profissional dos Egressos da Unama.** Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

RESUMO

O presente trabalho analisou as repercussões do Programa Universidade Para Todos-ProUni na vida profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama, em Belém do Pará. Para tanto, fez-se necessário discorrer sobre as Políticas de acesso e permanência ao Ensino Superior a partir da década de 1990 no cenário educacional brasileiro. O percurso metodológico da pesquisa foi embasado na abordagem qualitativa realizado por meio do Estudo de Caso, para o qual foi selecionada a Universidade da Amazônia-Unama. Como instrumentos de coleta de dados e informações foram utilizados questionários enviados aos egressos e análises de documentos disponibilizados pela instituição. Foi realizada também a revisão bibliográfica e como forma de tratamento das informações coletadas, a análise documental e a análise de conteúdo. Paradoxalmente, as análises evidenciaram os aspectos contraditórios que compõem o ProUni. Por um lado, os investimentos de verbas públicas são destinados às instituições privadas de ensino superior, favorecendo-as duplamente ao longo do histórico do Programa, tanto na ocupação das vagas ociosas quanto pela isenção de impostos e contribuições. Por outro lado, conclui-se que as dificuldades e desafios vivenciados pelos egressos foram diversas, o ProUni permitiu o acesso a uma reduzida parcela da população de baixa renda ao ensino superior, apresentando-se limitado, no que diz respeito à permanência, pois não garantiu apoio as diversas despesas no percurso acadêmico destes estudantes.

Palavras-chave: Política de Ensino Superior, Egressos, ProUni.

FERREIRA, Sônia Andrea Rodrigues Pimentel. The ProUni impact on the professional lives of graduates of UNAMA. Dissertation (Master of Education), Institute of Educational Sciences, Federal University of Pará, Belém, 2016.

ABSTRACT

This study analyzed the impact of the University for All Program-ProUni in the professional life of graduates of the University of Amazonia-UNAMA, in Belém do Pará. To do so, it was necessary to discuss the access policies and permanence to Higher Education from 1990s in the Brazilian educational scenario. The methodological research route was based on a qualitative approach made through the Case Study, for which he was selected Amazon University-UNAMA. As data collection instruments and information were used questionnaires to graduates and analysis of documents provided by the institution. It also carried out the literature review and in order to process the information collected, the document analysis and content analysis. Paradoxically, the analysis showed the contradictory aspects that make up the ProUni. On the one hand, public funds investments are aimed at private higher education institutions, encouraging them twice during the history of the program, both in the occupation of unfilled vacancies as the exemption of taxes and contributions. On the other hand, it appears that the difficulties and challenges experienced by the students were diverse, ProUni allowed access to a small portion of the population of low-income to higher education, presenting limited, with regard to the stay, do assured support various expenses in the academic journey of these students.

Keywords: Higher Education Policy, graduates, ProUni.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do número de instituições segundo a categoria administrativa– Brasil-2003-2013.....	64
Tabela 2: Evolução do número de matrículas na graduação presencial, segundo a categoria administrativa – Brasil 2003-2013	67
Tabela 3: Evolução do número de ingressos por processo seletivo e concluintes da graduação, segundo a categoria administrativa – Brasil 2003-2013	69
Tabela 4: Evolução do número de vagas ociosas em instituições, segundo a categoria administrativa - Brasil, 2003-2012	74
Tabela 5 – Distribuição de inscritos nos dez cursos mais procurados no ProUni no Brasil em 2015.....	95
Tabela 6: - Relação das loterias, distribuição de arrecadação e a porcentagem de repasse ao fundo de financiamento estudantil pela Caixa Econômica Federal.....	103
Tabela 7- Percentual de financiamento de 25%	107
Tabela 8- Evolução das matrículas por modalidade de ensino Presencial e a Distância no Brasil no período de 2003-2013.....	113
Tabela 9- Evolução de bolsas ofertadas pelo ProUni no Brasil 2005-2014.....	183
Tabela 10 – Número de inscritos e bolsas ofertadas para os processos seletivos Brasil 2005-2014.....	118
Tabela 11 - Bolsas ofertadas e ocupadas na cidade de Belém no ProUni no período de 2005-2013.....	124
Tabela 12- Distribuição dos cursos por Ies privadas na modalidade Ead no Estado do Pará 2005-2014.....	126
Tabela 13- Distribuição dos cursos da Unama pesquisados no ProUni 2009-2014.....	137
Tabela 14- Razões pela escolha da Unama.....	148
Tabela 15- Distribuição das dificuldades acadêmicas durante o curso.....	151
Tabela 16- Distribuição das dificuldades financeiras.....	153
Tabela 17- Pontos positivos do ProUni.....	155
Tabela 18- Pontos negativos do ProUni.....	157
Tabela 19- Influência do ProUni em sua vida profissional.....	159
Tabela 20- Influência do ProUni em sua vida social.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As mudanças na legislação do ProUni 82

Quadro 2- Financiamento para bolsas parciais dependendo da mensalidade.....104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos egressos no Brasil concluintes no ProUni 2005- 2014.....	93
Gráfico 2- Frequência de alunos FIES e ProUni nos cursos definidos como prioritários	96
Gráfico 3- Modalidade de ensino presencial e a distância no ProUni-2005-2014.....	114
Gráfico 4 – Oferta de bolsas por região do Brasil no período de 2005-2014.....	117
Gráfico 5 – Oferta de bolsas da região norte período 2005-2014.....	120
Gráfico 6- Distribuição dos municípios que concentram o maior número de instituições privadas do ProUni no período de 2005-2013 no Estado do Pará.....	123
Gráfico 7- Faixa etária dos egressos.....	138
Gráfico 8- Raça/cor dos egressos.....	139
Gráfico 9- Distribuição da faixa salarial.....	149

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
ABRUC - Associação Nacional das Universidades Comunitárias
AIEC-Associação Internacional de Educação Continuada
ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANDIFES- Associação de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológico
CEPAL-Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CESEP-Centro de Serviços Educacionais do Pará
CESUPA-Centro Universitário do Estado do Pará
CF- Constituição Federal
CFE – Conselho Federal da Educação
CLIFA-Clínicas de Fonoaudiologia
CLINTO-Clínicas de Terapia Ocupacional
CLIPSI-Clínicas de Psicologia
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNE- Conselho Nacional de Educação
COFINS- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONAP- Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa
Universidade para todos
CREDUC- Programa Crédito Educativo
CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEED_ Departamento de Estudos Especializados em Educação
EAD- Educação á Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ESMAC-Escola Superior Madre Celeste

ETAJ- Escritório Técnico de Assistência Jurídica e Judiciária
ETEA- Escritórios Técnico de Engenharia e Arquitetura
ETEAC -Escritórios - Técnico de Economia, Administração e Contabilidade
FACI-Faculdade Ideal
FACINTER- Faculdade Internacional de Curitiba
FAP-Faculdade do Pará
FATEC- Faculdade de Tecnologia Internacional
FAT-Faculdade Tapajós
FAZ-Faculdade da Amazônia
FEAPA-Faculdade de Estudos Avançados do Pará
FIBRA-Faculdade Integrada Brasil Amazônia
FICOM-Faculdades Integradas do Colégio Moderno
FIES – Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior
FISIOCLÍNICA-Clínicas de Fisioterapia
FIT-Faculdades integradas do Tapajós
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATS- Acordo Geral de Comércio de Serviços
GESTAMAZON- Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Estado e Educação na Amazônia
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IESP-Instituto de Ensino Superior do Pará
IFES_ Instituições Federais de Ensino Superior
IFET- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES – Instituições Públicas de Ensino Superior
IRV- Iniciativa Via Rápida
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MARE- Ministério da Administração e da Reforma do Estado
MEC – Ministério da Educação
MP - Medida Provisória
OMC – Organização Mundial do Comércio
PARFOR-Plano Nacional de Formação de Professores

PBP- Programa Bolsa Permanência
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
PDRAE -Plano Diretor da Reforma do Estado
PIB- Produto Interno Bruto
PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIS-Programa de Integração Social
PL- Projeto de Lei
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE- Plano Nacional de Educação
PPAS - Plano Plurianuais
PPPs – Parcerias Público-Privadas
PROUNI- Programa Universidade Para Todos
PROUNI- Programa Universidade Para Todos
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU- Secretaria de Ensino Superior
SIEDSUP - Sistema de Informações Educacionais do Ensino Superior
SINAES- Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SIS- Síntese dos Indicadores Sociais
SISFIES - Sistema Informatizado do FIES
SISPROUNI- Sistema do ProUni
SISU-Sistema de Seleção Unificado
TCU- Tribunal de Contas da União
UAB- Universidade Aberta do Brasil
UCB- Universidade Castelo Branco
UCDB- Universidade Católica Com Bosco
UEPA-Universidade Estadual do Pará
UFPA- Universidade Federal do Pará
UFRA- Universidade Rural da Amazônia
ULBRA- Universidade Luterana do Brasil
UMESP- Universidade Metodista de São Paulo
UNAMA-Universidade da Amazônia

UNESCO-Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICID- Universidade Cidade de São Paulo

UNIDERP- Universidade Anhanguera

UNIP- Universidade Paulista

UNISSELVI- Centro Universitário Leonardo da Vinci

UNISSUL-Universidade Sul de Santa Catarina

UNIUBE- Universidade de Uberaba

UNOPAR-Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. A REFORMA DO ESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DA DE 1990	35
1.1 Antecedentes à reforma do Estado.....	35
1.2 O Banco Mundial e suas interferências na educação superior	40
1.3 A Reforma do Estado a partir da década de 1990	46
1.4 AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO (LDB, PLANOS NACIONAIS e PDE: Ações que ampliam o acesso do ensino superior.....	52
1.5 O ProUni no contexto das parcerias público-privadas no ensino superior	71
2. O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	78
2.1 A concepção do Programa Universidade Para Todos	78
2.2 Os Marcos legais de criação do ProUni	81
2.3 O ProUni nos documentos do TCU	88
2.4 Movimentos de resistência Andes e Andifes.....	98
2.5 FIES: Programa de Permanência ao ensino superior privado.....	102
2.6 A EAD no ProUni: ampliação das fronteiras geográficas no ensino superior no Brasil, no Estado do Pará e na cidade de Belém.....	109
2.7 A expansão do ProUni no Brasil, no Pará e na cidade de Belém.....	165
2.8 O Estado do Pará e cidade de Belém no Contexto do ProUni.....	121
3. O PROUNI NA UNAMA: A VISÃO DOS BOLSISTAS EGRESSOS NO PERÍODO DE 2009 A 2014.....	129
3.1 A implantação do ProUni na universidade da Amazônia: Conhecendo o histórico da Unama.....	130
3.2 Perfil dos egressos no ProUni: O que dizem os dados e os ex-bolsistas da Unama.....	136
3.3 Os desafios para a conclusão no Ensino Médio.....	143
3.4 A percepção dos egressos sobre o ProUni na Unama.....	147

CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	168
ANEXO 1 - Tabela 9- Evolução de bolsas ofertadas pelo ProUni no Brasil 2005-2014.....	183
APÊNDICE A - Carta de apresentação.....	184
APÊNDICE B - Questionário sócioeconômico para os bolsistas do ProUni.....	185
ANEXO 2 - Ofício de autorização para o acesso de documentos referente à situação das bolsas do Programa na Unama.....	190

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Ferreira, Sônia Andrea Pimentel Rodrigues, 1974-

As Repercussões do ProUni na vida profissional dos egressos da Unama / Sônia Andrea Pimentel Rodrigues Ferreira. - 2016.

Orientadora: Ney Cristina Monteiro de Oliveira Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

1. Ensino superior e Estado - Belém (PA). 2. Universidades e faculdades particulares - Belém (PA) - Ex-alunos. 3. Bolsas de estudo - Belém (PA). 4. ProUni (Programa). I. Título.

CDD 22. ed. 379.121.4098115

INTRODUÇÃO

A motivação para realização desta investigação sobre o ProUni está alicerçada em nossa trajetória acadêmica integralmente cursada na rede pública, desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Com muitas dificuldades, ingressamos no Ensino Superior, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Durante os estudos na academia, a rotina de trabalhar durante o dia e cursar Pedagogia à noite foi desafiadora, principalmente devido a alguns fatores como: falta de tempo, insegurança que os alunos do turno da noite vivenciavam, dificuldades nos transportes e dificuldade de aquisição de material didático-pedagógico. Não obstante a vontade de obter uma formação superior fez-nos superar qualquer obstáculo.

Após ter concluído o Curso, seguiu-se a aprovação em Concurso Público para atuar na coordenação pedagógica em escolas Públicas de Ensino Médio¹. Nesse contexto, surgiu a oportunidade de contato com jovens que iriam prestar vestibular para o ingresso no ensino superior público. Contudo, se não obtivessem êxito nas universidades públicas, tentariam as bolsas do ProUni, como outra oportunidade de prosseguimento nos estudos, só que em instituições privadas. Diante destas novas possibilidades que se apresentavam aos jovens de baixa renda para ingresso no ensino superior, sentimo-nos motivada a investigar a realidade deste Programa como fator de mudança na vida das pessoas selecionadas que ingressaram, e concluíram, seus respectivos cursos inseridos nessa Política Pública.

Os estudos na pós-graduação iniciaram-se com a especialização em Docência no Ensino Superior, em 2008, na Universidade Estadual do Pará (UEPA). No mesmo período nos tornamos professora universitária, o que nos inseriu no universo do Ensino Superior. Por isso, na fase de conclusão dos estudos, optamos em dissertar sobre o ProUni, por sua relevância social e acadêmica para os ingressantes nessa política, bem como por sua importância para as instituições privadas.

¹ Os alunos das camadas populares concluintes do ensino médio ainda sonham e anseiam pela universidade pública, o que lhes parece a melhor opção para graduar-se e, assim, buscar uma melhor oportunidade de trabalho no mercado cada vez mais competitivo (D'AVILA, 2006). Acesso ao ensino superior e o projeto de "ser alguém" para vestibulandos de um cursinho popular disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000200016&script=sci_arttext acessado em 05/04/2014. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2006.

Nessa fase desenvolvemos um estudo que abordava a implantação do Programa na cidade de Belém e seus desdobramentos, estendidos a 25 (vinte e cinco) instituições privadas. Nossas considerações apontaram para a adesão em massa dessas entidades ao Programa, sendo a Universidade da Amazônia (Unama) a que disponibilizou maior oferta de bolsas no ProUni, do início de 2005 até 2009, fase que representa o início do Programa e a previsão para defesa da pesquisa.

Em decorrência dos resultados provenientes da monografia de especialização, inferimos, por sua vez, que o Programa foi relevante para as instituições privadas por diversas razões: diminuição das vagas ociosas nas universidades que aderiram ao Programa; redução do pagamento de impostos e de contribuições devidos ao governo do Estado; status trazido às coordenações gerenciadoras do Programa nas instituições privadas, pois o ProUni lhes incutiu uma suposta popularidade, por serem credenciadas a um Programa do Governo Federal, sobretudo para as faculdades iniciantes.

Dos estudos realizados, conferimos que o ProUni, do ponto de vista socioeconômico, é de suma importância para os alunos que não conseguem acesso às instituições públicas, uma vez que surge uma nova oportunidade de ingresso no ensino superior, considerando-se que o acesso a este tipo de ensino no Brasil ainda é muito restrito, pois a maioria dos jovens de 18 a 24 anos não consegue ingressar numa universidade, como aponta dados do INEP, (INEP, 2013, p. 23),

A taxa de escolarização líquida é igual a 14,6% e, quando se inclui no cálculo da taxa de escolarização líquida o percentual da população da faixa etária de 18 a 24 anos que concluiu um curso superior, esse valor corresponde a 17,8%.

Apesar do crescimento da taxa de 12% para 14,6% no Ensino Superior, tal aumento não significou o alcance da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que previa 30% de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos matriculados no referido ensino. O desafio proposto pelo PNE (2014-2024) incidia na ampliação da meta para 33% de jovens nesta faixa etária para a próxima década, a partir de 2014.

Em 2009, ingressamos no Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais. Nosso objeto de investigação foi a implantação do ProUni no Estado do Pará em três instituições privadas. Contudo, não obtivemos dados suficientes das instituições pesquisadas, o que embargou a conclusão de nosso projeto,

e posteriormente, por problemas pessoais, o nosso desligamento do Programa de pós-graduação no ano de 2011.

No ano de 2014, ingressamos por um novo processo seletivo para a mesma linha de pesquisa, ainda com o Projeto sobre o ProUni, porém com outro objeto de pesquisa. Agora, sob nova orientação, resolvemos analisar o Programa sob a ótica dos egressos, pois decorridos mais de 03 anos daquela pesquisa interrompida, podemos, hoje, analisar as repercussões do Programa na vida profissional dos egressos. Para tal, selecionamos a Universidade da Amazônia-Unama como local da pesquisa, já que em nossos estudos antecedentes, destacamos a relevância dessa Instituição no ProUni. Inserida no Programa, por ser uma instituição privada com fins lucrativos, e por ofertar o maior quantitativo de bolsas até 2014, conseqüentemente significava também o maior número de egressos, critérios de elegibilidade que fundamentou nossa investigação.

Criado em 2004, e materializado em 2005, o Programa Universidade Para Todos (ProUni) foi anunciado pelo Governo Federal como símbolo de “democratização da educação superior brasileira”, tendo como objetivo conceder bolsas integrais da mensalidade, em Instituições Privadas, a estudantes universitários com renda mensal familiar per capita de até um salário mínimo e meio; e bolsas parciais (50%), a estudantes com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

A lei de criação do ProUni, 11.096, em seu art. 1º, incisos 1º e 2º, define o público alvo do Programa, isto é, a bolsa Integral será destinada a “brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio”; enquanto que a Parcial será limitada a “brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos”.

No Brasil, o ProUni já concedeu, no período de 2005 a 2014, um total de 306, 7 mil bolsas de estudos. Destas, 873.648 são integrais, o que corresponde a 69%; e 400.017 são parciais, representando 31%. Destacamos que na região Norte, o Estado do Pará recebeu o maior quantitativo de bolsas do Programa, totalizando 25.318 beneficiados até 2014 (MEC, 2014).

Para delimitar nossa pesquisa sobre o ProUni, realizamos o levantamento bibliográfico de trabalhos que examinaram as Políticas Públicas Educacionais, as Políticas de Ensino Superior, o ProUni, as concepções de egressos de ensino superior, entre outros temas correlatos. Essa primeira etapa de levantamento da produção

bibliográfica sobre a temática nos serviu de suporte para construir o objeto de pesquisa e definir o arcabouço teórico que nos possibilitou sua análise. A revisão da literatura nos permitiu o acesso ao material constituído principalmente de livros, artigos científicos e dissertações defendidas (PÁDUA, 2000). O acesso a artigos científicos e às dissertações e teses foi possibilitado pelas bases de dados, tais como: Banco de Tese da Capes, no *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), GT Educação Superior da ANPED, entre outros.

No que tange às políticas de acesso ao ensino superior, a partir do levantamento realizado, entendemos que diversos fatores explicam o não acesso das camadas de baixa renda às instituições públicas. Dentre eles citamos o número reduzido de vagas existentes, quadro que vem sendo minimizado por meio das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE²), criado em 2007, que tem como centralidade o acesso, a permanência e a formação docente. Isso porque, segundo o Censo da Educação Superior 2010, o número de matrículas nos cursos de graduação aumentou, se compararmos os anos de 2010 e 2011. Em 2010, tínhamos o número de matrícula referente à 3.036.113 (três milhões, trinta e seis mil e cento e treze); já em 2011, as matrículas dobraram para 6.379.299 (seis milhões, trezentos e setenta e nove mil e duzentos e noventa e nove), sendo que, deste total, 74% estão na rede privada.

A ampliação do acesso e da permanência ao Ensino Superior estão alicerçadas também nas ações e estratégias em decorrência dos Programas para as redes privadas: ProUni e FIES; e para a área pública: Reuni e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS), equacionados à Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além da expansão do ensino superior, salientamos o crescimento econômico no Brasil nos últimos anos e a demanda crescente por mão de obra mais especializada (Censo da Educação Superior, 2010, p. 3).

Estes Programas e ações estão inseridos no PDE. No tocante ao ensino superior, o documento prevê a consecução dos princípios:

- a) Expansão de vagas no ensino superior, materializando o acesso a esse nível de ensino;

² Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é uma política do governo federal lançada no ano de 2007. Tem como objetivo a melhoria da Educação Básica, e nesse sentido agrega 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. o PDE está sustentado em seis pilares: i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social (PDE, 2007).

- b) Garantia de qualidade, partindo da tese que o acesso está atrelado a esta ;
- c) Inclusão social pela educação para a demanda oriunda do Ensino Médio;
- d) Ordenação territorial, acesso ao ensino superior para as regiões distantes;
- e) Desenvolvimento econômico e social, em que a educação é concebida como formadora de recursos humanos, elemento fundamental para o desenvolvimento do país.

A conjugação de esforços, tendo como pressupostos os princípios citados acima, buscou impulsionar a educação superior, consolidada, sobretudo, por políticas e programas:

- A criação do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, tem como meta duplicar as vagas nas Universidades Federais, com a duração prevista de cinco anos. O programa oferece R\$ 2 bilhões para distribuir entre as universidades que, em contrapartida, devem melhorar a qualidade dos seus cursos de graduação, a infraestrutura física e os recursos humanos (BRASIL, 2007).
- Instituto Federal Superior instituído pelo decreto nº 6.095, de 2007, estabelece diretrizes para o processo de integração dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia- IFET. Portanto, autorizados a criar cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia (BRASIL, 2007).
- Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo decreto nº 7.234, de 2010, tem como finalidade a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A assistência abrange a moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010).
- Bolsa Permanência, criada pela Portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013, é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) (BRASIL, 2013).
- Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior, a escola e os sistemas estaduais e municipais (BRASIL, 2010).
- O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. A partir de 2007, o FIES foi alinhado ao ProUni no financiamento as bolsas parciais de 50% e complementares de 25%. As regras são as mesmas para os bolsistas: os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições não-gratuitas cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos avaliativos do MEC (BRASIL, 2013).
- Através do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006, o governo federal implantou um sistema nacional de educação superior à distância com a participação de instituições públicas de educação superior e em parceria com estados e municípios, que ofertam a parte logística, ou seja, espaço físico. Em contrapartida, a União oferece corpo docente, tutores e produz o material didático a ser aplicado ao corpo discente (BRASIL, 2009).

Reconhecemos a atuação das políticas educacionais para o ingresso no ensino superior. Contudo, Zago (2006, p. 228) não considera o ingresso ao ensino superior como democratização do acesso, à medida que os jovens de baixa renda neste nível de ensino tem necessidades diversas

[...] uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

Ou seja, não se deve confundir o ingresso no ensino superior por meio do ProUni como o processo de democratização da educação, visto que a democratização inclui a todos e oportuniza a manutenção das condições materiais dos beneficiários que é o pressuposto básico para o êxito destes nos programas sociais.

Deste modo, para analisar as políticas de acesso ao ensino superior visando compreender a realidade constituída nas instituições, alguns autores optaram em pesquisar as contribuições dos cursos para a vida profissional dos egressos de tais políticas.

Entre os estudos levantados sobre políticas de ensino superior, destacamos aqueles sobre egressos do Programa, pois, segundo Sakai e Corsoni Júnior (2004), os estudos com profissionais egressos de cursos de nível superior vêm assumindo materialidade, haja vista que podem ser excelentes indicadores de avaliação em programas educacionais. E estas pesquisas que têm como sujeitos os egressos tornaram possível o acesso a elementos da realidade acadêmica das práticas cotidianas no Ensino Superior, as quais ainda não se encontram em documentos oficiais.

Costa (2008), Almeida (2009), Oliveira (2012), Amaral e Oliveira (2012) analisaram a relevância do ProUni na vida dos egressos. Nas pesquisas desses autores os bolsistas egressos consideram o Programa bem sucedido em relação ao acesso, contudo criticam a ausência efetiva de políticas voltadas à permanência no ensino superior e a conclusão dos estudos.

Costa (2008) dissertou sobre o ProUni, na PUC e em outras 8 (oito) instituições privadas, e a temática central era a visão dos beneficiários do Programa. Os resultados de sua pesquisa destacam o reconhecimento dos bolsistas sobre a política como uma oportunidade de acesso à universidade. Contraditoriamente, ressaltam-se os discursos sobre as dificuldades para permanência em razão de problemas financeiros.

Costa (2012) analisou em sua tese de doutorado intitulada “O ProUni e seus egressos: Uma articulação entre educação, trabalho e juventude” se o ProUni, enquanto Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho e melhorias nas condições socioeconômicas dos egressos do Ensino Superior ex-bolsistas do ProUni, tendo concluído que o ingresso no Ensino Superior ampliou os horizontes dos jovens de baixa renda, oportunizando ampliação de conhecimento, possibilidades de ascensão profissional, acesso ao mercado de trabalho e à mobilidade social diante das dificuldades e desafios aos jovens ex-bolsistas do ProUni.

Almeida (2009) analisou o ProUni sob a ótica dos egressos em uma instituição de Ensino Superior no interior de São Paulo, considerando os aspectos políticos, econômicos, pedagógicos e sociais, e concluiu que 70% dos ex-bolsistas pesquisados confirmam o caráter democratizante no ensino superior. Na contraposição, os demais acreditam que o ProUni não democratiza o acesso ao Ensino superior, pois sua existência ocorre na desigualdade de oportunidades que imperam em nossa sociedade, sobretudo porque não universaliza os estudos aos jovens que desejam prosseguir estudos na rede pública, o que justifica a criação do Programa.

Corroborando com o debate, Oliveira (2012) em sua investigação sobre o ProUni, tendo como centralidade o princípio da igualdade e política de ação afirmativa, destaca a relevância do Programa em relação ao acesso. Entretanto, no que tange à permanência diz ser limitada, considerando a demanda oriunda de egressos do Ensino Médio. O reduzido número de bolsas ofertadas e a ausência de políticas de permanência aos ingressantes poderiam conceber o Programa como uma política de focalização. Esta pesquisa apontou que na visão dos egressos o ProUni, é muito bem avaliado, embora as dificuldades financeiras sobrepõem-se às acadêmicas.

Coelho (2008) analisou em sua tese de doutorado a avaliação dos egressos sobre o “Projeto de Interiorização da UFPA” desenvolvido no interior do Pará, onde foram ofertados Cursos de Licenciatura Plena visando qualificar os professores, tendo como locus de investigação o Campus do Tocantins, Município de Cametá- Pará, no período entre 1992 e 2004. A pesquisa destacou a relevância social e profissional do projeto para os ex-alunos oriundos da Política, sendo fundamental a expansão do ensino Superior para os campi nos interiores do Pará.

A partir desse levantamento inicial, compreendemos que as pesquisas sobre o Ensino Superior a partir de estudos com os egressos assumiu relevância no cenário educacional, como foi evidenciado acima nas investigações já realizadas. Desta forma, para analisar o ProUni no Estado do Pará, mais especificamente na cidade de Belém, delimitamos como nosso objeto de pesquisa *a repercussão do Programa Universidade Para Todos-ProUni na atuação profissional dos egressos da Universidade da Amazônia-Unama*. Delimitamos como recorte temporal o período de 2009 a 2014, pois em 2009 foi o ano em que a primeira turma que ingressou em 2005 concluiu o curso, e 2014 por ser o último ano do qual obtivemos informações sobre os concluintes de ensino superior pelo ProUni na Unama.

Nossa opção pela Unama não foi aleatória, pois esta Instituição tem destaque no cenário local no que tange à oferta de vagas pelo ProUni:

- a) Na cidade de Belém, a Unama é a única Universidade local inserida no programa desde 2005, pois as demais instituições são classificadas como Faculdades, Institutos, Centros de Ensino Superior, Escola de Ensino Superior;
- b) A Unama tem ofertado o maior volume de bolsas de estudos na história do ProUni no Pará, na modalidade presencial e à distância, totalizando 10.945 bolsas de estudo no período de 2005-2014.

A Universidade da Amazônia (Unama) foi “reconhecida pela Portaria Ministerial nº 1.518, de 21 de outubro de 1993 [...]. Em 2007 ocorreu a reforma estatutária, passando a ser uma entidade com fins lucrativos” (PDI, 2011-2015) inserida no ano de 2005 no ProUni, ofertando bolsas de estudos aos egressos do Ensino Médio

A Unama foi à instituição pioneira na oferta de vagas no Ensino Superior Privado no Estado do Pará, desde 1974, conforme destaca o documento gerenciador da instituição. Em sua estrutura curricular ressalta-se o tripé que configura uma instituição de educação Superior por meio do ensino, pesquisa e extensão na capital e interiores (PDI-2011-2015).

A seleção de bolsistas ao ProUni iniciou em 2004. Em 2005, os bolsistas passaram a estudar nas instituições ofertantes de bolsas no Brasil. Já decorridos dez anos, o Programa passou por diversas mudanças, como por exemplo, o número de inscritos no processo seletivo, a diversificação das bolsas, as formas de concessão das bolsas na relação oferta-ocupação, a legislação do ProUni em relação às instituições privadas, as formas de financiamento da bolsa de estudo e o alinhamento com o FIES.

Neste estudo, buscamos avançar nessa discussão à medida que analisamos a importância do Programa de fato, ou seja, sua efetividade, à luz dos egressos, pois acreditamos que o ponto de vista desses atores sociais nos auxiliaram nas reflexões e debates sobre instituições de ensino inserida na Política. Somam-se a isso as pesquisas concluídas e em andamento sobre as dificuldades e desafios postos aos egressos durante o curso e após a saída da universidade, o que nos possibilitou estudar as repercussões do ProUni na formação acadêmica e profissional desses discentes.

Para tanto, nosso recorte histórico compreendeu o período de 2009 a 2014, tempo que representou a conclusão dos cursos das primeiras turmas com um maior número de alunos matriculados inseridas no Programa, ou seja, os primeiros egressos da Política.

Para desenvolver a presente investigação elaboramos o seguinte questionamento central: Quais as repercussões do ProUni na atuação profissional dos Egressos da Unama no período de 2009 a 2014? Para dar conta desta questão central elaboramos 3 questionamentos específicos:

- Quais as implicações da reforma do Estado nas políticas de acesso para o ensino superior e na criação do ProUni?

- Quais as estratégias de ampliação do acesso e permanência promovidos pelas políticas governamentais?

- Quais as possibilidades e os limites do ProUni na ampliação do acesso aos egressos no ensino superior?

A partir da questão de investigação, elaboramos os objetivos que nortearam nossa pesquisa:

GERAL: Analisar as repercussões do ProUni na atuação profissional dos Egressos da Unama no período de 2009 a 2014.

ESPECÍFICOS:

- Analisar as implicações da reforma do Estado nas políticas de acesso para o ensino superior e na criação do ProUni;

- Identificar as estratégias de ampliação do acesso e permanência promovidos pelas políticas governamentais;

- Analisar as possibilidades e os limites do ProUni na ampliação do acesso aos egressos no ensino superior.

A partir da elaboração das questões de pesquisa e de seus objetivos destacamos a relevância do estudo a partir de quatro âmbitos que se cruzam na constituição do objeto: pessoal, social, institucional e acadêmico. Do ponto de vista pessoal, a pesquisa nos possibilita dar continuidade às investigações sobre políticas públicas educacionais iniciadas na Graduação e compreender as políticas públicas de acesso ao ensino superior.

No que concerne ao âmbito social, a pesquisa pode contribuir de forma preponderante para a sociedade, à medida que seus resultados podem instigar uma visão crítica em relação ao ProUni em nossa região. Por fim, no âmbito acadêmico e institucional, a relevância deste trabalho está na possibilidade de mostrar à comunidade acadêmica e à sociedade um estudo científico relevante, ou seja, levar ao conhecimento dos cidadãos e cidadãs os resultados de uma pesquisa baseada numa Política Pública Educacional Nacional desenvolvida na cidade de Belém que produziu conhecimentos sobre a temática e contribuiu com a consolidação de novos estudos nessa área na Universidade Federal do Pará, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, e no Grupo de Pesquisa GESTAMAZON, do qual fazemos parte. Acreditamos que esta Dissertação apresentou elementos que permitiram reflexões acerca da realidade do que foi vivenciado pelos egressos da Unama, no que concerne à atuação profissional dos ex-bolsistas, bem como o acesso da população de baixa renda proveniente de escola pública a esse nível de ensino.

Para trabalhar o objeto de pesquisa proposto, optamos pela elaboração das questões de investigação e dos objetivos pela pesquisa qualitativa, haja vista que nos possibilitou abarcar a dinâmica do cotidiano, aproximando-a com a realidade do ensino superior, desvelando ações e contradições do ProUni a partir do ponto de vista dos sujeitos inseridos neste contexto.

Segundo Chizzotti (2008, p. 221), a abordagem qualitativa em pesquisa “[...] parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Nessa perspectiva, ao deter-se nas repercussões do ProUni aliadas à vida profissional dos egressos do Programa da Universidade da Amazônia, esta pesquisa nos possibilitou analisar a relação entre a realidade do ProUni e os sujeitos que vivenciaram a experiência de formação profissional no Programa.

A abordagem qualitativa nos permitiu ainda delimitar a pesquisa em termos do objeto construído, dos sujeitos selecionados e do local, pois “O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Severino (2012) adverte que a pesquisa na área da educação deve estar alicerçada na legitimidade ética e na sensibilidade política que envolve integralmente a postura e a prática dos pesquisadores em educação. Portanto, nossa dissertação se inseriu nessa conjuntura, tendo como centralidade a concepção dos bolsistas egressos quanto as repercussões do ProUni em suas realidades após a conclusão de seus respectivos cursos.

Ao elegermos um local específico e um grupo determinado de sujeitos de uma realidade particular, esta se constituiu num Estudo de caso. Para André (2005), o estudo de caso se constitui em uma forma particular de estudo e não em método específico de pesquisa, sendo “vantajoso porque possibilita fornecer uma visão profunda, ampla e integrada de uma unidade social complexa” (p. 33). Além disso, o estudo de caso tem um potencial enorme de contribuição aos problemas da prática educacional, ao fornecer informações valiosas que permitem também decisões políticas.

Nesse sentido, nossa pesquisa se inseriu neste tipo de investigação, ao analisarmos uma política pública de acesso ao ensino superior em uma realidade particular no Estado do Pará, em Belém, e na Universidade da Amazônia, no que tange à realidade vivenciada pelos bolsistas egressos da Instituição.

Sobre a utilização e análise de dados no estudo de caso Chizzotti (2008, p. 136) considera que

Constitui-se, pois, em uma busca intensiva de dados de uma situação particular, de um evento específico ou de processos contemporâneos, tomados como “caso”, compreendê-lo o mais amplamente possível, descrevê-lo pormenorizadamente, avaliar resultados de ações, transmitir essa compreensão a outros e instruir decisões.

Ressalta Chizzotti (2008) que o estudo de caso tem o objetivo de explorar um caso singular, situado na vida real contemporânea, sendo contextualizado em tempo e lugar para desenvolver a pesquisa de campo de um caso particular, como dos egressos do ProUni na Unama. Considerando que o Estudo de caso exige a exploração de situações da vida real relacionada ao ProUni, adotamos como instrumentos de coleta de dados o levantamento de documentos e a aplicação de questionários aos estudantes

egressos do ProUni da Universidade da Amazônia, concluintes dos cursos: Direito, Comunicação Social, Administração, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Engenharia Civil.

As informações coletadas a partir desses instrumentos nos permitiram descrever a situação do contexto em que a investigação foi realizada, sobretudo a diversidade de vários cursos pesquisados, dos sujeitos oriundos de várias localidades do Estado do Pará e de outros Estados, que por vezes sobrevivem em condições de vulnerabilidade econômica, pois suas famílias são desfavorecidas economicamente, de acordo com resposta dos pesquisados.

O levantamento de documentos foi realizado no período de 2014-2015 na Universidade da Amazônia por meio de diversas visitas. Na visitação inicial solicitamos autorização para realizar a pesquisa com egressos e assim operacionalizar o acesso aos documentos e a aplicação de questionários.

A partir do levantamento documental tivemos acesso a vários documentos da Universidade da Amazônia sobre o ProUni. Entre eles: Relatório de bolsas por curso e turma e situação da bolsa; Relação de cursos e quantidade de bolsas por ano; Relação dos Bolsistas-FIES; Relação nominal com emails, ano e cursos dos egressos. E por fim, analisamos a UNAMA á luz do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011-2015, documento disponível em sites da internet³.

Outros documentos que deram suporte à pesquisa e ao levantamento de documentos na UNAMA, os quais tivemos acesso por meio da internet, antes de ingresso do mestrado, ainda na fase de construção do projeto para seleção na pós-graduação, foram os documentos oficiais em nível nacional indispensáveis para delimitar e classificar as informações que versam sobre o ensino superior, especialmente sobre o ProUni, tais como: Constituição Federal, de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); Plano Nacional de Educação [PNE] (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001); Projeto de Lei de nº 3.582/2004 de criação do Programa Universidade para Todos; Emenda Constitucional nº 213, que trouxe alterações ao projeto de lei, até ser convertida na Lei nº 11.096/2005, que instituiu o Programa, sendo, finalmente, regulamentada pelo Decreto nº 5.493/2005.

³ http://www.unama.br/institucional/attachments/article/42/PDI_UNAMA_2011_2015_22dez2010.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2014.

Na sequência, consultamos o Sistema do ProUni (SISPROUNI), buscando fazer o levantamento dos dados quantitativos sobre o Programa em nível nacional, bem como do Programa Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES), que financiou as bolsas parciais do Programa. Recorremos aos Relatórios do Tribunal de Contas da União nº 7.631/2008, referente à auditoria feita por esse Órgão sobre o ProUni e FIES, e ao Relatório do Tribunal de Contas da União nº 997/2013, referente ao Monitoramento dos referidos Programas, em órgãos como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE).

Nesse sentido, o arcabouço legal sobre educação, sobretudo sobre ensino superior equacionado aos aparatos normativos sobre o ProUni, permitiu-nos conhecer os rumos que o Programa percorreu até a sua implantação, assim como norteou o levantamento de documentos na Instituição pesquisada.

Segundo Ludke e André (1986, p. 39), “Os documentos constituem-se em uma fonte poderosa de informação, cujos conteúdos podem oferecer evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador”. Dessa forma, os documentos levantados nos forneceram informações contextualizadas sobre o ProUni na Unama, pois tais documentos foram construídos naquele determinado contexto.

A partir da análise dos documentos recolhidos, formulamos os questionários que foram aplicados aos egressos da Unama. O questionário, segundo Gil (1999, p. 128) pode ser definido

[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

A aplicação de questionário permitiu abranger um quantitativo considerável de informações no momento da coleta de dados junto aos egressos dessa política pública, isto porque a demanda acadêmica escolhida, bem como a forma de preenchimento, possibilitaram a sua agilidade, ensejando a codificação das informações e sua tabulação (BARROS, 2010).

Entretanto, vale ressaltar sobre as dificuldades para coleta dos dados presencial na instituição. Mesmo preservando a identidade dos sujeitos da pesquisa, precisamos reorganizar a forma da coleta de dados. De posse do documento “Relação nominal com emails, ano e cursos dos egressos” decidimos enviar os questionários por email para 500

ex-alunos do ProUni da Unama dos cursos investigados, ou seja, aos concluintes das turmas de 2009 a 2014. Optamos pelo questionário misto, com uma primeira parte composta por questões fechadas, objetivas, visando traçar o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa, que contemplavam demandas relacionadas às características pessoais, familiares, sociais e econômica; escolaridade dos pais, idade, gênero, estado civil, número de filhos, tipos de família, situação de trabalho, salários e outros.

A segunda parte do questionário foi constituída por questões abertas, com perguntas que exigiam o relato das experiências pessoais concretas vivenciadas, durante e após o curso na Unama pelo ProUni. Logo, a listagem contava com todos os egressos do ProUni que abrangia o período de 2005 a 2014, fase que compreendia o início da política até a fase atual.

Os questionários foram aplicados aos egressos dos cursos que possuíam o maior número de alunos pagantes, conseqüentemente onde havia a maior concentração de bolsas de estudos, a exemplo dos cursos de Direito, Comunicação Social, Administração, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Engenharia Civil. No histórico do Programa, a concentração de bolsas obedece à seqüência de cursos elencados acima, respectivamente. Além disso, uma pequena parcela de bolsistas parciais (50%) do ProUni contrataram o FIES, o que potencializou nossa investigação em relação ao acesso e permanência.

Do quantitativo dos 500 (quinhentos) questionários, 200(duzentos) dos e-mails dos cursos escolhidos para a pesquisa estavam inválidos, pois a mensagem dos e-mails retornavam automaticamente, e não obtivemos subsídios da instituição para resolver esta situação; 30(trinta) exigiram condicionalidades para responder ao questionário, a exemplo de solicitações de declarações como integrantes da pesquisa e outros benefícios; 120 (cento e vinte) receberam o questionário, admitindo a relevância da pesquisa, mas não deram o retorno em tempo hábil; 100 (cem) receberam o questionário, mas se recusaram a participar por desconfianças sobre a divulgação de seus dados e salários, mesmo depois de esclarecimentos posteriores sobre o caráter científico e sigiloso da pesquisa.

Em síntese, obtivemos resposta de 50(cinquenta) egressos. Apesar deste pequeno retorno, as respostas foram significativas, visto que este tipo de investigação qualitativa prima pela qualidade e densidade das informações para analisar o objeto de pesquisa e não, necessariamente, pela quantidade de informações.

Para trabalhar a análise das informações coletadas por meio do levantamento de documentos e dos questionários e compreender sua lógica, decidimos pela Análise de Conteúdo, que se constitui em uma técnica para nos orientar na compreensão do ProUni e fazer inferências sobre as próprias leis que o regem e suas lacunas, e sobre a ampliação do benefício, com as alterações que vêm sendo feitas no Programa.

Segundo Bardin (2006), a técnica de análise de conteúdo precisa ser operacionalizada em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O vocábulo (léxico) pode revelar muito mais do que as unidades que compõem a análise de conteúdo, constituindo-se “uma síntese da realidade, expressando uma concepção de homem, valores e sentimentos que permitem abstrair as informações pertinentes oriundas das mensagens” (CHIZZOTTI, 2008, p. 117).

Bardin (2006) descreve os passos que compõem a análise de conteúdo: a pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado, no intuito de verificar sua materialidade objetivando estender as etapas: (a) leitura flutuante, que é o contato com os documentos da coleta de dados; (b) definição de documentos para análise; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, em nosso caso (IBGE, INEP, SIS, PNAD), que envolvem a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise.

Os sistemas de codificação e a identificação das unidades de registro, que representam o segmento de conteúdo a considerar como unidade base, é a fase da descrição analítica do que foi selecionado, sendo submetido a um estudo aprofundado. Portanto, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase. O último trouxe as análises dos resultados, concomitantemente à inferência e à interpretação por meio da análise reflexiva e crítica.

A Análise de Conteúdo nos possibilitou tratar as informações que foram sistematizadas e organizadas através de eixos de análises, por intermédio do estudo minucioso de conteúdo, que ultrapassa realidades por meio das mensagens, constituindo-se em um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando à inferência e ao conhecimento das variáveis de ordem psicológica, sociológica e histórica, relativos às condições de produção e recepção das mensagens (BARDIN, 2006).

Em se tratando de inferências com base na Análise de Conteúdo, Franco (2005) afirma que elas representam mensagens sobre qualquer um dos elementos do processo de comunicação - fonte ou emissão; processo codificador que resulta em uma mensagem; o canal de transmissão; o receptor, ou detector da mensagem e seu respectivo decodificador - que extrapolam o conteúdo manifesto, ao invés de informações puramente descritivas.

A partir da operacionalização da análise de conteúdo e decorrente do contato com a realidade que se (des)constrói continuamente, foi possível definir as seguintes categorias de análise: acesso ao ensino superior por meio do ProUni, permanência no ensino superior e egresso do ensino superior, sendo essas categorias elementos básicos que refletiram os aspectos gerais e essenciais do real, segundo suas conexões e relações (CURY, 1989). Logo, a categorização das informações contidas nos documentos e nos questionários são etapas concomitantes no processo.

Considerando as análises das informações sobre o objeto de pesquisa, a dissertação está organizada em três capítulos, a saber:

No primeiro capítulo analisamos as políticas públicas no contexto da reforma do Estado sendo relacionadas aos ordenamentos jurídicos que embasaram a implantação das políticas públicas que versam sobre a Educação Superior, a partir da década de 1990, em especial, a LB (Lei nº 9.394/96); o Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado por meio da Lei 10.172/2001; o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e sua relação com a expansão e o acesso ao ensino superior da classe assalariada, principalmente com a criação do ProUni, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, destinado aos estudantes da escola pública ou bolsistas da rede privada.

No segundo capítulo, apresentamos a trajetória do ProUni, com base nos documentos legais, apontamos as modificações do Programa, antes e depois de sua implantação, os argumentos favoráveis e as críticas sobre o conteúdo e a materialização do Programa. Como o objetivo do Programa é conceder bolsas de estudos aos estudantes de baixa renda para acesso às instituições privadas, verificamos como ocorreu o alinhamento do FIES ao ProUni, fortalecendo a permanência dos alunos em condições socioeconômicas vulneráveis, beneficiários da bolsa parcial. Apresentamos também os resultados sobre as bolsas ofertadas, no Brasil, no Pará e em Belém, especificamente na Unama,

Finalmente, no terceiro capítulo, averiguamos quais as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas durante sua formação acadêmica na Unama e as repercussões do Programa na vida profissional dos egressos da instituição, com base na coleta e análise dos dados. Apresentamos os pontos positivos e negativos do Programa, por meio de documentos oficiais coletados na Instituição, bem como a aplicação de questionário aos egressos dos cursos: Direito, Administração, Psicologia, Engenharia, Enfermagem e Fisioterapia.

As informações decorrentes da Pesquisa Bibliográfica, a Análise Documental e dos questionários nos possibilitaram chegar a conclusões sobre o acesso e a permanência na efetivação do Programa sob a ótica dos egressos no Ensino Superior Paraense. Os dados levantados no site do MEC (2014) nos permitiram inferir que o Programa tem sido direcionado não apenas à população economicamente vulnerável, conforme foi denunciado pelo TCU em 2008, mas também ocorre a concentração de bolsas do ProUni nas IES das regiões Sul e Sudeste, onde habita a população com maior poder aquisitivo.

No que tange ao panorama regional, observamos que a metade das bolsas ofertadas para o interior do Pará se destina às modalidades de cursos à distância, o que não ocorre na capital. Conforme o levantamento dos dados no MEC até 2014, a cidade de Belém concentra 24(vinte e quatro), das 29(vinte e nove) instituições privadas inseridas no ProUni no Estado do Pará.

Os pesquisados, em seus relatos, apontam as dificuldades para o acesso e permanência no ensino superior via ProUni. Constatou-se que todos haviam feito o exame pré-vestibular para as instituições públicas, sem sucesso, por mais de uma vez. A seleção para o ProUni significou, além do ingresso no ensino superior, novas perspectivas de futuro, diante da ampliação do universo intelectual e cultural. Entretanto, a manutenção no curso, por vezes, fez-se difícil, considerando-se as despesas com transportes, urbanos e fluviais, além dos gastos com materiais didáticos e outros suportes, como livros, jalecos, reprodução de cópia de livros, coleta para apresentação de trabalhos em sala de aula, provas e estágio obrigatório do curso em outro local. Afora isso, existiam os próprios desafios acadêmicos, como um extenso volume de leituras para acompanhar as exigências do curso, e o rigor na execução de trabalhos referentes a cada disciplina.

No tocante às repercussões positivas na formação acadêmica na Unama pelo ProUni, encontramos ex-bolsistas concluintes que já haviam ingressado no mercado de trabalho; alguns prosseguiram os estudos em pós-graduação; outros ajudaram seus familiares financeiramente. Havia mesmo quem tivesse fazendo outra graduação.

Por fim, constatamos que o ProUni alcançou uma parcela limitada de egressos do Ensino Médio de forma seletiva, considerando a demanda de inscritos em cada processo seletivo, concomitantemente ao patrocínio às instituições privadas, tanto pela ocupação das vagas ociosas quanto pelo perdão dos impostos e contribuições, sendo as maiores beneficiadas na história do Programa devido às mudanças na sua legislação.

1 O ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E A CRIAÇÃO DO PROUNI

Neste capítulo, apresentamos as questões que antecederam à reforma do Estado e sua efetivação, a partir da perspectiva neoliberal decorrente das diretrizes do Banco Mundial e norteadas pelas influências de outros organismos internacionais, analisamos seus efeitos na Educação Superior brasileira a partir da década de 1990, estimuladas, essencialmente em 1995, no então governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e partir desse contexto discutimos como o ProUni se insere na conjuntura das Parcerias Público-Privadas no Ensino Superior.

Debatemos as ações previstas nos documentos legais, principalmente na LDB 9394/96, nos PNEs (2001-2010, 2014-2024) e no PDE direcionadas à educação superior. Apresentamos a educação superior em seus aspectos quantitativos, evidenciando os índices de matrícula, a expansão das vagas, à natureza das instituições de ensino, bem como outros elementos que retratam a educação superior brasileira e a realidade daqueles que dependem da educação para ascender socialmente e/ou para ampliar suas possibilidades de escolha no mercado de trabalho.

1.1. Antecedentes à reforma do Estado

A reforma do Estado é decorrente de uma série de transformações que ocorreram na sociedade, em decorrência da crise do capitalismo configurada pela queda das altas taxas de lucro e exploração da classe menos favorecida, aumentando ainda mais as desigualdades entre países ricos e pobres, instaurando uma nova concepção de mundo, sociedade e de trabalho caracterizada pelas

[...] noções de globalização, Estado mínimo, reengenharia, reestruturação produtiva, sociedade pós-industrial, [...] sociedade do conhecimento, qualidade total, empregabilidade que justificam a ilusória necessidade de reformas no aparelho Estatal e nas relações capital/trabalho (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003, p. 95).

Segundo Andersen (1995, p. 9), o neoliberalismo nasceu após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte. “Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista de bem-estar. Seu texto de origem é O

Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944, [...] com a intensão de deter o Partido dos Trabalhadores inglês”.

Argumenta Andersen (1995), que a partir de 1993, o agravamento da crise do capitalismo no pós-guerra veio acompanhado de uma profunda recessão, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Nessas circunstâncias, as teses neoliberais passam a ser as apregoadas pelos combatentes do Estado e defensores do mercado, pois argumentam que a má gerência do Estado conduziu a crise, ainda havia a extrema necessidade de combater os sindicatos, um dos causadores da crise .

Anderson assevera que

[...] o remédio, então, era manter um Estado forte, sim, mas em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção de gastos com o bem-estar e a restauração de uma taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (1995, p. 10).

Logo, no entendimento dos neoliberais a solução seria a contenção do estado para os direitos sociais e a promoção do mercado por meio da competição e do desemprego necessário para o equilíbrio do sistema capitalista, portanto, “uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, [...], rebatendo a intervenção anticíclica e a redistribuição social, que impediram o curso normal da acumulação e do livre mercado” (ANDERSEN, 1995, p. 10).

Segundo Harvey (2005), as transformações, no mundo contemporâneo, emergem com a intensa crise estrutural do capitalismo, que culminou com a recessão iniciada, em 1973, ocasionada pela crise do petróleo, o desgaste do Estado de Bem-estar ou Keynesiano, o colapso do Fordismo⁴, em face de um novo modelo de regulação baseado na acumulação flexível e na intensificação do privado sobre o público.

Bianchetti (2001, p. 19) afirma que a hegemonia neoliberal se intensifica, sobretudo, nas três últimas décadas do século XX e se constitui como o modelo para o mundo ocidental.

⁴ “A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan” (HARVEY, 2005, p.121).

No diagnóstico sobre a crise do capitalismo, os neoliberais consideram que as sociedades do mundo capitalista foram desviadas do processo natural evolutivo de suas instituições e devem retomar seu desenvolvimento, realizando um ajuste estrutural sobre a base do modelo econômico neoclássico considerado como a manifestação objetiva das relações naturais entre os homens (BIANCHETTI, 2001, p. 22).

Em relação à América Latina, este fenômeno ocorre, primeiramente, no Chile, e posteriormente, se estende aos demais países, a partir da década de 1980, nos países pioneiros do neoliberalismo, representados pelas figuras de Thatcher, na Grã-Bretanha, Reagan, nos EUA, Kohl, na Alemanha, e Nakasone, no Japão (BIANCHETTI, 1997), resolveram adotar Políticas Protecionistas para seus mercados, buscando resolver as contradições do modelo, combatendo o Estado de Bem-Estar – ou modelo Keynesiano – apontado como a causa da crise do capitalismo no período então vigente. No Brasil, sua efervescência dar-se-ia em meados da década de 1990.

Nesse modelo Keynesiano, o Estado regula a economia, sendo, no entender de Keynes, “o remédio amargo”, mas necessário, para salvar o capitalismo e combater o socialismo. Nessas condições, este modelo keynesiano desencadeou dois efeitos: impulsionou a atuação do governo na economia e evitou o deslocamento dos trabalhadores para o socialismo (ORSO, 2007), o que era duramente criticado pelo neoliberalismo que propunha a retirada do estado da regulação da economia, redução dos direitos sociais, arrocho salarial, visto que este estado protecionista tornava-se um entrave ao desenvolvimento do país na perspectiva neoliberal.

Gentili (1996) questiona a solução encontrada por meio do modo neoliberal que vai de encontro aos direitos sociais tendo como aporte o aparelho estatal, que legitima o discurso de incapacidade do estado em gerenciar os serviços públicos sob sua tutela na área pública, promovendo assunção do setor privado na esfera pública. Na área educacional, “observa-se um declínio estrutural e conjuntural do sistema público de ensino e um crescimento do investimento privado em instituições de ensino, principalmente no ensino superior” (GENTILLI, 1996, p. 01).

Gentili (1996, p. 01) alerta sobre a supremacia do discurso neoliberal, pois

[...] costumamos enfatizar a capacidade (ou a incapacidade) que o neoliberalismo possui para impor com êxito seus programas de ajuste, esquecendo a conexão existente entre tais programas e a construção desse novo senso comum a partir do qual as maiorias começam aceitar, a defender como próprias as receitas elaboradas pelas tecnocracias neoliberais. O êxito cultural mediante a imposição de um novo discurso que explica a crise e oferece um marco geral de respostas e estratégias para sair dela - se expressa

na capacidade que os neoliberais tiveram de impor suas verdades como aquelas que devem ser defendidas por qualquer pessoa medianamente sensata e responsável. Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa) para a crise.

Ressalta Gentili (1996) que o modelo neoliberal vem sendo materializado de forma contundente de forma que o sistema público vem sendo minimizado, tornando-se vulnerável diante do sucateamento dos setores sociais, no caso da educação pública, apresenta um panorama caótico, sendo desqualificada, sobrevivendo com o corte de verbas, desvalorização profissional, tornando a educação uma forma de exclusão da classe de baixa renda, sendo descontextualizada e elitista, atuando dicotomicamente, desarticulando assim, o processo de constituição dos valores da educação.

Nesse contexto, em que a educação passa a ter relevância para o setor econômico, sendo vislumbrada por uma nova dimensão, a do capital humano, a qual Gentili (1996) afirma que nesta teoria a educação está limitada as condições sócio-econômicas se gerenciada eficazmente nas diversas instâncias sociais, ampliando a participação sócio educacional, integrando as camadas populacionais excluídas do processo econômico produtivo.

No neoliberalismo, intensifica-se a adoção da Teoria do Capital Humano⁵, segundo a qual a educação é concebida como um investimento individual. Ao sistema educacional, cabe preparar recursos humanos para atender às demandas da economia, por meio da melhoria do nível de especialização dos trabalhadores e maior acumulação de conhecimento.

Pires (2005, p. 79) esclarece que, na concepção de Schultz, o capital humano difere dos demais em razão de sua própria inerência ao ser humano, ou seja, este capital

⁵ A Teoria do capital humano tem como principal representante, Theodore W. Schultz, professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legitima a ideia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_%20do_capital_humano.htm> Acessado em: 30 de maio de 2013.

“é uma propriedade de titularidade intransferível”, segue com “o proprietário”, não podendo ser expropriado deste; o trabalhador qualificado adquire um poder que antes não poderia ser imaginado, decorrente do investimento pessoal que só o indivíduo pode fazer brotar e alimentar com recursos próprios.

O discurso sobre a teoria do capital humano passa a ser utilizado como reforço à competitividade, à qualificação, o que significa que a educação é vislumbrada na perspectiva econômica, cujo investimento deve ser considerado porque proporcionará teoricamente a aquisição de emprego para os que a ela se dedicaram. A teoria do capital humano preconizava a ligação entre superação e desigualdade social, em decorrência da qualificação, em contrapartida, a desqualificação do trabalho, ocorre concomitante “a fase áurea do desemprego e subemprego no mundo” (FRIGOTTO, 2010, p. 30).

No Brasil, o ideário da Teoria do capital humano se maximiza ao final da década de 1950 e início de 1960, de acordo com Frigotto (2010), a educação sob a égide da perspectiva tecnicista, passe a ser elemento explicativo economicamente as diferenças e desigualdades de trabalho e renda. Desse modo, sob a influência da política neoliberal os modelos de economia, política e educação passam a ser reconfigurados no cenário mundial, o que se reflete no Brasil e se intensifica nos anos de 1990.

Conforme Frigotto (2010, p. 51), o conceito de capital humano se define como:

O conceito de capital humano - ou, mais extensivamente, de recursos humanos - busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda, e, conseqüentemente, de mobilidade social.

Frigotto (2010) ao conceituar o capital humano destaca em suas análises os aspectos básicos à “distribuição de renda, emprego futuro e qualificação” fatores que supervalorizam a educação em prol da economia de mercado, ou seja, “configurando-se em uma teoria de desenvolvimento” (IDEM, p. 51).

No Brasil, o discurso da empregabilidade⁶ passa a ser o impulsionador da prosperidade, em que o indivíduo só pode ter ascensão social por seu próprio esforço,

⁶ “A vinculação de maior escolaridade no acesso ao mercado de trabalho contribuiu para a formação da idéia irreal de que a quem tem educação não faltará empregos. A noção de empregabilidade, amplamente difundida no Brasil, nesta década, tem colaborado para o entendimento de que são os próprios desempregados os culpados pela sua condição, justamente por não se terem esforçado em busca de maiores qualificações e escolaridade” (OLIVEIRA, 2001, p. 113)

logo, a educação torna-se fator imprescindível de investimento econômico e pessoal, na prática ocorre à transferência de responsabilidade do Estado para o sujeito.

Para Oliveira (2001), os problemas sociais não podem ser revolidos unicamente por meio da educação, pois ela também é elemento de composição da estruturação da sociedade. Advoga-se para a educação o papel de salvadora dos sujeitos, supervalorizando-a como sinônimo de investimento financeiro, como um produto negociável para venda, o que acarreta a desvalorização do papel da educação enquanto caminho para a formação social, filosófica e política dos cidadãos.

Nesta conjuntura, a política neoliberal passa a se materializar, na América Latina por meio das reformas e, sobretudo da atuação do Banco Mundial nas políticas educacionais, a pobreza seria a causa das mazelas sociais, logo os investimentos em programas, projetos e ações sociais, permitiriam a minimização da situação de vulnerabilidade social que configura a realidade dos países, na ótica do Banco, a educação é ressignificada de maneira compatível, à luz da teoria do capital humano. A seguir, discutiremos o lugar de destaque que ganhou o Banco Mundial no contexto da Reforma do Estado, bem como suas intervenções na Educação Superior.

1.2 O Banco Mundial e suas interferências na Educação Superior

Segundo Haddad (2008), o Banco Mundial tem relevante papel na formulação de diretrizes, orientações e condicionalidades que culminam com programas de reformas das políticas públicas, bem como, a implementação de programas, usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado brasileiro.

Conforme Silva, Azzi, Bock (2008, p. 124), na América Latina é operacionalizada a “Iniciativa Via Rápida (IVR) que corresponde a um mecanismo de financiamento da cooperação internacional para a área educacional encabeçada pelo Banco Mundial”. Esta estratégia tem como escopo a elevação dos indicadores da educação primária sem um investimento real que permita contemplar a realidade dos alunos que frequentam a escola pública sucateada.

Nesse sentido, predomina a perspectiva economicista do Banco Mundial por meio de uma série de reformas educativas, tais como afirma Silva, Gonzales, Brugier, (2008, p. 97):

a) Prioridade na educação primária. b) Melhoria da eficácia da educação. c) Ênfase nos aspectos administrativos. d) Descentralização e autonomia das instituições escolares, entendidas como transferência de responsabilidades de gestão e de captação de financiamento, enquanto o Estado caberia manter centralizadas as funções de fixar padrões, facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar, adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos e monitorar o desempenho escolar. e) A análise econômica como critério dominante na definição das estratégias.

Estas reformas desembocam em um modelo de educação para racionalização de investimentos, ancorada nos pilares neoliberais, nas parcerias público-privadas, logo, a educação “é reduzida a um mero “serviço”, perdendo sua dimensão de direito humano” (SILVA, GONZALES, BRUGIER, 2008, p. 95). No caso do Brasil as estratégias propostas pelo Consenso de Washington culminaram na Reforma do Aparelho do Estado.

É indispensável à promoção dos meios para administrar e regular, de forma autônoma, os recursos financeiros, humanos e materiais, que devem propiciar as parcerias público-privadas, como consequência do processo de reordenamento político, econômico e social, sob o qual se delineiam as relações produtivas entre a sociedade e o capital privado. Trata-se de uma parte do receituário neoliberal defendido pelo Banco Mundial (BM), no qual o mercado deve ser o centro das relações entre o Estado e a sociedade civil. Ocorre, assim,

[...] essencialmente o aprofundamento das políticas de abertura comercial, desregulamentação e privatização iniciadas nos anos de 1980. Aí estão as recomendações de flexibilidade do mercado de trabalho e alteração da legislação trabalhista e previdenciária (no caso brasileiro, executadas pelo governo Lula no ano de 2004), bem como de reforma do sistema educacional (HADDAD, 2008, p. 19).

Ao aprofundar as relações entre Estado e mercado, consolidam-se as parcerias público-privadas, que, na prática, têm como objetivo deslocar recursos públicos para o setor privado; este deverá assumir as responsabilidades, que antes eram do Estado, em relação aos setores sociais. Portanto, as reformas conduzem ao aprofundamento das políticas de abertura comercial, desregulamentação e privatização, iniciadas nos anos 1980.

A Educação Superior, na concepção do Banco Mundial, é vista como sinônimo de aquisição do poder econômico capaz de conduzir ao desenvolvimento do país. O documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, divulgado pelo BIRD, em 1995, aponta caminhos que devem ser seguidos pela educação superior,

entre estes, encontramos a estimulação a maior diversificação das instituições e cursos, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas oferecendo cursos mais acessíveis economicamente, em menor tempo, bem como, a forma na qual estes cursos passam a ser ofertados, sobretudo na modalidade a distância.

No que diz respeito ao financiamento das instituições públicas, devem-se promover as parcerias com as instituições privadas, pois é aconselhável a combinação de formas de captar recursos, por meio tanto de contratos de gestão quanto das Fundações ditas de apoio, “que trazem para dentro da universidade pública um caráter mercantil incompatível com a natureza do trabalho acadêmico e com a responsabilidade social” (ANDES-SN, 2007, p. 10).

Em consonância com as recomendações do Banco Mundial que propõe que os gastos com o financiamento devem ser arcados pelo aluno, após o encerramento do curso, como já ocorre no setor privado, por meio de empréstimos bancários. É contraditório, em suas premissas, ao propor a redefinição do papel do Estado para o ensino superior e, ao mesmo tempo, promover a qualidade e a equidade, visto que não se pode alcançar uma educação de qualidade economizando recursos, muito menos, privatizando serviços públicos, a exemplo da saúde e da educação, direitos sociais que estão cada vez mais empresariados.

Em relação às instituições privadas, fazem convênios com o poder público prestando serviços educacionais, em troca de ajuda fiscal. Não obstante, são criadas maneiras de facilitar a inserção dos jovens no ensino superior, por meio de créditos educativos pagos pelo próprio aluno com apoio logístico do governo, como é o caso do programa FIES no que diz respeito à realidade brasileira.

A nosso ver, é explícito os rumos que o Banco Mundial prevê para o ensino superior, via privatização das instituições públicas e a expansão do ensino superior privado, como elementos que devem propiciar o atendimento à demanda social proveniente do ensino médio, desprovida de curso superior. Portanto, a centralidade nas instituições privadas e sua diversificação indicam que o eixo de interesse deslocou-se das universidades para outras formas diversificadas de ingresso ao terceiro grau, a exemplo das faculdades, institutos, centro de ensino e escolas (OTRANTO, 2006).

Ressaltamos que o Banco Mundial, mais do que um organismo pluralista, é, de fato, um vetor da política externa norte-americana. No que concerne ao financiamento

do BM às políticas educacionais, os recursos são aplicados em ações fragmentadas e visam muito mais o controle da educação do que a melhoria da qualidade do serviço.

Assim, as mudanças nas políticas públicas educacionais, implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), estão em consonância com as determinações dos organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS), Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Em consonância com a perspectiva de educação como serviço e não como direito social concebida pela OMC o Banco Mundial

[...] defende a idéia de que as necessidades básicas dos cidadãos seriam supridas de forma mais eficiente pelas instituições privadas, em razão dos mecanismos de mercado. O setor privado incentivaria a competição e diminuiria a burocracia e a inércia supostamente inerentes ao sistema público (SILVA, GONZALES, BRUGIER, 2008, p. 96).

Estes organismos internacionais maximizam o paradigma neoliberal do Estado mínimo para os direitos sociais e máximo para o capital, que está assentado em uma agenda de reformas educacionais materializadas em ações que convergem para a redução de investimentos públicos nos setores sociais, para garantir o ajuste fiscal, coroando a apropriação do público pelo privado apoiado, por sua vez, no paradigma da flexibilidade (LEÃO, 2001).

A ideia de flexibilidade traz em seu bojo o escopo da viabilização por meio das “parcerias”, discurso pautado na tese que todos são responsáveis pela educação, apregoando ações individualizadas ou partilhadas com a sociedade civil, já que o Estado não tem recursos financeiros públicos suficientes para manter os serviços públicos, necessitando de apoio das Organizações Não Governamentais, da sociedade civil (SANTOS, 2006).

Essa lógica reflete os imperativos neoliberais, impondo, segundo Santos (2006), um ideal de educação e de sociedade que evidencia a desresponsabilização do Estado com as questões sociais, relegando-as ao voluntariado, o que permite ao Estado a sua retirada em relação às despesas financeiras.

Advertem Gentili e Alencar (2001) que as políticas públicas educacionais brasileiras têm servido de instrumento para consolidação de um modelo de educação marcado pelo caráter mercadológico, que tem como solução a privatização:

A privatização é a solução, o particular toma o lugar, o interesse de poucos substitui o interesse coletivo. A escola passa a ser um negócio e o ensino público, agonizante, vai fazendo “Parcerias” crescentes que o subordinam às necessidades dos donos das indústrias e do capital. Esta tendência começa pelo ensino público superior, com o projeto de “autonomia” das universidades que é uma forma sofisticada de dizer para elas se virarem, arrancando verbas onde puderem nunca do governo [...] (GENTILI; ALENCAR, 2001, p. 103).

As parcerias despontam como caminho a ser seguido, visto que, os investimentos na área pública são bastante limitados, o que pode implicar em fragilidades na qualidade do ensino superior. Em contrapartida, o setor privado, utiliza recursos públicos para sua manutenção.

Harvey (2005) afirma que o processo de comercialização do conhecimento ocorre da seguinte maneira, na Universidade:

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis [...], o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas, cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas [...] A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiães do conhecimento e da sabedoria, para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo) (2005, p. 151).

É importante ressaltar, na assertiva de Harvey, como as mudanças no mundo capitalista transformam o direito à educação, concebida pela Constituição de 1988 como dever do Estado, visto que sua oferta ocorre de forma precária, reforçando a relação que se estabelece de forma bilateral entre público-privado, logo a desqualificação do primeiro maximiza a escolha pelo segundo.

Nesse sentido, acrescenta Sguissardi (2005, p. 215):

Jamais como hoje a universidade foi pensada como parte da economia. Jamais como hoje o conhecimento, a ciência e a tecnologia foram tão valorizadas como mercadoria capital a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse dos países centrais. Se o diagnóstico neoliberal aponta a *falta de competitividade* como a grande

fragilidade da economia, na crise do Estado do Bem-Estar, é essa característica-chave da empresa econômica e do mercado que, aos poucos, vai se implantando na universidade e tornando-se constitutiva de sua identidade. A idéia de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semimercadoria no quase-mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior.

De fato, o ensino superior passa a ser visto como uma necessidade, uma perspectiva de futuro, elemento que torna o detentor do diploma mais valorizado pelo mercado de trabalho, logo, o ensino superior passa a gerar lucros imediatos para os grandes empresários. Neste cenário educacional é possível relacionar o Programa ProUni, que atende as classes de baixa renda concedendo bolsas de estudo em instituições privadas e ao mesmo tempo

[...] utilizando subsídios indiretos ao ensino superior privado, para financiar total ou parcialmente as mensalidades de estudantes de baixa renda em cursos superiores na rede particular em troca da isenção de impostos e contribuições. Esse programa obedece ao modelo de parcerias público-privado, que constitui um modelo de gestão eficiente segundo o Banco Mundial (SILVA, GONZALEZ, BRUGIER, 2008, p. 108).

No caso da Educação Superior, o mecanismo encontrado para atender às recomendações dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial (BM), cuja meta central era a redução dos custos e, ao mesmo tempo, atender à demanda reprimida por acesso a esse nível de ensino, no País, foi à liberalização da oferta do ensino superior, por meio do setor privado. Tal proposta passa a se consolidar com a reforma do Estado brasileiro nos anos 1990 por meio da elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado para solucionar a crise que ocasionou a “crise fiscal do Estado, a crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado [...]” (BRESSER PEREIRA, 1998, pp. 7-9).

Nesse mesmo sentido, Chizzotti (2014) reconhece a existência da expansão da educação superior privada e o conseqüentemente o crescimento do mercado de serviços educacionais no Brasil. Nesta perspectiva, configura-se um novo modelo de instituição, de empresários e de clientes no mercado dos serviços educacionais, em franca competição pela demanda potencial de alunos. “A educação superior se valorizou” nesta conjuntura, e ao mesmo tempo se massificou, tornando-se mais distante do padrão de universidade tradicional dando lugar a um “ensino superior popularizado”, pois segundo Chizzotti (2014, p. 899),

[...] a concepção e a organização da universidade do final do século XX, principalmente desde que entrou em vigor o Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS), em 1995, o qual deu suporte jurídico internacional para tornar a educação um serviço similar aos demais serviços comerciais. Os serviços da educação tornaram-se uma *commodity*, sujeitos às leis do mercado, atraindo capitais, novos agentes educacionais e grandes conglomerados financeiros, e tendem a pôr fim ao modelo tradicional de universidade do século XX.

Vista por outro prisma, a educação sob a ótica dos serviços educacionais, gestada pelos grandes conglomerados frutos da fusão de grandes empresas, a exemplo da (Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Universidade Paulista, Ipiranga) que negociam a educação, sobretudo a superior, “patrocinada pelos organismos internacionais e consagrada pela Organização Mundial do Comércio - OMC (World Trade Organization - WTO)” (CHIZZOTTI, 2014, p. 901-902).

Este advento da educação como serviços educacionais passa a ser viabilizado a partir da década de 1990, à medida que a reforma do Estado passa a ser efetivada.

1.3. A reforma do Estado a partir da década de 1990

O processo de redução de verbas para a manutenção dos serviços públicos tem sido intensificado em todos os setores das políticas sociais, e, ao mesmo tempo, defende-se a ideia da necessidade de liberação dos recursos públicos para o setor privado, sob o argumento de que a educação é um bem público e, como esse setor fornece o serviço ao público, justificar-se-ia a transferência de recursos públicos para as IES privadas como é proposto na reforma do Estado brasileiro, sendo indispensável conhecer os setores e as funções, conforme registra o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE, 1998, p. 41):

Núcleo Estratégico. É o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

Atividades exclusivas. É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar, como regulamentar, fiscalizar, fomentar, compreendidos no processo de cobrança e fiscalização dos impostos e da previdência social básica, na atividade da polícia, entre outros.

Serviços não exclusivos do Estado. São exercidos concomitantemente pelo Estado e por organizações públicas não estatais e privadas, atuam no atendimento dos

direitos humanos fundamentais, a exemplo da educação e saúde em decorrência da oferta de serviços como: universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. Isto porque representam “economias externas”, relevantes à sociedade.

Produção de bens e serviços para o mercado. Corresponde à área de atuação das empresas. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, o setor de infraestrutura.

Nesse sentido, as reformas do Estado são apontadas como alternativas para o enfrentamento das políticas fiscais e tributárias; ao lado disso, propaga-se a ampliação do discurso da desvalorização dos serviços públicos, sob alegação de sua inoperância junto à sociedade. Notadamente, a reformulação e modernização do aparelho estatal têm como finalidade a transferência dos serviços públicos para o denominado setor público não estatal, pois “melhorar o desempenho da máquina governamental” é essencial para proporcionar a “eficiência” e a melhoria de serviços para o benefício do cidadão, por meio da privatização.

Como efeito destas mudanças, a terminologia do público, ou o entrelaçamento entre público e privado, pauta-se pelo discurso ideológico de que o público é o espaço no qual e para o qual todos contribuem, logo pertence a todos. Entretanto, o “ser estatal” seria apenas uma peculiaridade do Estado, não um “pertencer a todos”. No que diz respeito à propriedade privada, o ex-ministro Bresser-Pereira, afirma:

É privada a propriedade que se volta para o lucro ou para o consumo dos indivíduos ou dos grupos. Em princípio todas as organizações sem fins lucrativos são ou devem ser organizações públicas não-estatais. Poderíamos dizer que, afinal, continuamos apenas com as duas formas clássicas de propriedade: a pública e a privada, mas com duas importantes ressalvas: primeiro, a propriedade pública se subdivide em estatal e não-estatal, ao invés de se confundir com a estatal; e segundo, as instituições de Direito Privado voltadas para o interesse público e não para o consumo privado não são privadas, mas sim públicas não-estatais (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 26).

Nas palavras do ex-ministro é evidente a tendência que reduz o papel do Estado Intervencionista, assim como, ocorre o favorecimento do Estado Gerencial, que é marcado pela combinação da política social regulada pela política financeira.

Segundo Gandini e Riscal (2002), a perspectiva gerencial dos serviços não-exclusivos do Estado passa a ser assumida pelo setor público não-estatal, que seria o elo de intermediação dos conflitos e das tensões sociais, vislumbrando a construção de um consenso entre Estado e sociedade civil, o que ampliaria o espaço de atuação das Organizações Sociais.

Diante das transformações, alegam os precursores da reforma que o domínio exclusivamente público é identificado como organização burocrática, logo, o Estado deve assumir, prioritariamente, as funções de arrecadar e controlar os impostos. Ainda neste cenário de reformas, deve-se considerar a existência de um campo não estatal, no qual o Estado não é obrigado a subsidiar direitos, como educação, saúde, moradia, significando que tais serviços podem ser assumidos pelo mercado ou pela sociedade civil.

A delimitação do Estado é idealizada por Bresser-Pereira, explicitada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE, publicado em 1995), no qual a privatização assume centralidade, como pode ser observado em seus princípios básicos, que devem envolver:

[...] a descentralização do Estado; o estímulo à privatização de atividades econômicas competitivas sustentáveis em regime de mercado; a transferência de funções do poder central para entes e processos administrativos (desburocratização); uma reeducação para os princípios públicos administrativos (ética administrativa); a ampliação dos mecanismos de participação popular na atividade administrativa e de controle social da administração pública (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 186).

Conseqüentemente, os efeitos da reforma se materializaram na adoção de políticas de “ajuste fiscal”, sob os argumentos que reforçam a tese do esgotamento do modelo de financiamento externo e endividamento dos Estados, ao indicar a contenção de verbas para as políticas públicas por meio de orientações dos organismos financeiros multilaterais⁷.

Gandini e Riscal (2002) apresentam uma análise da reforma do Estado implantada no Brasil, a partir de 1995, e a influência das agências internacionais na redefinição dos conceitos de Estado, aparelho de Estado e administração pública.

Conforme as autoras, o termo “público” é característico do Estado Democrático de Direito⁸, de base liberal, e se contrapõe a “privado”. No caso brasileiro, o público e o privado foram concebidos e controlados sob a administração estatal, por

⁷ Organizações internacionais formadas por diversos governos nacionais com a finalidade de promover determinado objetivo comum aos países membros, a exemplo de Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização **Mundial do Comércio** (OMC), entre outras.

⁸ “Representa a esfera pública na medida em que todo o ordenamento jurídico é uma manifestação da soberania, isto é, da vontade popular” (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 40).

muitos anos, o que, de certa forma, rompe com as estruturas do Estado patrimonialista⁹. “O termo ‘público’, no Estado de Direito, se opõe ao ‘privado’; o primeiro significa ‘res pública’, patrimônio e interesses coletivos que não podem ser objeto de apropriação, usufruto ou benefício particular” (GANDINI; RISCAL, 2002, p. 48).

Em contrapartida, o termo “privado” se refere a um bem particular de propriedade privada individual ou de grupos, de interesse individual ou de poucos e não pode sofrer interferência de ninguém, nem do Estado.

Assim, o processo de mudanças conceituais entre público e privado passa a se constituir em uma totalidade, ou seja, a reconfiguração das relações público-privadas simboliza um processo de modificações no papel do Estado e do mercado. Portanto, a efervescência das reformas do Estado, conseqüentemente, surge como reflexo das influências neoliberais, na América latina, e, especialmente, no Brasil, a partir da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Chauí (1999, p. 211) afirma que:

A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. [...] a reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível - nas atividades ligadas á produção econômica - mas também onde não é admissível - no campo dos direitos sociais conquistados.

Nas palavras da autora, a reforma serviu para realinhar as posições assumidas pelo Estado e pelo mercado, ou seja, pelo público e pelo privado. Tal reforma pretende substituir as formas de administração vigentes, no Brasil, patrimonial e burocrática, pela gerencial, caracterizada como eficiente e de qualidade, sob a tese de que, se funciona nas empresas privadas, nas públicas terá o mesmo efeito (WANDERLEY, 2000, p. 47).

A efervescência do plano da reforma do Estado pretendeu operar mudanças conceituais nas esferas de público e de estatal. Assim, o que é de domínio exclusivamente público passa a ser identificado como organização controladora de impostos. Outra medida importante inserida na reforma passa a ser a existência de um campo não estatal, no qual o Estado não é obrigado a subsidiar direitos, como educação,

⁹ No Brasil, significou o caráter autoritário, constituído por uma efetiva experiência de dominação, estabeleceu por meio de um processo de longa duração, de regulação e disciplinamento da esfera social, a intervenção dos agentes detentores do poder do Estado, instalados nos altos postos da administração pública, na economia e na sociedade (GANDINI; RISCAL, 2002, 41).

saúde, habitação, transporte e outros. Logo, esses serviços podem ser assumidos pelo mercado (GANDINI; RISCAL, 2002).

As relações entre Estado e nação não são mediadas pela representação de classes, em razão da existência de um estamento burocrático, que Faoro (1958, p.44) define como “[...] uma capa social rígida, com o exercício de privilégios jurídicos assegurados pela lei ou pela tradição [...]”, autônoma à nação. Neste sentido, o estamento burocrático não se confunde com a elite dirigente, pois esta é um reflexo do povo, e não se confunde com a burocracia, pois esta é apenas um “[...] aparato da máquina governamental [...]” (FAORO, 1958, p. 261).

Segundo Faoro (1958), o Estado patrimonialista estabelece uma relação entre o público e o privado por aqueles que exercem o poder estatal e por aqueles que detêm os privilégios. Assim, a formação brasileira seria marcada pelo patrimonialismo estamental, que é marcado pelo conflito entre o público e o privado, e pela existência de privilégios para um determinado grupo de indivíduos, ou seja, a minoria que detém a hegemonia do poder, beneficiada pela má distribuição da riqueza e detentora do prestígio social.

O Estado Patrimonialista é baseado na permanência do estamento burocrático que tendia ao fortalecimento do patronato político brasileiro, estagnando os direitos sociais e políticos para a classe popular. Nessa perspectiva, os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, nascem de determinadas circunstâncias e se caracterizam por uma luta na defesa de novas liberdades contra velhos poderes. Eles nasceriam de modo gradual e, finalmente, não seriam direitos tomados de forma definitiva.

Para Bobbio (1992), os “direitos do homem são aqueles que pertencem, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado” (p. 17). Portanto, os “direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização, etc, etc” (BOBBIO, 1992, p. 17).

Ressalta o autor que os direitos fundamentais não devem ser limitados, nem mesmo em caso específicos, a exemplo do “direito de não ser escravizado e não sofrer tortura”, pois “Esses direitos são privilegiados porque não são postos em concorrência com outros direitos ainda que também fundamentais” (BOBBIO, 1992, p. 20). Adverte que não existem direitos fundamentais por natureza e o que parece fundamental numa época e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e culturas.

Nesse sentido, a educação é um direito social que representa a possibilidade de ter oportunidades de construção da cidadania e se qualificar para o trabalho, preconizado pela Constituição Federal de 1998 e reafirmados na LDB 9394/96, mas que na prática tem ocorrido de forma limitada, mesmo sendo dever do Estado ofertá-la e garanti-la .

A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por "existência" deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação (BOBBIO, 1992, p. 74).

Em relação ao direito à educação, a Constituição Federal de 1998 determina que a educação é direito de todos mesmo que ainda não ocorra de maneira igual, à medida que o sucesso de tal perspectiva seja depositada na capacidade de cada um, conforme está fixado o art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Para Carvalho (2006), a política expansionista do ensino superior foi adotada pelo Estado brasileiro, desde 1964, com a ascensão dos militares ao poder, cuja política criada para a expansão desse nível de ensino foi pela via da iniciativa privada. Desde então, essa política vem sendo mantida pelos sucessivos governos brasileiros, sendo bastante acentuada a partir do governo FHC (1995-2002) e aprofundada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

No próximo tópico contextualizamos as transformações ocorridas no cenário educacional, sendo materializadas após a Constituição Federal de 1998 e da legislação por meio da LDB 9394/96, já foram aprovados dois PNE: O primeiro Plano Nacional de Educação instituído pela a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, para um período de vigência entre 2001 a 2010 (BRASIL, 2014) e o segundo Plano Nacional de Educação instituído pela Lei 13.005/14, para período de 2014 a 2024), o Plano de Desenvolvimento da Educação que abrange a educação em geral. Neste Plano enfocamos especialmente as ações referentes à Educação Superior, a exemplo do ProUni que concebe bolsas de estudo aos cidadãos de baixa renda ingressarem ao ensino superior.

1.4. AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO (LDB, PLANOS NACIONAIS e PDE):

As ações que ampliam o acesso do ensino superior.

No âmbito do ensino superior público, a política neoliberal adotada pelo governo brasileiro institucionaliza ações privatistas, por meio de uma série de instrumentos normativos, com destaque para a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB); Plano Nacional de Educação (PNE), instituídos pela Lei nº 10.172/2001 e a versão aprovada em 2014, que ampliou as metas para o ensino superior e prevê a presença, até 2020 de pelo menos 33% da demanda populacional na faixa etária de 18 a 24 anos, hoje restrita a 14,6 %, nas universidades.

Na década de 1990 são intensificadas as políticas voltadas ao ensino superior, materializada pela LDB 9.394/96 equacionada às políticas de expansão e acesso ao ensino superior, priorizadas nos mandatos do presidente Lula (2003 a 2010), o qual por ser de origem trabalhadora, oriundo da classe popular criou na população expectativas de transformações no cenário político, econômico e social no Brasil. Ao ser eleito em seu primeiro mandato, o presidente Lula manteve a mesma política econômica desenvolvida por seu antecessor, conforme verificado documento intitulado “Carta ao povo brasileiro” (SILVA, 2002, p. 53).

No mesmo ano de 2002, destacamos outro documento, denominado “Uma escola do tamanho do Brasil”, que apresenta um diagnóstico sobre o ensino superior e aponta as necessidades de expansão para atender à demanda crescente de vagas, visto que o governo se propunha a dar “respostas para as dificuldades financeiras das centenas de milhares de estudantes carentes que se veem obrigados a frequentar o Ensino Superior privado e não dispõem de meios para custear seus estudos” (BRASIL, 2002, p. 51).

O documento destaca metas e propostas, como a criação de um “Programa de bolsas universitárias de renda mínima, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação” (SILVA, 2002, p. 55), que seria o ProUni, como veremos mais à frente. Explicita o desafio que será mudar oito anos de reformas neoliberais e, ao mesmo tempo, atender às reivindicações sociais. Serão necessárias outras posturas, em nome da manutenção da estabilidade econômica, diante de outros países ou mesmos dos organismos internacionais que determinam as regras. “O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país,

tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional” (SILVA, 2002, p. 56).

Segundo Minto (2006), neste cenário político e econômico proposto, uma das formas de sustentação do discurso, aponta a educação como negócio rentável, que deve ser ofertada pela iniciativa privada, pois, supostamente, essa seria a alternativa eficiente e de qualidade. Entretanto, na educação pública estatal, amplia-se o discurso de desqualificação sobre o setor público em favorecimento do privado. Portanto, esta argumentação cria um sentimento de desprezo por tudo o que é público, passando o privado a ser o parâmetro.

Lembramos que, no que se refere a nosso objeto de estudo, analisar as repercussões do ProUni na vida dos egressos, é legítimo afirmar que o ordenamento jurídico encontra sustentação legal na própria Constituição Federal de 1988, que admite a possibilidade de oferta da educação por meio do setor privado e, também, o repasse de recursos públicos para o mesmo, como pode ser observado nos artigos a seguir destacados da Constituição Federal.

O art. 209 prevê a liberação do ensino superior à iniciativa privada, desde que satisfaçam as condicionalidades legais, citadas nos incisos I e II, a saber, o cumprimento de normas gerais da educação nacional, bem como obtenção da devida autorização e submissão à avaliação de qualidade pelo poder público. Interessante observarmos que, ao conferir liberdade de ensino à iniciativa privada, a legislação reafirma o reconhecimento da oferta de ensino superior por estas instituições, logo, as atribuições do setor público, são compartilhadas com as instituições privadas.

Entretanto, a Constituição Federal reafirmou o caráter público da educação, em todos os níveis, sendo dever do Estado a sua oferta, o que permite inferir sobre o duplo papel que o Estado desempenha, sobretudo, quando é legalizada a diversificação de instituições mantendo o deslocamento de recursos públicos para as instituições privadas. Quanto ao financiamento, o setor privado passa a ser contemplado pelo art. 213 da Constituição, segundo o qual “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas”, podendo ser dirigidas a escolas comunitárias ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- I- Comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II- assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica em educação;

§ 1º os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público (BRASIL, 1988).

Segundo Magno (2008), tal situação é arbitrária, pois se estabelece baseada em uma inconstitucionalidade, derivada da falta de contratação consensual, prevista no art. 175 da Constituição. Portanto, o setor privado recebe recursos para realizar serviços públicos, enquanto o setor público tem que administrar os poucos recursos que recebe, sendo obrigado a estabelecer parcerias com a sociedade ou empresas privadas tendo em vista o limitado financiamento destinado as instituições públicas.

Ainda em relação ao parágrafo § 2º, do art. 213, permite que as atividades universitárias de pesquisa e extensão possam receber apoio do poder público. Cabe questionar, a possibilidade de recursos públicos destinados ao setor privado tendeu a fortalecê-lo ainda mais. As análises empreendidas possibilitaram desenvolver proposições acerca dos rumos para os quais a legislação direciona a oferta da educação pública e privada.

Em relação ao processo educacional, Ristoff (2008) chama atenção para a necessidade de uma análise fecunda sobre o período pós-LDB (1996-2014) e as novas feições que se apresentam para a educação superior, a partir dos seguintes eixos:

a) Expansão; b) Privatização; c) Diversificação; d) Centralização; e) Desequilíbrio regional; f) Ampliação do acesso g) Desequilíbrio de oferta; h) Ociosidade de vagas; i) Corrida por titulação; j) Lento incremento na taxa de escolarização superior (2008, p. 21-42).

Estes eixos têm na reforma do Estado, o seu pano de fundo, uma vez que simbolizam as mudanças em curso operadas pelo Estado e mercado, no intuito de ampliar o acesso da classe assalariada ao ensino superior decorreu da “facilidade” no aumento quantitativo de oportunidades de ingresso, a exemplo do ProUni.

Equacionamos outro termo que passa a ter repercussão no cenário brasileiro, à medida que demarca o período do governo Lula da Silva (2003–2010), a “inclusão” que, segundo Almeida (2009), tem sido a grande bandeira do governo Lula, em sua política para o ensino superior, no sentido de supostamente contemplar os excluídos do ensino superior público, almejando uma pretensa compensação.

O termo “inclusão”, conforme Almeida (2009), tem sido usado, principalmente nos documentos oficiais, a exemplo dos Planos Plurianuais (PPAs)¹⁰, implicando ideologicamente em um sentimento de “justiça social”, decorrente da ação do Estado como forma de reparar uma dívida histórica com a população economicamente vulnerável, que visa satisfazer uma parcela da sociedade, amenizando reivindicações e conflitos sociais por meio da criação de instrumentos legais. Entretanto, apenas uma parcela pequena dos alunos excluídos do ensino superior público tem acesso a essa política de “inclusão”, o que não se configura em sua totalidade como “justiça social”.

Minto (2006) chama atenção para o art. 43 da LDB 9394/96 que, ao tratar da finalidade do ensino superior, limitou o princípio da indissociabilidade, que compreende a intrínseca relação entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, este ordenamento jurídico deixou lacunas para que o setor privado pudesse oferecer ensino superior desvinculado dos demais elementos que compõem a educação de forma integral, além de alterar o tempo de vigência dos cursos (permitindo a oferta de cursos com curta duração), a modalidade de ensino (possibilitando a oferta de cursos à distância) e o currículo (por meio da flexibilização), dentre outras mudanças impostas.

Para Ristoff (2008), duas características representam a década passada e a atual: a primeira se baseia no *slogan* da expansão; mais precisamente, no mandato do governo de FHC, advoga-se a ação de “privatizar”, ao permitir que as instituições privadas de ensino superior assumam as lacunas que o Estado deixa na oferta de vagas, neste nível de ensino. A segunda é simbolizada pela ação de “democratizar” tanto o público quanto o privado. Assim tem sido o governo Lula, que mantém a política econômica de seu antecessor, ainda que, à época, se mostrasse seu opositor diante das privatizações, entretanto, verificamos que no mandato deste governante foi registrado a expansão de universidades públicas em várias regiões do Brasil, conforme será demonstrando nas tabelas 1 e 2 nas páginas 64 e 67.

É importante ressaltar que o significado, para o governo, da palavra “democratizar” representa a possibilidade de, por meio da política de “inclusão social”, dar acesso ao ensino superior à parte da população excluída. Sob o argumento da

¹⁰ O Plano Plurianual (PPA), no Brasil, estabelecido no art. 165, da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, determina as medidas, os gastos e os objetivos a serem seguidos pelo Poder Público, sendo obrigatório aos Governos planejarem todas as suas ações e também seus orçamentos de modo a não ferir as diretrizes nele contidas, somente devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previstos na redação do PPA para o período vigente.

“inclusão”, o governo, na prática, adota programas focalizados de acesso ao ensino superior como é o caso do “Programa Universidade para Todos”, que foi instituído e implantado nos termos da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Desta forma, os instrumentos legais estão embasados em argumentos que interferem diretamente no ensino superior, pautados pelos seguintes tópicos, conforme Minto (2006):

- **autonomia:** as IES são organizações como quaisquer outras e devem ser capazes de gerir seus recursos de forma similar às empresas; prevalece a ideia do custo-benefício, pela qual a própria IES torna-se responsável por buscar recursos para complementar seu orçamento e para expandir suas atividades (não se trata de autonomia financeira e sim de uma restrita *autonomia da gestão financeira*).
- **avaliação:** o governo deve apenas “fiscalizar” o gerenciamento das IES públicas. Para tanto, deve utilizar critérios como a eficiência econômica, a produtividade do trabalho dos docentes e funcionários, a rentabilidade futura e a viabilidade das pesquisas (critério do mercado);
- **modelo de organização do ensino:** é preciso diversificar o ensino, criando várias modalidades de ensino em variados tipos de IES. O tripé ensino/pesquisa/extensão é considerado caro e desnecessário para toda a população. Defende-se sua restrição a poucas IES “de excelência”, permitindo a diferenciação das demais, com ênfase no setor privado, considerado mais “hábil” e “competente” para ofertar o ensino segundo os critérios da eficiência econômica.

Neste sentido, vemos uma aproximação do que é proposto pela LDB 9394/96 ao organizar o ensino superior em: I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III - de pós -graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Dessa forma, a LDB tem um papel fundamental na organização da avaliação, da gestão, do financiamento, do currículo; na formação de docentes e discentes; no gerenciamento do processo de focalização de cursos que atendam ao mercado, a exemplo dos cursos sequencial e tecnológicos, que refletem a materialização das reformas do Estado, fixadas nessa lei.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009)

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1996).

O estabelecimento, no art. 207, da Constituição Federal de 1998, que determina “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” é alterado pela LDB, ao criar uma série de normas para regulamentar à “autonomia” das universidades. Observamos, ainda, que a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, passam em geral a ser fundamentos que compõe as universidades, ao passo que as faculdades, institutos e colégios superiores restringem-se a estas, como princípio organizador das atividades do ensino superior, apenas as universidades se organizam baseadas neste tripé.

Ainda de acordo a LDB, em seu Art. 45: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Assim, este artigo admite a oferta do ensino superior por meio do setor privado e, ainda, que este pode atuar de forma livre, o que mostra as novas feições que as instituições privadas assumem diante dos marcos legais.

Um dos viés que caracterizam as universidades públicas é a própria questão da autonomia, analisada por perspectivas diferenciadas, identificadas por Otranto (2006, p. 6) que apresenta uma diferença essencial que permite distinguir os conceitos de autonomia financeira e autonomia de gestão financeira, no contexto do ensino superior:

[...] Autonomia financeira defendida nos documentos governamentais é instrumental e pragmática, uma vez que é entendida como uma prerrogativa da universidade captar recursos no mercado. Já a autonomia de gestão financeira e patrimonial envolve, dentre outras, a liberdade de cada instituição propor e executar seu orçamento e gerenciar, como bem lhe aprouver, de acordo com suas necessidades, os recursos que o Poder Público

é obrigado a repassar-lhe para fazer frente às suas necessidades. Não prescinde, então, do financiamento das universidades pelo Estado.

Percebemos que a concepção de autonomia descrita pela autora atende mais à sua execução, para conservar o financiamento como expressão de uma racionalidade econômica, nos moldes de uma gestão gerencial. Em relação ao segundo conceito de autonomia de gestão financeira e patrimonial é vislumbrado na perspectiva de identidade de cada instituição de ensino superior, à medida que estas gerenciam seus recursos financeiros, humanos, segundo suas necessidades.

Silva Júnior (2007) analisa o movimento que caracteriza o processo de diversificação das instituições de ensino superior, por meio da implantação do Decreto 2.306/97, que oficializa as diversas formas e organização do ensino superior, cuja oferta abrange outras instituições que não sejam universidades. Assim, este documento permite maior flexibilidade se comparado a LDB, à medida que as distingue entre: instituições públicas, instituições privadas sem fins lucrativos e instituições privadas com fins lucrativos.

Logo, o crescimento do ensino superior é impulsionado pela legislação, que possibilita a criação de novos cursos e a expansão de suas vagas. Nesse sentido, em decorrência da flexibilização do sistema preconizado pela LDB, são criados e/ou ampliados os chamados centros universitários, criados como uma nova modalidade de instituição voltada para o ensino de “excelência”, assim como as faculdades integradas, faculdades isoladas, escolas superiores e institutos superiores fixados no referido decreto.

Ainda neste Decreto, o art. 4.º fixa a organização das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificando-as em:

- I – universidades;
- II – centros universitários;
- III – faculdades integradas;
- IV – faculdades isoladas;
- V – institutos superiores ou escolas superiores.

Por conseguinte, a perspectiva da expansão viabilizada pela diversificação das instituições privadas proporcionou massificação no ensino superior, repercutindo na fragmentação da concepção subjacente ao princípio de indissociabilidade fixados pelos ordenamentos jurídicos e ocultado pelo descaso governamental pela oferta do ensino superior público e privado.

Em 2001, foi aprovado, pela Lei 10.172, o *Plano Nacional de Educação* (PNE), que estabelecia objetivos e metas para a década da educação. Segundo artigo publicado na Folha de São Paulo, por Valente e Helene (2004), o PNE, que previa um prazo de dez anos para garantir o acesso a 30% dos jovens ao ensino superior, ficou praticamente inviável, devido aos vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso quanto às metas previstas para financiamento da educação brasileira e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Na prática, o governo não tinha como política ampliar as instituições públicas, e sim estimular a expansão do setor privado, haja vista que seus vetos incidiram, principalmente, no financiamento da educação pública, o que implica, conseqüentemente, nos cortes de verbas públicas ou ausência de investimentos, comprometendo sua qualidade.

No período da tramitação do PNE, duas propostas eram alvo de disputas de interesses que incidiriam nos rumos da nova década da educação:

As duas propostas de PNE materializavam mais do que a existência de dois projetos de escola, ou duas perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. O PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica. Isso implicaria propor objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. O custo seria mudar o dispêndio, equivalente a menos de 4% do PIB nos anos de 1990, para 10% do PIB, ao fim dos 10 anos do PNE. A proposta da sociedade retomava, visando a organizar a gestão educacional, o embate histórico pelo efetivo Sistema Nacional de Educação, contraposto e antagônico ao expediente governista do Sistema Nacional de Avaliação (VALENTE, 2002, p. 98).

Valente (2002, p. 99) enumera os vetos do governo FHC ao PNE que foi aprovado pelo Congresso Nacional:

Foram nove os vetos ao que foi aprovado pelo Legislativo. O primeiro referia-se à educação infantil na meta que determinava a ampliação do programa de renda mínima. Os quatro outros seguintes incidiram sobre o ensino superior, especificamente na meta que determinava que o número de vagas no ensino superior público não poderia ser inferior a 40% do total deste nível de ensino; na que subvinculava 75% dos recursos da União voltados para manutenção e desenvolvimento do ensino à manutenção e expansão da rede federal de ensino superior; determinava a ampliação do programa de crédito educativo a 30% dos alunos da rede privada; determinava a implantação de planos gerais de carreira para os funcionários das

universidades federais. Outro veto incidu sobre a meta que mandava ampliar o financiamento público à pesquisa científica e tecnológica.

Neste sentido, percebemos que o Plano do governo priorizava atender o setor privado, à medida que veta os benefícios para o público e amplia possibilidades para o privado. Consequentemente, o PNE previa um gasto total com educação pública equivalente a 7% do PIB, sendo vetado por FHC, o que não foi alterado pelo governo Lula da Silva, apesar de que, no seu programa de campanha, tenha afirmado o contrário, o que não cumpriu após ter sido eleito.

Para Valente e Helene (2004), o governo Lula da Silva economizava para saldar juros de R\$ 70 bilhões (superávit primário) da dívida pública, contudo concluiu o segundo ano de governo sem executar o plano de expansão do ensino superior, que constava do seu Programa. As manobras governamentais, em parceria com as elites, que aprovaram o PNE do governo, comprovaram, mais uma vez, que as mudanças nas políticas públicas orientam-se por meio dos interesses públicos e privados.

No segundo mandato do Presidente Lula da Silva, como umas das políticas voltadas a educação foi criado, o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE), sob o discurso da melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior. Mesmo não sendo transformado em Lei, este plano consiste num conjunto de ações que já estavam em desenvolvimento, pelo Ministério da Educação, e foi muito criticado por vários intelectuais, dentre eles Saviani (2007, p.1233), que destaca quais ações foram propostas para a Educação Superior.

O Plano inscreve cinco ações: "FIES-PROUNI", que pretende facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao PROUNI; "Pós-doutorado", destinado a reter no país pessoal qualificado em nível de doutorado, evitando a chamada "fuga de cérebros"; "Professor Equivalente", que visa facilitar a contratação de professores para as universidades federais; "Educação Superior", cuja meta é duplicar, em dez anos, o número de vagas nas universidades federais; e o "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior", que visa ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências a todos os espaços e atividades das instituições federais de ensino superior.

Dentre as ações previstas para o ensino superior no PDE, merece destaque, os programas ProUni e FIES, que foram implementados pelo governo, para estimular o acesso e a permanência no ensino superior privado.

O PDE define várias linhas de ação da educação que propõe, dentre quais destacamos: a) a expansão da oferta de vagas; b) garantia de qualidade na educação

Básica e Superior; c) promoção de inclusão social pela educação; e) fortalecer o desenvolvimento econômico via inclusão digital. Ivo e Hypólito (2008) denunciaram a suposta autonomia das instituições escolares, delegada pelo Plano, assim permitiu que o Estado se tornasse omissivo em suas ações e obrigações com a educação, no controle tanto da Educação Básica quanto da Superior.

Em 2007, o Ministério da Educação lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com intervenções previstas até 2022. Enquanto o PNE focava metas e objetivos numéricos, o PDE teve como escopo a qualidade do ensino.

Com uma estrutura diferente de seu predecessor, o plano proposto é composto de 20 metas e ações definidas. O PNE 2014-2024 delineou diretrizes para a educação brasileira em todos os níveis e etapas de modo que se possa expandir e melhorar a qualidade do ensino consolidadas em vinte e seis (26) estratégias, sendo que para a educação básica são reservadas onze (11) metas e nove (9) metas para a Educação Superior.

O plano Nacional aprovado prevê em seu art. 2º apresenta como diretrizes: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do país; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação (BRASIL, 2014, p. 1).

Em relação ao ensino superior as metas estabelecidas para a graduação visam à expansão do número de vagas intensificando ações para a garantia da permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos.

Dentre as estratégias definidas na meta 12 do PNE (2014-2024), busca-se: aperfeiçoar a estrutura física e os recursos humanos das instituições de forma a ampliar o acesso à graduação; ampliar a oferta de vagas por meio da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil uniformizando a expansão no território nacional objetivando reduzir as barreiras regionais no Brasil; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 mediante estratégias de aproveitamento de créditos; ampliar a participação de grupos historicamente

desfavorecidos mediante políticas afirmativas (a exemplo Lei de cotas¹¹ para negros, índios e pardos), assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior (condições para os alunos deficientes se locomoverem); fomentar estudos e pesquisas sobre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país; consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional; expandir atendimento específico a populações do campo e indígena; mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica; institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação; consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados, a exemplo do Enem que passou o centro de referência e aceitação para o ingresso no ensino superior tanto em instituições públicas quanto privadas (BRASIL, 2014-2024, p.13).

Na tentativa de maximizar o acesso e a permanência ao ensino superior as pessoas desfavorecidas economicamente são desenvolvidas ações pelo Governo Federal para o atendimento das populações prioritárias nas Políticas educacionais contemplando as metas do Plano em curso:

Programa de Bolsa Permanência – PBP para manutenção dos alunos de graduação criado em 2013, se destina tanto para graduandos em instituição Pública quanto privada é uma ação Governamental de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. A Bolsa Permanência tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de fragilidade, além de reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil e promover a democratização do acesso ao ensino superior (BRASIL, 2014).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presencial das universidades federais.

¹¹ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para o sucesso acadêmico desses estudantes, a partir de medidas que buscam combater a repetência e evasão. Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos candidatos e requisitos estabelecidos por cada instituição, segundo sua realidade individual (BRASIL, 2014).

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) criado em 2005 propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior, tendo como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e assegurando o pleno acesso em todas as atividades acadêmicas (BRASIL, 2014).

Por fim, o Fundo de Financiamento Estudantil-FIES objetivando ampliar o financiamento estudantil privado para manutenção do ensino superior privado, sendo reajustado, sobretudo para atender o ProUni, o fundo garantidor de empréstimo permite atualmente dispensar progressivamente a exigência de fiador; assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares de graduação em programas e projetos de extensão universitária; ampliar a oferta de estágio. A partir de 2014, o FIES apresenta novas regras, principalmente para os alunos que fizeram o Enem e forem contemplados com a bolsa parcial do ProUni terão o empréstimo garantido para sua manutenção no curso superior.

É relevante destacar que o PNE (2014-2024) apresenta a meta 20, que pretende ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 10% do Produto Interno Bruto do país (BRASIL, 2014, p. 19). Entretanto, em análises realizadas sobre o PNE por Araújo (2014), este adverte que ao final de sua execução transcorridos dez anos, o PIB destinado à educação será de 8% ao invés de 10% como preconiza o PNE, ressalta que o governo ficou satisfeito com o resultado do Plano, visto que manteve-se os recursos destinados aos programas de expansão de vagas

sob a ótica da parceria público-privada por meio da permuta e/ou isenções de impostos, contribuições, bolsas de estudo e financiamento.

A maximização das ações para os programas de expansão de vagas para a graduação tanto no setor público quanto no privado, maximizou a pressão social da população e dos movimentos sociais pela ampliação da oferta do ensino superior, porém o atendimento a essa demanda sofrerá alteração ao final dos 10 anos de vigência do PNE, o que conforme Araújo (2014) representa uma manobra governamental, pois a meta 20 define 10% do PIB para educação, mas será diminuído para 8% em 2024.

Diante do cenário relatado, na tabela 1, apresentamos a evolução das instituições públicas e privadas perpassando os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato da gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014).

Tabela 1. Evolução do número de instituições segundo a Categoria Administrativa Brasil 2003-2013

ANO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
2003	207	1.652	1.859
2004	224	1.789	2.013
2005	231	1.934	2.165
2006	248	2.022	2.270
2007	249	2.032	2.281
2008	236	2.016	2.252
2009	245	2.069	2.314
2010	278	2.100	2.378
2011	284	2.081	2.365
2012	304	2.112	2.416
2013	301	2.090	2.391

Fonte: MEC/INEP/DEED (2015)

A evolução anual das IES públicas apresenta uma oscilação, a cada ano, com destaque para o ano de 2004, que apresentou um crescimento de 8,21% em relação ao ano anterior, e para o ano de 2006, com um crescimento de 7,35%, em relação ao ano de 2005. Observamos um movimento decrescente, a partir de 2007, quando apenas uma

IES nova foi criada e, no ano de 2008, um decréscimo de -5,50%, em relação ao ano anterior.

Os números evidenciaram que a expansão no ensino superior nas Universidades Públicas se tornaram significativos a partir de 2010, representando 13,46% quando temos a retomada no aumento das IES Públicas se compararmos ao ano anterior (2009), obteve-se um aumento de 33 instituições Públicas, supomos que tais mudanças no cenário educacional estejam associadas às Políticas para expansão e acesso ao ensino superior estimuladas pelo governo, a exemplo dos Programas Reuni, a integralização dos IFES. A partir do ano de 2003 até o ano de 2013 verificamos um aumento de 94 IES públicas o que representa um aumento de 45,41%.

Observamos que o número de instituições de ensino superior públicas registrou um salto quantitativo de 207 em 2003 para um total de 2.807 unidades de IES no período de 2003 a 2013. Apesar dessa ampliação, com base no ano de 2013 as IES privadas representaram 88,6% das instituições que ofertaram ensino superior, permanecendo historicamente na supremacia da oferta de ensino superior.

Conforme demonstrado nos números da Tabela 1, a ampliação do ensino está relacionada primeiramente a criação do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, teve como meta duplicar as vagas nas Universidades Federais, com a duração prevista de cinco anos. O Programa é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

Uma das principais dimensões do Reuni é o “Compromisso Social da Instituição” acredita-se está associado à oferta de corpo docente adequado e não superlotação de salas de aulas, espaço físico estruturado e recursos tecnológicos, biblioteca, refeitório, ou seja, um projeto que atenda às necessidades deste aluno no processo de regionalização e migração acadêmica, para atender a demanda social.

O Reuni engloba três ações centrais: Políticas de inclusão; Programas de assistência estudantil; e Políticas de extensão universitária. Nas “Diretrizes Gerais” do Reuni considera-se que

[...] as medidas de inclusão social serão avaliadas a partir da evolução do perfil social e econômico dos estudantes ingressantes nas instituições e das políticas implementadas no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, relacionadas ao sucesso ou fracasso nos índices de evasão (BRASIL, 2007).

O Reuni tem como objetivo “melhorar a qualidade” dos seus cursos de graduação, a infraestrutura física e os recursos humanos (BRASIL, 2007).

Concomitante ao Reuni a expansão geográfica das vagas públicas decorre da implementação e interiorização proveniente do Instituto Federal Superior instituído pelo decreto nº 6.095, de 2007, estabelece diretrizes para o processo de integração dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET. Portanto, autorizados a criar cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia (BRASIL, 2007). A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), em 2008 a partir da fusão dos CEFETs com as Escolas Agrotécnicas Federais (Lei nº 11.892, de 2008).

É oportuno destacar que segundo Otranto (2010), o processo de expansão do ensino superior é realizado com reduzido custo para os cofres públicos, visto que a ampliação das vagas nas redes federais públicas decorre da adesão instituições denominadas de Cefets para Ifetes, logo o espaço nas instituições públicas passam a atender o ensino superior, ou seja, não são novas instituições, mas derivadas das existentes, a exemplo das Escolas Agrotécnicas, escolas vinculadas às Universidades Federais, contudo o ensino superior tem peculiaridades, currículo e público diferenciado, atividades de pesquisa e extensão, a falta de planejamento para tal transposição torna-se um problema no entendimento da autora, pois

[...] não estavam preparadas para sua transformação em instituições de educação superior, multicampi, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade, com oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos [EJA] (OTRANTO, 2010, s/p).

As reflexões da autora sobre o cenário de conversão dos Cefets em Ifetes demonstram que apesar de necessárias a expansão do ensino superior, não pode ocorrer sem planejamento muito menos sem financiamento, visto que as políticas de acesso ao ensino superior podem tornar-se medidas paliativas considerando o sucateamento que a educação brasileira atravessa. Logo, o crescimento de vagas no ensino superior representa uma oportunidade para as pessoas, sobretudo de menor poder aquisitivo ingressantes no ensino superior e com a perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Continuando as análises das informações referentes matrículas, a tabela a seguir demonstra a expansão que o ensino superior atravessou ao longo de dez anos, dobrando

o número de matrículas neste período 2003-2013 nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Tabela 2- Evolução do número de matrículas por Categoria Administrativa Brasil 2003-2013

ANO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
2003	1.176.174	2.760.759	3.989.336
2004	1.214.317	3.009.027	4.223.344
2005	1.246.704	3.260.967	4.453.156
2006	1.251.365	3.467.342	4.676.646
2007	1.335.177	3.639.413	4.880.381
2008	1.552.953	3.806.091	5.080.056
2009	1.523.864	4.430.157	5.954.021
2010	1.643.298	4.736.001	6.379.299
2011	1.773.315	4.966.374	6.739.689
2012	1.897.376	5.140.312	7.037.688
2013	1.932.527	5.373.450	7.305.997

Fonte: MEC/INEP/ DEED (2015)

Verificamos na tabela 2 um aumento no que se refere à matrícula dos estudantes, nesse nível de ensino, demonstrando a evolução das matrículas, por categoria administrativa, no período de 2003 a 2008. Observamos uma expansão de 30,7% das matrículas, tanto no setor público como no setor privado; neste último, a expansão foi acentuadamente maior, com 38,4%, enquanto o setor público aumentou apenas 12,1%, contribuindo para manter a hegemonia do setor privado na oferta do ensino superior brasileiro que, em 2008, que era responsável por 74,9% das matrículas, evidenciando a privatização desse nível de ensino, no País.

É possível notarmos um crescimento, tanto na rede pública quanto na rede privada, entre os anos de 2003 a 2013, exceto em 2009 quando a pública registrou uma pequena redução comparada ao ano de 2008. Entretanto, apesar do aumento das vagas nas instituições públicas, consideramos insuficiente para atender a demanda de egressos

do Ensino Médio. Logo, as IES privadas continuam tendo a maior participação nas matrículas do ensino superior na graduação, com um percentual de 73,54%.

É importante ressaltar que a expansão de matrículas não significa a democratização do acesso ao ensino superior, à medida que é resultado de uma provável massificação do ensino, pois o ingresso está atrelado às condições socioeconômicas do alunado uma vez que, dependendo da instituição, do valor da mensalidade do curso, da carga horária, os custos variam e podem se tornar inviáveis para o trabalhador se manter no ensino universitário.

De acordo com o Censo Superior 2013, o aumento de matrículas está relacionado também com a falta de mão de obra especializada para atender o mercado de trabalho em expansão e, diante da necessidade de rápida formação de profissionais e com a evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos têm sido adotados, entre os quais os cursos de ensino a distância, que registraram 999.019 matrículas no ano de 2013.

Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 comprovam que a política de expansão da Educação superior brasileira está centrada na iniciativa privada. Estudiosos desse assunto, como Amaral (2011), Chaves (2013), Carvalho (2006), Lima (2008) e Corbucci (2004) vêm apontando os limites da expansão do setor privado, devido as condições socioeconômicas da população brasileira que podem comprometer a própria sustentabilidade da oferta e a capacidade de demanda a sociedade, assim como a qualidade do ensino ofertada.

Analisando a evolução das matrículas, fica evidente que o primeiro ano do governo de Lula da Silva (2003) apresentou o maior percentual de crescimento das matrículas, em todo o período, com 8,1% de aumento, no setor público, em relação ao ano anterior, e 13,3% de crescimento, no setor privado. Observamos, ainda, em todos os anos, que o crescimento do setor privado foi superior ao do setor público, com destaque para o ano de 2005, quando o setor público aumentou apenas 1,2% de suas matrículas, enquanto o setor privado cresceu 9,2%.

Tabela 3- Evolução do número de ingressos por processo seletivo e concluintes da graduação, segundo a Categoria Administrativa – Brasil 2003-2013

ANO	INGRESSANTES			CONCLUINTES		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
2003	267.081	924.649	1.554.954	169.038	528.102	697.140
2004	287.242	995.873	1.646.414	202.262	424.355	626.617
2005	288.681	1.108.600	1.397.281	195.554	522.304	717.858
2006	297.407	1.151.102	1.448.509	183.085	553.744	736.829
2007	298.491	1.183.464	1.481.955	193.531	563.268	756.799
2008	307.313	1.198.506	1.505.819	187.758	612.560	800.318
2009	379.134	1.353.479	1.732.613	206.877	752.320	959.197
2010	435.710	1.366.191	1.801.901	190.597	783.242	973.839
2011	490.680	1.856.015	1.915.098	218.365	798.348	1.016.713
2012	547.897	2.199.192	2.747.089	237.546	812.867	1.050.413
2013	531.846	2.211.104	2.742.950	229.278	761.732	991.010

Fonte: MEC/INEP/DEED (2015)

De acordo com o Censo, em 2013 o Brasil contava com 7.305.977 matrículas em cursos de graduação. Apesar do caráter preponderantemente privado da expansão ao longo desse período, tais resultados apontam para certa estabilização da participação desse setor, que, em 2010, atendia 74,2% das matrículas. Por outro lado, nesse mesmo período, o setor público assiste a uma significativa expansão relacionada, sobretudo, à política de acesso desenvolvida pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Os dados apontam para um crescimento de 9,5% no número de concluintes de 2009 a 2012. Vale ressaltar, a relação equilibrada entre ingressantes e concluintes, de

2003 para 2013, o equivalente a 44,8%, 38%, 64,7%, 50,8%, 51%, 53,1%, 55,3% 54%, 53%, 38,2% e 36,1% respectivamente gerando uma média de apenas 49% que concluíram o curso superior. Se verificarmos os percentuais o ano de 2013 registrou o menor número de concluintes e o ano de 2005 apresentou o maior percentual de concluintes, posteriormente verificamos um decréscimo entre os anos 2012-2013. Esta situação revela um problema educacional muito grande, a desistência neste nível de ensino, o que supomos está associado a diversas razões, a exemplo de descontentamento com o curso, com a instituição, ou mesmo o principal problema evidenciado nas pesquisas recentes, que se refere às dificuldades financeiras.

Por fim, no período de 2003 a 2013, registramos um aumento no número de ingressantes tanto nas instituições públicas quanto privadas que cresceram respectivamente 99,13% e 139,12% exceto o ano de 2013 que evidenciamos um decréscimo nas instituições públicas. Portanto, os números de ingressos aumentaram consideravelmente de 2003 a 2013 de 1.554.954 para 2.742.950 na ordem de 51% neste período, contudo quando verificamos os números de concluintes no mesmo período temos 528.223 em 2003 e 991.010 no ano de 2013 o que ocasiona uma variação de 87,61%.

Neste sentido, o aumento no número de matrículas está associado com as políticas de acesso e expansão do ensino superior, destinadas a ocupar as vagas excedentes no setor privado, como o Programa Universidade Para Todos criado em 2005 no governo Lula da Silva, que prevê o acesso ao ensino superior às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica (egressos do ensino médio, deficientes, pardos, negros, índios) para estudarem no ensino superior privado, além de professores da Educação Básica, conforme determina a legislação do Programa no capítulo 2.

Pesquisadores como Mancebo (2004), Lima et. (2011), Catani (2006), Carvalho (2006), Otranto (2006, 2010), Corbucci (2006), entre outros, rebatem o papel social que o ProUni vem desenvolvendo no atendimento as demandas sociais menos favorecida economicamente, pois o Programa é concebido por estes teóricos como mecanismo de recuperação das instituições privadas, reforçando a relação público-privado que se intensifica no cenário nacional brasileiro, a medida que os investimentos públicos na educação universitária deve ser nas instituições públicas.

1.5 O ProUni no contexto das Parcerias Público-Privadas no ensino superior

A implementação das Parcerias Público-Privadas (PPP)¹² foi regulamentada, no governo de Lula da Silva, por meio da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Esta Lei, na verdade, regulamenta outra forma de administrar o Estado brasileiro, na qual a tomada de decisões não cabe somente ao Estado, mas passa a ser compartilhada com o setor privado. Portanto, as Parcerias Público-Privadas têm por objetivo firmar acordos entre a administração pública e os entes privados para a implantação ou gestão, no todo ou em partes, de serviços, empreendimentos e atividades de interesse público.

A Lei das PPPs determina vedações previstas nos §4º do artigo 2º, à medida que proíbe a contratação de serviços inferior a vinte milhões de reais nas duas modalidades (concessão patrocinada e concessão administrativa). Ainda, são definidos os prazos das parcerias não inferiores a 05 (cinco) anos e, não superiores a 35 (trinta e cinco) anos.

Assim, é importante frisar que a lei das PPPs define regras para contratação da parceria, conforme determina o art. 4º, Lei nº 11. 079, de 2004:

Art. 4º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

- I – eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;
- II – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;
- III – indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;
- IV – responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;
- V – transparência dos procedimentos e das decisões;
- VI – repartição objetiva de riscos entre as partes;
- VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria (BRASIL, 2004).

Assim esse art. o 4º evidencia que há uma “preocupação com a eficiência” nos serviços prestados, mas, ao mesmo tempo, fica estabelecida a possibilidade de vantagens socioeconômicas nos projetos de parcerias estabelecidos.

¹² “O processo de parcerias entre o setor público e o setor privado, conhecidas mundialmente pela sigla “PPP”, em alusão ao acrônimo inglês de *Public Private Partnership*, surgiu no Reino Unido em 1992 (que se tornou um tipo de laboratório para PPP), registrando-se atualmente nesse país mais de 520 projetos com maior concentração na área de transportes, 40%, e na área da educação, 7%. O processo de PPP teve aceitação em diversos países ganhando espaço no mundo como meio de viabilizar a implantação, entre outros, de projetos de infra-estrutura básica, sendo uma forma de expressão, inclusive, da responsabilidade social atribuída ao capital privado que tem nela um de seus objetivos estratégicos” (OLIVEIRA *et al.*, 2005, p. 330).

As PPPs representam um mecanismo dos governos neoliberais de repasse de suas responsabilidades ao setor privado, amparados em lei, também de ampliação, na prática, da possibilidade de transferências de recursos públicos para a iniciativa privada. Em outras palavras, garante que o setor privado gerencie, negocie e obtenha lucros em parceria com o Estado.

Conforme Juruá (2006), à medida que a crise do capitalismo se amplia, a soberania dos países regride, pois as mudanças se materializam na infraestrutura e nos serviços públicos constituídos com financiamento público, ao longo de décadas, que passam a ser diluídos pelas negociações entre os setores públicos e privados. Ressalta que a divisão dos papéis, nessas parcerias, é fixada pelos artigos 6º e 9º da Lei nº 11.0795 que as institui, e definem que

[...] às sociedades de propósito específico cabe implantar e gerir o objeto da parceria; a administração pública delegar, supervisionar e cobrir, total ou parcialmente, os gastos realizados pelas sociedades de propósito específico nos contratos de parceria.

Oliveira *et al.* (2005) afirma que o ponto central da discussão sobre o projeto de lei das PPPs foi pautado pelo crescimento da dívida do país, conseqüentemente desrespeita os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, o discurso oficial que justifica a implantação das PPP se baseia na tese de que ela deve diminuir a precariedade das condições da infraestrutura, visando contribuir para o crescimento econômico, mesclando os interesses públicos e privados, contemplando o interesse de ambos setores, ao reduzir custos.

Neste sentido, muito embora o discurso das parcerias pareça igualitário, sabemos que as relações entre Estado e mercado, ou entre o setor público e o privado, não é recente, pois Adam Smith, já no século XVIII, concebeu essa relação, em que o Estado deve suprir as necessidades do mercado, como forma de desenvolvimento econômico, como registrado em “A riqueza das nações” (1985).

Nessa lógica de reestruturação e/ou fortalecimento das relações entre os setores público e privado, o papel da educação é ressignificado como sinônimo de desenvolvimento, tornando-se alvo de interesses dos capitalistas. Oportunamente, a partir da década de 1990, o governo assumiu o discurso de ampliação do ensino superior, principalmente por meio da iniciativa privada.

Para Otranto (2006), nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff em (2011-2014) foram desenvolvidas políticas no setor público e no setor privado, destinadas a expansão do ensino superior, ainda que, a partir de 2004, tenha havido a implementação de políticas destinadas à inclusão de camadas populacionais com menor poder aquisitivo, no sentido de ampliar a “democratização” do acesso ao ensino superior, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni), como uma das soluções para amenizar a inadimplência e o número de vagas ociosas no ensino superior privado.

O ProUni se aproxima da lógica das parcerias público-privadas, na educação superior, sobretudo quando afirma que o patrocínio do Estado pode ocorrer de maneira total ou parcial por meio de “concessão”, prestação ou exploração de serviços públicos a serem realizados pela iniciativa privada em decorrência das parcerias.

Nesse sentido, a relação entre o público e privado decorre de um acordo firmado entre o governo e as instituições privadas por meio da assinatura do termo de adesão, estas instituições de ensino superior se comprometem a disponibilizar 10% de suas vagas de forma “gratuita”, na forma de bolsa estudos integral e parcial considerando a relação de pagantes e devidamente matriculados, ao final de cada período letivo anterior, em contrapartida, recebe incentivos fiscais sendo isentas do pagamento dos tributos, durante o período de vigência do termo de adesão sendo renovado a cada dez anos.

Assim, as instituições são perdoadas dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição para o Programa de Integração Social- PIS conforme o art. 8º da lei 11.096/2005 que rege o Programa.

Carvalho (2006) desenvolveu um estudo específico sobre a criação do ProUni, com o objetivo de analisá-lo como parte de um jogo político em torno do acesso ao ensino superior, no governo Lula. Os resultados principais de tal pesquisa apontam para a renúncia fiscal gerada pelo ProUni que deriva da isenção e/ou da imunidade tributária, o que ocasiona destinação de financiamento público, indiretamente, aos estabelecimentos de ensino superior privados.

Carvalho (2006) alerta que a renúncia fiscal é apenas uma redução potencial de receita tributária, que pode não ser tão significativa, caso a inadimplência e a sonegação

fiscal seja elevada. A opção preferencial por este caminho é coerente com a lógica atual de controle das finanças públicas, mas contrária aos interesses de parte significativa da população que busca acesso ao ensino de qualidade.

No que concerne às políticas para o ensino superior, o ProUni foi regulamentado seguindo os seguintes passos: inicialmente, o governo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.582/2004, instituindo o Programa. Devido à demora na tramitação do PL, o governo editou a Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que, após inúmeros debates no Congresso Nacional, foi convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

De acordo com Carvalho (2006), a redação final do documento reflete o jogo político em que o Ministério da Educação (MEC) se envolveu, em razão da pressão que sofreu por parte da iniciativa privada. Este Programa tem sido alvo de investimento financeiro público e em contrapartida, deixa de investir no aumento de vagas nas instituições públicas (CARVALHO, 2006).

A Tabela 4, a seguir, mostra a evolução das vagas ociosas, nas IES públicas e privadas, no período de 2003 a 2013.

Tabela 4- Evolução do número de vagas ociosas em instituições, segundo a Categoria Administrativa- Brasil, 2003-2012

ANO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
2003	14.132	725.647	739.779
2004	21.250	996.061	1.017.311
2005	24.687	1.014.019	1.038.706
2006	33.698	1.147.391	1.181.089
2007	30.769	1.331.218	1.341.987
2008	36.725	1.442.593	1.479.318
2009	39.551	1.613.740	1.653.291
2010	36.775	1.493.205	1.529.980
2011	58.346	1.483.471	1.541.817
2012	77.551	1.276.464	1.353.977

Fonte: MEC/INEP/DEED (2014).

Notamos, quanto ao número de vagas ociosas, conforme os dados do Censo do Ensino Superior, comparando o ano de 2003-2004, no que diz respeito ao primeiro mandato do presidente Lula, que as instituições públicas registraram 21.250 vagas ociosas em 2004, o que corresponde a um aumento percentual de 50,36% em relação a 2003. Entretanto, as instituições privadas, no mesmo período, apresentaram um número de vagas ociosas elevado, em torno de 996.061, o que representa um aumento percentual de 37,26%.

Ao fazermos uma comparação entre os anos de 2003 e 2012, percebemos que a variação de vagas ociosas, nas instituições públicas, foi aproximadamente de 448,76% correspondendo a 63.419; enquanto nas instituições privadas foram registrados 75,90% correspondendo a 550.817 no que tange a estas vagas. As vagas ociosas cresceram nas instituições públicas no biênio 2011-2012 enquanto nas instituições privadas, no mesmo período ocorreu um decréscimo considerável desde 2010.

No que se refere ao quantitativo de vagas ociosas, observamos na Tabela 4, uma situação problemática de exclusão social, nas instituições públicas e privadas, pois estas deixaram 614.236 candidatos fora do processo de formação acadêmica, somente no período de 2003-2012, o que podemos concluir é que a expansão deste nível de ensino está se limitando ao acesso dos candidatos, mais do que à permanência dos alunos nessa etapa educacional.

O problema é evidenciado porque mais de um milhão de vagas sem ocupação, passaram a existir desde 2004 no ensino superior. Acreditamos que tal realidade está associada a diversas causas, a exemplo, dependendo do curso superior os custos variam, pois mesmo em instituições públicas os gastos com material pedagógico, transporte urbano ou fluvial, alimentação tornam-se insustentáveis, caso o aluno não tenha apoio familiar para assumir as despesas, sobretudo se o curso for em instituição privada a dívida que o aluno arca é muito maior.

Nesse sentido, o governo Lula promoveu políticas sociais que buscavam incentivar o ingresso no Ensino superior público e privado, a exemplo dos Programas Reuni para as instituições públicas Federais como vimos na página 58 e o ProUni, desde 2005 vem possibilitando o ingresso aos alunos de baixo poder aquisitivo, nas instituições privadas por meio da concessão de bolsas parciais e totais, para conter o excedente de vagas ociosas e até mesmo a evasão, as instituições privadas que aderem

anualmente ao Programa, em troca de perdão/ renúncia/permuta fiscal são dispensadas do pagamento de impostos e contribuições.

Supomos que o aumento da ociosidade pode estar relacionado à ampliação do Enem para ingresso no ensino superior tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, visto que os candidatos podem pleitear uma vaga em qualquer curso no país, por vezes desistindo do curso que iniciou por não se agradar ou mesmo financiando o curso de seu sonho em instituições privadas, além disso, em 2009 foi criado o SISU (Sistema de Seleção Unificada) que passa a ser outra forma de ingresso no ensino superior nas Instituições Federais com a nota do Enem do ano anterior.

Ressaltamos que no período de 2003 e 2013, duas das regiões brasileiras mais carentes (Norte e Nordeste) de oferta de ensino superior, tiveram uma expansão significativa de vagas. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, enquanto a região Norte registou a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos nos Programas Federais, decorrentes do processo de interiorização da universidade pública e nas políticas ampliação das instituições privadas (SIS, 2014).

Assim, o crescimento de matrículas no ensino superior em decorrência das Políticas Públicas de expansão, acesso e permanência que têm como alvo, principalmente pessoas de baixa renda egressos do ensino médio. Para tanto, as instituições de ensino superior precisam se reorganizar para receberem este público, que segundo Marques e Cepêda (2012, p. 186), se faz necessário para contemplar os conhecimentos e dificuldades socioeconômicas do “novo aluno”, logo, a instituição de ensino superior deve

[...] reformatar seu próprio desenho, já que regiões, atores, valores e culturas diferentes passam a contar com poderosa ferramenta de vocalização – a expertise legitimadora do conhecimento – podendo interferir na agenda da pesquisa, na definição de objetivos da ação universitária, na gestão do conhecimento e da inovação (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p. 188).

Assim, o ProUni no que diz respeito ao ingresso no ensino superior tem desempenhado um importante papel, no tocante à inserção de egressos do ensino médio ao ensino superior conforme evidenciaram as pesquisas de Rizzo (2010), Costa (2012), Ferreira (2014).

Entre as universidades privadas que aderiram ao Programa foi possível notar que existiam instituições de ensino superior no Estado do Pará consolidadas há mais de 40

anos na oferta de ensino superior em vários cursos, inclusive com pós-graduação *Latu Senu* e *Stricto Senu*, a exemplo da Unama instituição pesquisada em nossos estudos. Assim, no próximo capítulo analisamos a materialidade do ProUni por meio de documentos oficiais que versam sobre sua origem, concepção e atuação, considerando os fatores que antecederam o Programa, bem como, sua implantação pelo país, no Estado do Pará e em Belém conforme veremos a seguir .

2 O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo analisamos as circunstâncias que levaram à criação do ProUni, os embates entre o governo, os movimentos sociais e a comunidade acadêmica, bem como sua implantação por meio da tramitação dos instrumentos normativos que compreende, principalmente, o Projeto de Lei 3.582/2004, a Medida Provisória nº 213 e a Lei 11.096/ 2005 (versão final do ProUni), indispensáveis para entendermos as mudanças da política. Assim, analisamos o Programa à luz dos documentos do TCU 2008/2009, apresentando os desdobramentos na legislação do ProUni equacionados ao alinhamento com o FIES, atendendo às bolsas parciais de 50% e às complementares de 25%, do ProUni. Na sequência, analisamos a educação à distância no Programa como caminho para a ampliação do ensino superior. Por fim, mostramos de forma breve o Programa em números no Brasil, no Estado do Pará e na cidade de Belém.

Para tanto, é fundamental entendermos como ocorreu a trajetória do ProUni, as motivações que justificaram sua criação, o ponto de vista dos autores contrários e favoráveis ao Programa no tocante ao acesso às camadas de baixa renda, conforme veremos a seguir.

2.1 A Concepção do Programa Universidade Para Todos

Ao assumir seu primeiro mandato em 2003, o presidente Lula dá continuidade à reforma do Ensino Superior. Para encaminhar esse processo, o governo designou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que elaborou um relatório chamado de “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para sua reforma” no qual são apresentadas as principais diretrizes para a Reforma universitária no País (OTRANTO, 2006).

Esse GTI, composto por 19 (dezenove) representantes governamentais, foi incumbido de elaborar um diagnóstico sobre a Educação Superior brasileira e propor um plano de ação que promovesse sua democratização, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As análises apresentadas no relatório elaborado pelo grupo de trabalho admitiram a situação de crise da educação superior brasileira,

especialmente nas Universidades Federais, justificadas pela crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem, bem como a falta de capacidade de gerenciamento dos recursos por parte do Estado.

Segundo Otranto (2006), os relatores do GTI argumentaram, naquele momento, que tal situação já atingia as instituições privadas, que vivenciavam uma expansão recorde na época, sobretudo na era FHC, e agora se encontravam ameaçadas pelo risco da inadimplência que estava associada, sobretudo, aos altos valores cobrados nas mensalidades. E nem mesmo com a aquisição de empréstimos financeiros por parte das famílias, conseguiu-se reverter tal quadro. Ressalta a autora, que ocorreu uma crescente desconfiança em relação aos diplomas de algumas instituições privadas, já que parte delas atuava na ilegalidade, o que levantava suspeita sobre a qualidade do ensino que ofertavam.

No relatório do GTI são propostas alternativas para a criação de um “mercado educacional” sob a gerência dos empresários da educação superior. Os reformistas alegam que outro tipo de propriedade deve intermediar tal processo, ou seja, outra esfera pública, não estatal. Neste caso, a participação da sociedade civil é fundamental nas negociações governamentais e mercadológicas, que são privilegiadas de maneira camuflada, inseridas nas parcerias público-privadas (PERONI, 2009).

Para Sguissardi (2008), esta situação representa a marca de um Estado que carrega necessariamente as contradições da sociedade e do modo de produção capitalista, e que busca atender as classes abastadas na manutenção de seus privilégios. No entanto, quanto à classe pobre, para inibir qualquer reação contrária ao sistema, faz concessão de alguns direitos básicos, como alimentação, moradia e educação por meio de Programas focalizados, como é o caso do ProUni.

O Projeto de Lei 3.582/2004 foi o primeiro documento oficial enviado, no início de maio de 2004, ao Congresso Nacional pelos ex-ministros Tarso Genro, da Educação e Antônio Palocci, da Fazenda. Antes da votação do PL no plenário da Câmara e diante das pressões do setor privatista para alteração da proposta do governo, o presidente Lula editou, em 10 de setembro do mesmo ano, a Medida Provisória (MP) nº 213, que instituiu o Programa Universidade para Todos.

A legislação do Programa foi modificada diversas vezes, sempre atendendo às necessidades das instituições privadas. É notório o discurso governamental sobre a necessidade de uma política estratégica que visasse solucionar as graves deficiências

apontadas pelo GTI, com o objetivo tácito de reduzir a insuficiência de oferta na educação superior brasileira.

Um dos argumentos a favor da implantação do ProUni pelo ex- ministro Tarso Genro baseou-se no fato de que os alunos do Ensino Médio já estavam sendo atendidos, havendo naquele momento a necessidade de garantir o ingresso da população desfavorecida no Ensino Superior, sobretudo nas instituições privadas, onde sobravam vagas em excesso, ou seja, as denominadas vagas ociosas, como vimos anteriormente na Tabela 3, do primeiro capítulo (p. 54) . Portanto, segundo o ex- ministro, havia o seguinte quadro:

Ocorre que o número de matrículas no ensino médio praticamente dobrou, de 5,7 milhões para 9,8 milhões entre 1998 e 2002, conforme dados do Censo da Educação Básica do INEP/MEC, sendo que o número de matrículas na 3ª série do ensino médio, de 1.274.933 em 1996, chegou a 2.239.544 em 2002. A consequência direta destes dados é o aumento da demanda pelo ensino superior. Por outro lado, nesse mesmo período, houve uma enorme expansão da rede privada de ensino superior. Das 1637 instituições de ensino superior contabilizadas no Brasil em 2002, de acordo com o censo do INEP/MEC, 1442 são privadas e 195 são públicas, totalizando uma oferta de vagas de 1.773.087. Não obstante, 37,5% das vagas em instituições privadas, o que corresponde a aproximadamente meio milhão, estão ociosas. Nas instituições de ensino público, a capacidade está muito mais bem aproveitada, com apenas 14.863 de vagas não preenchidas, o que corresponde a 5% (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o argumento central do governo consistia na existência de uma grande quantidade de vagas ociosas no setor privado e que seria preciso uma ação para que essas vagas fossem ocupadas. Para o ex-ministro Tarso Genro, o Programa representava uma possibilidade de reverter, ou ao menos amenizar, o quadro que persistia durante anos na realidade brasileira do Ensino Superior, ao mesmo tempo em que provocaria ascensão na escala educacional diante de outros países que estavam à frente do Brasil, seguindo a lógica competitiva instaurada em nível internacional:

Este Projeto de Lei tem o altivo propósito de modificar a difícil realidade do ensino superior no Brasil, pois o país figura entre os países da América Latina com uma das mais baixas taxas de cobertura do ensino superior. Apesar do aumento da oferta de cursos superiores, apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos de idade estão na faculdade, comparado a 27% no Chile, 39% na Argentina, 62% no Canadá e 80% nos EUA (BRASIL, 2004, N° 26).

Apesar dos argumentos em defesa do ProUni, sua implantação não ocorreu isenta de críticas, especialmente por parte dos pesquisadores que defendiam um ensino público, gratuito e de qualidade. Uma delas se baseava na justificativa de que os recursos que o governo deixava de arrecadar com a isenção fiscal poderiam ser

utilizados na ampliação da oferta de vagas no setor federal. Todavia, isso não aconteceu, uma vez que o governo comprava as vagas já existentes e ociosas em IES, muitas vezes, de qualidade duvidosa (CATANI; CARVALHO, 2006).

Dessa forma, o acesso ao ensino superior vem se materializando a baixo custo para o governo, isto porque, segundo dizia o ex-Ministro Tarso Genro, será mais barato para o governo comprar as vagas nas IES privadas do que investir nas públicas, uma vez que nas privadas o gasto seria de R\$ 50 milhões, enquanto que nas públicas seriam necessários R\$ 350 milhões, e levaria muito mais tempo (DAVIES, 2008).

O ProUni como política pública de acesso ao ensino superior é coerente com as ações governamentais, tendo em vista que ao aproveitar as vagas ociosas com pouco investimento o governo tem ampliado o ingresso das pessoas de baixa renda ao ensino superior. Os beneficiários selecionados são compostos por diversos grupos sociais, a exemplo dos negros, índios, pardos, deficientes e até mesmo professores da educação básica, pois é um Programa que contempla a diversidade social que compõe a realidade brasileira, conforme veremos a seguir por intermédio do aparato legal no qual se estrutura o Programa.

2.2 Os Marcos Legais de criação do ProUni

A evolução do aparato legal do Programa Universidade Para Todos envolve o Projeto de Lei 3.582/2004, por ser a proposta original que previa a oferta de bolsas integrais e parciais para os alunos do Ensino Médio oriundos de escola pública e para professores das redes públicas de Educação Básica. O mesmo documento previa a renda fixada de um salário mínimo *per capita* para os bolsistas integrais, e o limite máximo de três salários mínimos para bolsas parciais.

O ProUni oferece, como contrapartida para as instituições privadas que disponibilizam as bolsas de estudo, a isenção do pagamento de impostos e contribuições, ou seja, são contempladas com a isenção fiscal. Ressaltamos que tal procedimento permite que todas as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, sejam contempladas. Para isso, deveriam destinar 20% das vagas em forma de bolsas, no caso das IES confessionais ou filantrópicas _ o que equivaleria a uma bolsa integral a cada quatro alunos pagantes. As instituições com fins lucrativos deveriam destinar 10% das vagas ofertadas em bolsas _ o que representaria uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes..

É importante ressaltar que o Projeto de Lei estava em processo de tramitação no Congresso Nacional quando o governo decidiu editar a Medida Provisória nº 213, de 10/09/2004, que trouxe alterações no projeto. O quadro abaixo demonstra as mudanças no projeto de lei 3.582/2004, na medida provisória nº 213/2004 convertida na Lei 11.096/ 2005 do ProUni.

Quadro 1- As mudanças na legislação do ProUni

PROJETO DE LEI 3.582/2003	MEDIDA PROVISÓRIA 213/2004	Lei 11.096 /2005
Bolsa para alunos das escolas públicas 100% e 50%.	Extensão de bolsa aos alunos originários de instituições privadas na condição de bolsistas da mesma instituição.	Ampliação da bolsa para 25%.
Limite da renda per capita um salário mínimo a três.	Aumento da renda per capita para um salário mínimo e meio a três.	Permaneceu o último critério estabelecido pela MP
Professores da rede pública da educação básica.	Ampliação para professores da rede de ensino nos cursos de licenciatura e Pedagogia independente da renda.	Permanece o que está em vigor na MP 213
Seleção dos candidatos no ENEM e perfil socioeconômico.	Seleção dos candidatos decididos pela instituição privada e ENEM.	Permaneceu o último critério estabelecido pela MP

Fonte: Elaboração própria.

O quadro revela que as mudanças na legislação do ProUni promoveram ampliação na distribuição das bolsas de estudos do Programa, conforme visto nos três documentos 3.582/2003, 213/2004 e Lei 11.096 /2005. Ao definir a bolsa somente a estudantes da rede pública, o governo busca ampliar o acesso ao ensino superior às camadas mais pobres como previsto no projeto de lei. Contudo, a medida provisória cria a bolsa de 50% aos alunos oriundos de instituições privadas na condição de bolsista integral da mesma instituição, o que significa que a concorrência pela bolsa aumenta para os alunos das escolas públicas.

Neste percurso, a diversificação no tipo de bolsas entre integrais (100%) e parciais (50% e 25%) representou uma mudança na MP tendo estendido seus efeitos à lei 11.096, bem como as modificações na proporcionalidade no que diz respeito à distribuição de bolsas de estudo, para calcular a quantidade de bolsas a serem oferecidas.

As IES particulares se dividem em instituições com fins lucrativos, instituições sem fins lucrativos não beneficentes e instituições beneficentes de assistência social e disponibilizam as vagas para o ProUni, que representa outro ganho para as instituições privadas sem fins lucrativos não beneficentes, ou seja, as comunitárias que são isentas do imposto de renda e isenção da Contribuição Social Lucro Líquido (CSLL). Embora o governo recolha a cota patronal sobre a folha de salários, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), no caso de adesão ao ProUni, as IES ficam isentas dos dois últimos.

Assim, o Programa define duas situações no que diz respeito à oferta das bolsas pelas instituições privadas, de acordo com o art. 5º. A primeira, refere-se à oferta da bolsa integral e a relação de estudantes pagantes, para que a décima seja concedida pelo ProUni.

I - aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

A segunda situação, determinada pela MP na ocorrência da instituição, é ofertar bolsas de 50% ou 25%, ou seja, à razão de 2 (duas) parciais para 1(uma) integral.

II - alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou sequencial de formação específica.

Para as instituições beneficentes (Filantrópicas), a proporção é de uma bolsa integral para cada para nove pagantes, até o alcance dos 20%, dividido da seguinte forma: 10% desta receita para o oferecimento de bolsas de estudo integrais, e 10% a critério da instituição, por meio da venda de serviços, oferta de bolsas parciais de 50% e programas de assistência social e extracurriculares, conforme § 1º e § 2º, do art.10, da Medida Provisória. Vale lembrar que estas instituições já possuem imunidade tributária arcando apenas com o ônus do Cofins e Pis. Portanto, são obrigadas a participar do ProUni para se manterem como filantrópicas.

Houve mudanças nos critérios de seleção para aquisição da bolsa do ProUni, pois, anteriormente, o desempenho do aluno e o perfil socioeconômico eram suficientes para solicitar as bolsas. No entanto, a MP flexibilizou mais uma vez para que as instituições privadas definissem os critérios de seleção interna, tendo o Enem como um dos elementos de seleção, mas não o definidor para inserção do aluno na instituição e no curso de sua escolha.

A Lei nº 11.096/2005 ocasionou a modificação da Medida Provisória quando permitiu a ampliação da bolsa parcial para bolsa de 25%, ou seja, a cada modificação legal uma nova reconfiguração é imposta ao ProUni, conforme determina o art. 1º, da mesma lei :

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

A inclusão das bolsas parciais de 25% favorece o setor privado, uma vez que os estudantes teriam que complementar os 75% com seus próprios recursos. Isso revela como as alterações do ProUni têm mostrado os acordos entre o MEC e as instituições privadas.

Em processo, a Lei 11.096/2005 foi modificada em seu art. 2º, pela Lei 11.128, de 29/06/2005, que, em seu inciso I, do art. 2º, trata da necessidade das mantenedoras das instituições de ensino quitarem seus tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal, sob pena de desvinculação do ProUni, caso não tivessem sido inseridas até 2006.

Portanto, a Lei 11.096/2005 referendou a MP 213, quando flexibilizou as regras que alteraram as formas de desvinculação do ProUni. Anteriormente, o Projeto de

Lei 3.582/2004 previa apenas duas avaliações consecutivas insuficientes ou três intercaladas para a exclusão da instituição privada do Programa. Entretanto, as modificações propostas, tanto pela MP quanto pela Lei, apontavam o caráter privatizante do ProUni, ao permitir sanções leves, pois considerava que três avaliações consecutivas insuficientes seriam pertinentes para desvincular o curso, sendo que as bolsas do mesmo seriam redistribuídas na própria instituição.

Ainda o § 4º, do Art. 5º, da Lei 11.096/2005, muda novamente os critérios de proporcionalidade para as instituições privadas com fins lucrativos e para as comunitárias (sem fins lucrativos não beneficentes), que passariam a conceder uma bolsa integral para cada 10,7 alunos pagantes; ou uma bolsa integral, alternativamente, para cada 22 estudantes regularmente pagantes e matriculados. Essa concessão é relativa a quantidades adicionais de 50% e 25%, até o limite de 8,5% da receita bruta.

Este Programa simboliza uma das vias de reforma do Ensino Superior, conforme Otranto (2006), Mancebo (2004) tendo no seu contexto a reforma do Estado iniciada com Fernando Collor de Melo, consolidada no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998-2002) e mantida nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff.

Neste cenário de políticas públicas voltadas ao ingresso do ensino superior, a Lei nº 11.180/2005 autoriza a concessão de Bolsa-Permanência para alunos de instituições de ensino superior, por meio da Portaria de nº 569, de 23/02/2006, através da qual os universitários recebem um financiamento estudantil, inclusive os bolsistas do ProUni. Tal iniciativa é importante para estes estudantes, ainda que se constitua em uma medida limitada, pois atende apenas aos alunos que estudam em tempo integral e com bolsa integral. Dessa forma, a Lei não contempla os alunos que estudam nos cursos noturnos, que concentram o maior número de alunos do Programa, ou seja, 945.746 (74,27 %), seguidos dos cursos matutinos, 241.652 (18,97%), nos cursos com bolsa integral 47.020 (3,69 %). Por fim, o menor número de bolsas concedidas está nos cursos vespertinos, 38.904 (3,05 %), no Brasil.

De acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior – SIEDSUP, mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a referida carga horária média é calculada pelo quociente entre a carga horária mínima total do curso, em horas, e o produto obtido pela multiplicação do respectivo prazo mínimo, em anos,

para integralização do curso, e o número de dias do ano letivo, sendo este fixado em 200 dias letivos (MEC, 2014).

Conforme o Art. 1º da Portaria de nº 569 /2006:

§ 1º A bolsa-permanência será concedida a estudantes matriculados em cursos de Agronomia, Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Informática, Medicina, Odontologia e Veterinária, com no mínimo 6 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a 6 (seis) horas diárias de aula' (MEC, 2006).

O valor pago pela bolsa permanência não cobrirá os encargos de muitos cursos, principalmente os da área da saúde, sobretudo Medicina, Odontologia e Engenharia, que historicamente são considerados cursos de elite, o que provoca questionamentos sobre a prioridade dos mesmos e gera certa discriminação e/ ou desvalorização em relação aos demais cursos. Com isso, percebemos que nem mesmo a própria LDB promoveu a ruptura sobre o modelo antigo de seleção baseado no capital econômico e social, para estes cursos de prestígio (OLIVEIRA, CATANI, HEY, AZEVEDO, 1996).

No que se refere ao Programa FIES alinhado ao ProUni, são exigidas condicionalidades às instituições privadas para usufruírem do financiamento, a exemplo, adesão ao ProUni e ter avaliação positiva no Sinaes. Portanto, o descumprimento na proporcionalidade das bolsas de estudo e a má avaliação são fatores que o governo não pode ignorar, caso contrário, estará cometendo injustiça com as instituições que cumprem os dispositivos legais, bem como criando condições para a manutenção de IES desqualificadas no Programa e gerando a possibilidade de ensino pauperizado para os beneficiários de baixo poder aquisitivo.

É importante frisar que o ProUni, em 2010, passa pelo processo de internacionalização, na medida em que passa a oferecer vagas em instituições estrangeiras para alunos brasileiros carentes e que obtiveram as melhores notas nas provas do Enem (MEC, Portaria nº 381, 2010). Aos alunos selecionados é ofertada pelo Governo Federal uma ajuda de custo por meio do pagamento das mensalidades, seguro saúde e bolsas para as despesas com alimentação. Diferentemente do que ocorre no Brasil, as instituições privadas dos países estrangeiros não receberão isenção fiscal. Em contrapartida, a mensalidade do aluno é paga pelo cofre público, assim cria-se outra forma de negociação da educação, que paulatinamente passa a se internacionalizar por meio do Programa.

O referido Programa tem como objetivo conceder o ingresso ao ensino superior nas instituições privadas de acordo com art. 5º, da lei 11.096

Com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados (BRASIL, 2005).

O regulamento afirma que todas as instituições privadas que forem inseridas no ProUni, independente da sua natureza jurídica de instituição, devem oferecer bolsas conforme a situação dos alunos regulares. Isso quer dizer que a quantidade de bolsas ofertadas para o Programa dependerá do número de alunos pagantes no ano anterior. No entanto, isso não significa dizer que ocorra na íntegra, por parte do governo, um acompanhamento real para analisar a veracidade das informações prestadas pelas IES privadas, fator que não implica na redução das isenções fiscais ou ao menos em um controle social.

Além disso, o Programa prevê incentivos para as IES sem fins lucrativos que se transformarem em instituições com fins lucrativos, mudando sua natureza jurídica, passando a pagar a quota patronal para a previdência social de forma paulatina, com prazo de cinco anos, passando a pagar a contribuição previdenciária a partir do 1º dia do mês de realização da assembleia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica.

Observamos que o Governo Lula, por meio do ProUni, estimula as instituições privadas a destinarem “gratuitamente” 10% de suas vagas em forma de bolsas para os estudantes não portadores de diploma de curso superior que devem atender às regras do Programa para a sua aquisição da bolsa. Sendo que é necessário ter renda familiar¹³ *per capita* de até um salário-mínimo e meio para a **bolsa integral**, (R\$1.320,00). A **Bolsa parcial de 50% destina-se** a estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos (R\$ 2.640,00); ou de 25%, para estudantes que possuem renda

¹³ Renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta de todos os membros da família residentes no mesmo domicílio e dividindo-se pelo número de pessoas que formam esta família. Grupo familiar é o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia do chefe do grupo familiar e relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco: pai/mãe, padastro/madastra, cônjuge/companheiro (a), filho (a)/enteado(a), irmão(a), avô/avó (MEC, 2009).

familiar, por pessoa, de até três salários mínimos. As bolsas de menor valor são concedidas somente para cursos cuja mensalidade é de até R\$ 200,00.

A bolsa oferecida pelo ProUni destina-se a estudantes que tenham cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; para portadores de deficiência; e para professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição, e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso, a renda familiar por pessoa não é considerada, ou seja, independe da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei 11.096.

As instituições que aderiram ao ProUni opcionalmente ficaram isentas por um período de dez anos, renovável por igual período, do pagamento dos seguintes impostos e contribuições, de acordo com art. 8º: “I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); IV - Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)” (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, Carvalho (2006) considera que o governo Lula dá continuidade à política fiscal, que tem como ação estatal prioritária o Programa Universidade Para Todos que surge com o discurso de justiça social, tendo como público-alvo os estudantes carentes, selecionados de acordo com a renda per capita familiar e com o tipo de escola em que cursou a educação básica, sendo públicas, ou privadas na condição de bolsistas integrais.

2.3 O ProUni nos documentos do TCU

Em 2008, foi realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a primeira Auditoria Operacional do Programa Universidade para Todos -ProUni e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior –FIES, no período de 4/6 a 7/11/2008. A auditoria teve:

[...] por objeto as ações governamentais voltadas ao acesso e permanência da população economicamente mais vulnerável ao ensino superior, realizadas por intermédio do Programa Universidade para Todos-ProUni e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES, no que concerne ao alcance de seus objetivos, seus mecanismos de implementação e controle, bem como sua sintonia com o mercado de trabalho e seu público-alvo (BRASIL, 2008).

No relatório do TCU, vieram à tona várias denúncias, por meio da mídia televisiva e jornalística, explicitando o caso de alunos que fizeram uso das bolsas do Programa indevidamente. A propósito dessa situação, o relatório do TCU (2008) denunciou algumas irregularidades, entre elas a existência de 956 (novecentos e cinquenta e seis) bolsistas do ProUni, que também estudam em universidades Federais, o que é proibido pela legislação do Programa. Além do que, existiam alunos que diziam receber um salário mínimo e meio, porém possuíam carro do ano, e até de luxo. Caso a Lei do ProUni fosse aplicada na prática, aumentariam as oportunidades dos estudantes em condição socioeconômica de vulnerabilidade, alvo do ProUni, ou seja, alunos carentes.

No mesmo relatório foi evidenciado a existência de cursos nos quais os alunos nunca passaram pelo Exame Nacional do Ensino Superior (Enade), representando um percentual de 34,6% dos cursos oferecidos pelo ProUni e 18% pelo FIES, que não adentraram nenhuma espécie de avaliação estandardizada. Vale ressaltar que dos submetidos à avaliação, 20,9% no ProUni e 24,8% no FIES, obtiveram nota inferior a 3, o que significa dizer que o controle do MEC em relação à avaliação dos cursos é vulnerável aos critérios de elegibilidade e, ainda, revela a inoperância do MEC com as instituições privadas, o que no caso do FIES é vedado pela legislação (TCU, 2008, p. 40).

É imprescindível, de acordo com a legislação do ProUni, que o candidato à bolsa ProUni faça o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), do ano anterior e obtenha nota mínima de 45 pontos, critérios somados ao seu perfil socioeconômico para poder concorrer ao benefício. Em relação aos critérios de desempate no ENEM, primeiramente, fica o questionamento: O aluno egresso do Ensino Médio Público tem condições de fazer uma boa prova de redação e demais disciplinas para alcançar as notas solicitadas para garantir sua classificação para as demais etapas do processo?

Consideramos as dificuldades que o aluno da classe trabalhadora enfrenta uma vez que as escolas públicas funcionam com poucos recursos financeiros, professores desvalorizados e ainda existem diferenças entre as escolas públicas (Federal, Estadual, Municipal). Os alunos das escolas públicas, principalmente as estaduais, têm suas condições intelectuais e cognitivas reduzidas em decorrência de privações que interferem no seu rendimento acadêmico.

Logo, as disputas pelas vagas no ensino superior por meio da nota do Enem se tornam mais acirradas diante da maximização do princípio meritocrático, referência na educação da sociedade capitalista que se intensifica por meio dos processos seletivos. Também se prioriza a renda familiar do candidato para disputar a vaga, o que é passível de contestação. Mesmo sendo regra do Programa, este critério é sinônimo de exclusão, pois é destinado apenas aos estudantes carentes que possuem renda de um salário mínimo e meio a três salários, logo, afasta do processo todos aqueles que não tenham renda salarial. O que comprova que o ProUni não é para Todos, como afirma seu slogan, e sim para selecionados, ou mesmo para aqueles que podem pagar por este “serviço educacional” nas instituições privadas.

Conforme art. 12, da Lei nº 11.096/2005, as instituições de ensino superior participantes no ProUni poderão conceder bolsas aos trabalhadores da própria instituição e aos seus dependentes, em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% das bolsas oferecidas por curso, por meio das bolsas remanescentes, as quais serão concedidas nos termos da Lei n. 11.096/2005 e Portarias Normativas do MEC relacionadas.

As bolsas remanescentes não terão efeito retroativo e são somente válidas a partir da data da emissão do correspondente Termo de Concessão. Logo, os estudantes já matriculados nas instituições de ensino e que atendam aos critérios socioeconômicos do Programa, sendo funcionários da própria instituição, desde que mantidos os critérios de seleção, ou seja, provenientes do Ensino Médio de escolas públicas ou contempladas com bolsas integrais em escolas particulares. No momento de escolha das instituições privadas os candidatos têm até sete opções de cursos, sendo reduzidas a cada processo seletivo. As informações estão disponíveis no site do MEC (nota mínima por curso e ocupação). O estudante com melhor resultado no ENEM é o primeiro a ser beneficiado em sua opção de curso, que segundo o MEC é a forma de valorizar o mérito do candidato.

Adverte Mancebo (2004) que o ProUni imprime uma nova concepção que conduz as relações entre público-privadas, ao enfatizar que:

Deve-se insistir no aspecto privatizante do ProUni, porque delega responsabilidades públicas para entidades privadas e, mesmo que os alunos não paguem mensalidades, contribui para o aumento da oferta privada nesse campo. Assim, o que está em jogo não é o "afastamento" da ação estatal, senão sua reconfiguração quanto à oferta do ensino superior. Na própria

justificativa do projeto de lei, apresentado no *site* do MEC, é transparente a ideia de que “o Universidade para Todos está inserido [num] esforço de mudança de rumos, criando uma nova relação entre o setor público e privado” (Brasil/MEC, 2004, p. 2), melhor dito, promovendo um embaralhamento das barreiras entre o público e o privado (MANCIBO, 2004, p.12).

As relações público-privadas ocasionam outra forma de gerenciar o ensino superior, pautada nas trocas de serviços. Assim, busca-se atender os diversos clientes no mercado educacional. Nesse sentido, o ProUni, destina um percentual de cotas para alunos pretos e indígenas como prescrito no artigo 7º nos incisos II e § 1º da lei 11.096, ou seja, para os cidadãos autodeclarados indígenas e negros, objetivando “incluir” o público oriundo das Ações Afirmativas

[...] implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros. [...] No mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva por Unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística- IBGE (BRASIL, 2005).

Essa “inclusão social” por meio de reservas de cotas é outra maneira que o governo utiliza, objetivando ampliar e validar o caráter de “inclusão e justiça”, imbuída na concepção do Programa voltado ao atendimento dos estudantes carentes.

Conforme dados do MEC, em 2005 foram distribuídos, no primeiro processo seletivo, um total de 112.275 (cento e doze mil duzentos e setenta e cinco) bolsas integrais e parciais em 1.142 (hum mil cento e quarenta e dois) Instituições de Ensino Superior. Contudo, o incremento ao acesso do ensino superior, mesmo com a contribuição do ProUni, foi tímido e não ultrapassou 6,4% em cada processo seletivo. Quanto à desistência dos beneficiários das bolsas de estudo, alcançou-se o percentual de 19,5%, no mesmo período. No segundo semestre de 2008 um total de 42% das bolsas ofertadas estavam sem utilização (TCU, 2008).

No ano de 2006, foi criada a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (CONAP), cujo objetivo foi o aperfeiçoamento e a consolidação do Programa, de modo a interagir com a sociedade recebendo queixas, denúncias, críticas e sugestões, além de propor diretrizes para organizar comissões de acompanhamento local, elaborar seu próprio regimento e realizar reuniões (BRASIL, 2006).

As denúncias decorrentes do relatório do TCU em 2008 sobre a desproporcionalidade entre as bolsas ofertadas e as ocupadas promoveram modificações

na lei 11.096, por meio do art. 26, da Lei 12.431, de 27/6/2011, que alterou o art. 8º da Lei do Programa, determinando que a isenção fiscal devida a cada IES fosse calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas ofertadas. Entretanto, “a proporcionalidade da isenção fiscal com base em critérios de qualidade de cursos não está sendo contemplada, mesmo com os diversos normativos legais que tentam evitar casos extremos de cursos mal avaliados no ProUni e no FIES”. (TCU, 2013).

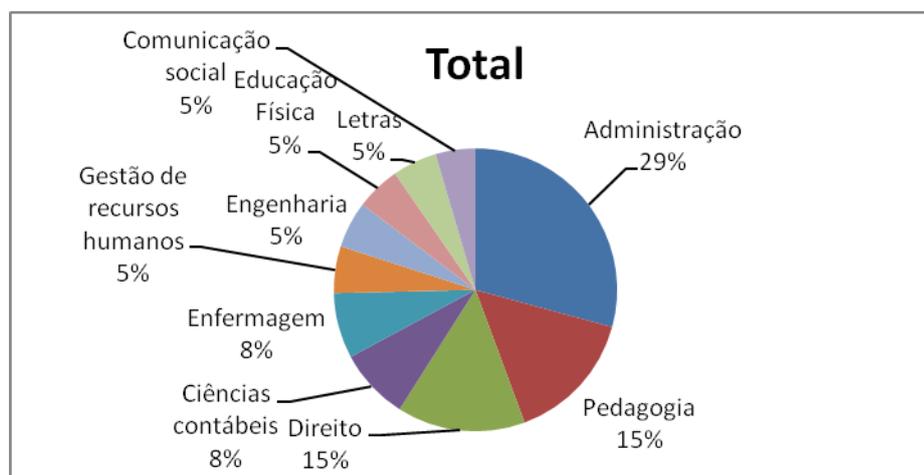
O parecer do TCU (2008) recomendou que fossem tomadas medidas eficazes para garantir um processo mais equilibrado, ou seja, o próprio MEC deveria estabelecer mecanismos de proporcionalidade na relação bolsas ofertadas x renúncia fiscal, para garantir equilíbrio orçamentário do governo, pois, do contrário, somente as instituições privadas continuariam se beneficiando.

O relatório do TCU (2008) admitiu a importância do Programa, ainda que limitada no cenário educacional do ensino superior, haja vista o crescimento de matrículas nesse nível de ensino, que beneficiou principalmente os filhos das classes trabalhadora no ProUni. Algebaile (2004) afirma que a oferta da formação no ensino superior voltada ao trabalhador está em consonância com as recomendações dos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, materializadas pelo MEC, efetivada em um movimento que,

[...] vem atraindo um grande número de pessoas que estavam afastadas da escola há algum tempo, após o término do Ensino Médio. Assim como, nos idos de 1970, houve um “boom” dos cursos supletivos como forma rápida de diplomação (para o 1.º e o 2.º graus), nos anos de 1990 registra-se uma grande afluência de alunos em busca da diplomação em nível superior. Observa-se que a expansão da oferta do ensino superior dá-se não só em termos de ampliação das vagas, mas também em termos de uma diversificação de cursos que permitem encampar camadas da população que estariam excluídas da educação superior tradicional, devido à falta de tempo, recursos financeiros ou preparo para enfrentar um concurso vestibular em igualdade de condições com outros alunos advindos de um ensino médio (ALGEBAILLE, 2004, p. 8).

Assim, a formação acadêmica rápida e voltada para a praticidade no atendimento imediato do mercado de trabalho é realizada sobretudo por meio dos cursos de educação à distância. Entretanto, os riscos para esse profissional estão relacionados à formação incipiente e, por vezes, em instituições com baixa avaliação oficial.

A seguir apresentamos os gráficos e tabelas extraídos e atualizados com base no relatório do TCU 2008.

Gráfico 1- Distribuição dos egressos no Brasil concluintes no ProUni 2005- 2014

Fonte: SISPROUNI (2014)¹⁴

Segundo os dados do SISPROUNI, a frequência de professores no Programa é muito pequena, pois apesar da lei 11.096 do ProUni ter regras que facilitam o ingresso de professores de escolas públicas, em 2014 havia apenas 12.225 bolsistas ativos que eram professores, número que correspondeu a 1% do total de bolsistas. Mesmo o curso de Pedagogia sendo o segundo mais frequentado pelos bolsistas do ProUni, ainda é irrisória a participação de professores neste curso, pois pouco tem atraído a atenção desses profissionais da rede pública ou mesmo não tem sido interessante às instituições sua oferta.

No Programa, os professores estão isentos de pagamento de mensalidades e do cumprimento do critério renda per capita se conseguirem a bolsa integral. Já na aquisição de bolsas parciais e complementares do ProUni eles arcam com metade da bolsa, contudo o pagamento da mensalidade está equacionada à compra de Kits de materiais (apostilas ou livros, CD) produzidos pela instituição, para que possam acompanhar as aulas do semestre, ou ano, no estabelecimento de ensino superior.

Em relação à contradição apresentada anteriormente sobre a necessidade de formação de professores e o baixo número de bolsas de estudo ocupadas por eles no ProUni, levantamos algumas hipóteses para essa ocorrência, entre elas a criação de outros Programas governamentais, tais como: Programa voltado à expansão de vagas

¹⁴ Atualizado parcialmente, 2º semestre de 2014 (MEC não disponibiliza o número de bolsas ocupadas) (SISPROUNI).

nas Universidades Federais Públicas (REUNI), a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para a rede pública e o Plano de Formação de Professores em Instituições Públicas (PARFOR). Ao fazermos uma análise no decênio (2005-2015), percebemos que a participação destes profissionais na área da educação foi limitada, pois segundo os dados do MEC (2015) o quantitativo foi de 12.225 professores no Brasil, o que significa 1% da participação destes no Programa, enquanto as demais bolsas foram oferecidas a outros cursos, chegando a 1.485.000, o que representa em termos percentuais 99%.

Em nossa pesquisa os cursos com maior demanda de bolsas ocupadas não são da área da educação, logo, acreditamos que outros cursos têm sido preferidos pelas instituições privadas. Por conseguinte, mesmo com a necessidade extrema de professores no Brasil, retomando a análise do relatório do TCU (2008), somente no ano de 2006 “2,9 milhões de funções docentes na educação básica” eram ocupadas por pessoas sem a qualificação necessária, pois possuíam unicamente a formação Fundamental completa, representando 22,6 mil deste total. Quanto aos que possuíam formação média, ocupavam 795,8 mil nestas mesmas funções. Assim, percebemos que não existe uma ocupação significativa de vagas no programa por esses profissionais.

De acordo com o art. 5º, da Lei nº 11.096/2005, as instituições privadas inseridas no ProUni são obrigadas a ofertar bolsas em todos os seus cursos, proporcionalmente ao número de bolsas que a instituição oferece em cada um, anualmente ou semestralmente. Contudo, esta realidade tem se apresentado contrária aos números do Programa, conforme a ocupação das vagas, visto que as instituições de ensino superior não ofertam um número equivalente de bolsas para os educadores, lembrando que a oferta da bolsa de estudos está condicionada ao número de pagantes e à adesão das instituições privadas.

Mesmo somando os egressos dos três cursos relacionados diretamente à área da educação, conforme evidenciados no gráfico 1, na página 94, a saber: Pedagogia 35.097, Educação Física 11.794 e Letras com 11.723, eles não ultrapassam o número de alunos formados nos últimos dez anos no curso de Administração, que totalizou em 2014, 67.873. A tabela 5 expõe a relação dos dez cursos mais procurados no Brasil

Tabela 5 – Distribuição de inscritos nos dez cursos mais procurados no ProUni no Brasil- 2014

Nº	CURSOS	INSCRITOS
01	Administração	230.657
02	Direito	208.095
03	Pedagogia	119.214
04	Engenharia civil	115.544
05	Ciências contábeis	107.779
06	Psicologia	95.394
07	Enfermagem	93.161
08	Educação física	91.158
09	Fisioterapia	70.922
10	Serviço Social	65.186

Fonte: SISPROUNI (2015)

Conforme demonstrado na tabela 5, o curso de Administração lidera o ranking de inscritos no ProUni. Os quatro cursos com a maior demanda de inscritos, respectivamente, são: Administração, Direito, Pedagogia e Engenharia civil, que em percentual seguem a mesma sequência: 19,26%, 17,38%, 9,95% e 9,65% dos alunos, somando 46,24% do total de 1.197.107 inscritos nos dez cursos com as maiores demandas de candidatos no Brasil.

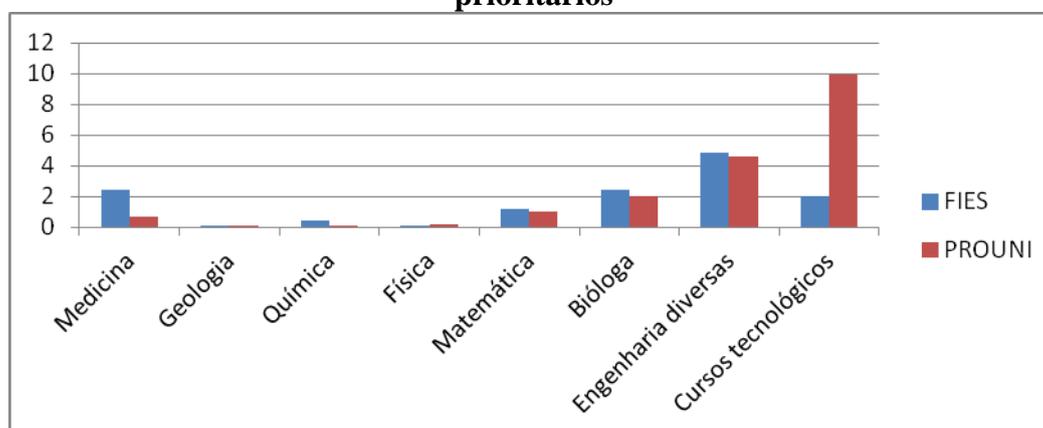
É desproporcional a relação procura e oferta quando se considera a demanda de candidatos inscritos em relação à oferta de bolsas. No ProUni, somente no primeiro processo seletivo de 2014, a ofertada das bolsas de estudos centralizou-se nos dez cursos inseridos no Programa: Administração 21.252, Pedagogia 14.773, Direito 13.794, Ciências Contábeis 10.883, Gestão de Recursos Humanos 6.888, Enfermagem 6.137, Educação Física 6.096, Engenharia Civil 5.850, Serviço Social 4.666 e Psicologia 4.222, no Brasil (MEC, 2014).

Nos cursos considerados prioritários por meio da Portaria Normativa nº 2, que trata do FIES, e considerando esses mesmos cursos no ProUni também como prioritários, como apontado no gráfico 2, verificamos que eles possuem frequência baixa de alunos nos dois Programas. Além disso, conforme mostra ainda o mesmo gráfico, é possível constatar que os cursos prioritários não têm sido ofertados em larga

escala por ambos os Programas, principalmente no ProUni na modalidade à distância, no Brasil e também no estado Pará.

Apesar de serem relacionados como prioritários pela legislação, esses cursos, se agrupados e comparados com os quatro cursos mais procurados no ProUni e os quatro mais procurados no FIES, não atingem sequer a metade do percentual de alunos matriculados nos cursos mais procurados em cada Programa, 38% e 41%, respectivamente, mesmo tratando-se de 284 cursos definidos como prioritários no FIES e 314 no ProUni.

Gráfico 2- Frequência de alunos FIES e ProUni nos cursos definidos como prioritários



Fonte: SIPROUNI/FIES/TCU (2015)

Verifica-se um menor percentual de pessoas que frequenta a educação superior no curso de Medicina. De acordo com os dados de frequência de cursos no ProUni e FIES, o curso de Medicina, no FIES, tem um percentual de 2,4; enquanto que no ProUni representa 0,7, até o ano de 2008. A efetividade deste curso no FIES pode estar relacionada ao elevado valor da mensalidade. Sendo assim, o beneficiário possivelmente não terá condições de usufruir da bolsa parcial tendo que recorrer ao empréstimo do FIES. Segundo dados do MEC, somente no primeiro processo seletivo de 2014 foram ofertadas 693 bolsas integrais no curso de Medicina para todo o Brasil.

Em relação ao curso de Engenharia, representou uma frequência equivalente em ambos os Programas, sendo no FIES 4,8 e no ProUni 4,6, tendo em vista que no primeiro processo seletivo de 2014 foram ofertadas em todo o Brasil 19.837 bolsas nos cursos de engenharia. Nos dados apresentados na relação de frequência entre alunos ProUni e FIES tornou-se evidente as elevadas diferenças de alunos nos Cursos

Tecnológicos ofertados pelo ProUni, que somavam 9,9%; enquanto no FIES significou 1,9%. As análises levaram a crer que é mais lucrativo para a instituição privada oferecer os cursos tecnológicos, que em geral são à distância, com mensalidades economicamente acessíveis aos assalariados do ProUni, ou mesmo são cursos que servem para abater os impostos e contribuições.

Possivelmente, a aceitação destes cursos pelo público alvo do Programa pode está atrelada à perspectiva de emprego fácil e rápido ao mercado de trabalho, impulsionada pela ideia de empregabilidade¹⁵, deixando em segundo plano a formação teórica, humana, filosófica, epistemológica dos sujeitos em sociedade. Notadamente a formação do trabalhador nas instituições privadas, sobretudo através do ProUni, ocorre nestes cursos com menor duração que os considerados tradicionais, conforme os do MEC (2015) (bacharelado e licenciatura). Perante as informações sobre a oferta de bolsas do ProUni e do FIES, o relatório do TCU (2008) concluiu que:

[...] A distribuição de bolsas pelo ProUni e de financiamentos pelo FIES não obedece a uma política de priorização de cursos, mas a uma oferta de mercado ou a uma preferência dos alunos preexistente na educação superior brasileira. Existe um cenário em que há excesso de estudantes em áreas como Administração e Direito e carência de estudantes em áreas como Engenharia e Geologia, por exemplo. A dinâmica de distribuição de bolsas do ProUni e de financiamentos do FIES é movida por motivos outros que não as prioridades e necessidades brasileiras de profissionais (TCU, 2008, p. 38).

Diante disso, conclui-se que a perspectiva mercadológica, na qual a educação é reduzida “aos serviços educacionais, que são considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização”. (SGUISSARDI, 2008, p. 1013), sobrepõe-se às reais necessidades brasileiras de profissionais.

Apesar dos avanços que os números do ProUni têm apresentado no tocante à ampliação das bolsas aos filhos da classe trabalhadora em situação de vulnerabilidade econômica, o Programa não foi aceito de forma pacífica, considerando a mobilização de grupos organizados como Andes e Andifes, que rebatem o discurso de justiça social em torno do Programa e denunciam a desobrigação do governo com as classes menos favorecidas por meio da renúncia de um bem público, a educação, que passou a ser serviço nas mãos dos empresários do Ensino superior.

¹⁵ O conceito de empregabilidade estrutura-se, então, a partir de uma organização econômica que tem como característica a eliminação de postos de trabalho e aumento da competição entre trabalhadores (OLIVEIRA, 1999, p. 56).

2.4 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA: Andes e Andifes

Na contramão do processo que intensifica as relações público-privadas no ProUni, os movimentos de resistência como o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES SN) e a Associação de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) se posicionam contra a criação do ProUni.

Para essas entidades, o Programa é um dos mecanismos de favorecimento das instituições privadas na oferta da educação superior, movido por um sistema de trocas, que ocorre entre Estado e o setor privado. Logo, essas entidades se manifestaram em contraposição ao Programa, pois consideram que o ProUni favorece a expansão do setor privado em detrimento do setor público. Defendem, por sua vez, que as verbas públicas oriundas da isenção fiscal concedida ao setor privado poderiam duplicar as vagas no setor público.

Para o Andes, o interesse declarado dos sucessivos governos neoliberais brasileiros é o de lançar outro modelo de universidade, que siga os interesses dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, baseado na liberalização de faculdades, institutos no setor privado. Em contrapartida, o governo tem adotado uma política de combate ao modelo de universidade crítica, sustentada na pesquisa e na produção do conhecimento, alegando que esta não faz sentido, pois se apresenta de forma antiquada, seletiva e destinada a elite dominante do País. Portanto, deve ser combatida, pois é dispendiosa, segundo o governo.

Entretanto, a universidade pública tem um papel social a cumprir, e dentre as suas principais funções deve focar a formação do sujeito político “[...] que o capacite para entender as complexas relações do mundo atual e para influir como propositor na elaboração de políticas públicas e, em alguns casos, tornar-se ele próprio dirigente do processo” (ANDES, 2006, p.18).

Nesse sentido, o Andes denunciou que o governo Lula tem promovido um conjunto de

[...] iniciativas privatizantes, algumas já sedimentadas, que datam do governo anterior e tiveram seguimento no atual, por exemplo, por intermédio da legislação do PROUNI, das Parcerias Público-Privadas, da lei do SINAES e de outras medidas semelhantes. Essas ações estão em consonância com as orientações de organismos multilaterais que vêm pregando a diluição da fronteira entre o público e o privado, advogando que a regulação seja feita por meio de agências e pela verificação de resultados. Essa receita é especialmente danosa em um país como o Brasil, sem tradição de efetivo

controle social e com um setor de capitalismo selvagem extremamente desenvolvido, pois livre de amarras (ANDES, 2006, p. 2).

Essas iniciativas têm como pano de fundo a reforma do ensino superior em curso, que Segundo Lima (2005) estão dismantelando a Educação Superior em nome de uma economia que busca permitir e incentivar a privatização da educação de forma direta e indireta, ou seja, pela incorporação do público pelo privado, decorrentes de ações como ProUni, FIES, Educação à Distância, Política de cotas, Cursos Sequenciais ou Tecnológicos.

Para a Andifes, o acesso não é suficiente para garantir a inserção na Educação Superior, mas através de oportunidades de permanência é que provavelmente se alcançará tal direito. Para essa entidade, o ProUni é um projeto que se destina para a população carente assalariada mas, sem dúvidas, já está se acenando a um determinado tipo de ensino privado, pago pelos trabalhadores, logo, o direito à educação passa a ser negligenciado pelo Estado.

Deste modo, ao promover as iniciativas como ProUni, FIES e as demais citadas acima por Lima, o governo acaba por não incluir a todos, reforçando a lógica economicista de competitividade, que valoriza quem pode pagar ou financiar os serviços do Ensino Superior. Neste sentido, o Andifes aponta que:

Aos pobres, negros, pardos, índios e a tantos outros setores excluídos da educação superior, deve-se oferecer oportunidade igual de formação qualificada, o que se faz através do fortalecimento da educação pública e da ampliação da oportunidade de acesso republicano "pela porta da frente" – à formação superior (ANDIFES, 2004, p. 3).

Importante frisar que é na defesa da educação pública que os movimentos sociais caminham, na contraposição de uma educação concebida como um empreendimento, um mega negócio (MINTO, 2006). As políticas públicas que estão em curso são decorrentes de ações como o ProUni, UAB, Cursos Tecnológicos que se constituem em mecanismos de expansão do ensino superior, movidos pelo discurso “democratização” dos direitos sociais.

Leher (2009) analisa como o ProUni tem usado os pobres para socorrer o empresariado educacional, pois entende que as instituições privadas são as maiores contempladas com este Programa:

[...] em um contexto de dramático estrangulamento orçamentário das instituições públicas (orçamento das IFES em 2003 foi 20% menor do que o de 2000), vítimas do draconiano superávit primário que fez secar as políticas

públicas, por que tamanho despreço pelas instituições públicas que tantas contribuições têm dado ao povo brasileiro? O ProUni é um vultoso programa de salvamento das privadas de má qualidade que sofriam alto índice de inadimplência, mas que conheceram na última década lucros extraordinários, movimentando atualmente mais de R\$ 15 bilhões/ano (LEHER, 2009, s/p).

Dessa feita, o autor considera o ProUni prejudicial às pessoas de baixa renda, pois seu intuito não é ofertar educação gratuita, pelo contrário, a educação do Programa tem um preço e não é nada barato para os cofres públicos. Segundo Peroni (2009), a materialização deste Programa é decorrente de práticas ditas democráticas ou de igualdade/desiguais que tentam coibir o caráter neoliberal das relações entre público e privado.

O governo Lula expande a política de beneficiamento das instituições em decorrência da renúncia fiscal favorecendo principalmente as instituições de ensino superior com fins lucrativos que a partir da adesão estão isentas dos tributos federais (IRPJ=25%, CSLL=9%, COFINS=7,6%, PIS=1,65%) em decorrência da relação bolsas ofertadas/ocupadas (CARVALHO; LOPREATO, 2005).

De acordo com o relatório do TCU (2008), o incremento do acesso ao ensino superior, mesmo com a contribuição do ProUni, não ultrapassou 6,4% em cada processo seletivo, observado o período de 2005 (ano de sua implantação) até o 1º semestre de 2008. No que diz respeito à evasão dos beneficiários das bolsas de estudo, esta alcançou o percentual de 19,5%, no mesmo período. No segundo semestre de 2008, um total de 42% das bolsas ofertadas estavam sem utilização (BRASIL, 2008, p. 21-22).

O aumento da evasão no ProUni pode ser reflexo das dificuldades que o estudantes enfrentam para se manter no curso, considerando os custos com materiais didáticos, transportes e alimentação, tornando o Programa oneroso tanto para o aluno quanto para governo, sobretudo quando deixa de receber os impostos e contribuições das empresas privadas. A desistência dos estudantes de baixa renda pode comprometer a eficácia da política.

Os movimentos de resistência, como o Andes-Sindicato Nacional¹⁶ denunciam as parcerias público-privadas estabelecidas pelo governo sobre o problema de falta de vagas no ensino superior brasileiro. Denunciam, ainda, a situação, no interior das universidades públicas, das fundações privadas, ditas de apoio, cuja atuação tem

¹⁶ Fundado, em 1981, como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, sete anos depois, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, mantendo seu acrônimo histórico – ANDES-SN. Disponível em <<http://www.andes.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

acentuado a privatização dessas instituições, ao criar as possibilidades de captação de recursos, no mercado, com “o pretexto de amenizar o problema da falta de investimento nas universidades que a criaram, levando conselhos superiores de diversas universidades a buscar alternativas que as substituam” (ANDES-SN, 2007, p. 14).

A lógica economicista que fundamenta os Programas desenvolvidos pelo governo federal, sob o discurso da democratização do acesso, na prática, nega à população brasileira o seu direito à educação pública de qualidade, mantendo a exclusão social. Advoga-se a escolaridade como fator importante para o desenvolvimento do país, no entanto, na prática, observamos

[...] que a escolaridade como chave para o desenvolvimento parece não se sustentar quando se verifica que não houve incremento expressivo de verbas federais para o ensino público. A ação governamental foi direcionada ao estímulo financeiro e institucional à iniciativa privada [...] A renúncia fiscal é apenas uma redução potencial de receita tributária, que pode não ser tão significativa, caso a inadimplência e a sonegação fiscal seja elevada. A opção preferencial por este caminho é coerente com a lógica atual de controle das finanças públicas, mas contrária aos interesses de parte significativa da população que busca acesso ao ensino de qualidade (CARVALHO, 2006, p. 14-16).

Em síntese, podemos inferir que a política para o ensino superior por meio do ProUni defendida pelo governo como uma alternativa viável para as classes de baixa renda, sob a lógica do capital, não contribui para a eliminação das desigualdades sociais que, aliás, são acirradas, ao passo que essa suposta inclusão nada mais é que uma nova forma de exclusão, pois oferece ensino superior de qualidade questionável (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

Morais (2011) afirma que o governo Lula promoveu modificações a favor da “democratização” do ensino superior, dentre as quais ressalta a criação do ProUni, pois atendeu ao mesmo tempo os interesses do governo e dos empresários, pois não aumentou diretamente os gastos públicos, já que comprou vagas em troca de impostos do governo federal; também os empresários da educação superior saíram do prejuízo, pois as vagas ociosas tornaram-se financiáveis e, por fim, a população de baixa renda teve a oportunidade de ingressar no ensino superior após a não aprovação nas instituições públicas, tendo este a possibilidade de ingressar no ensino superior privado. Porém, Moraes socializa uma constante e previsível problemática do ProUni

[...] e talvez uma das mais preocupantes, é o choque cultural que ocorre em universidades tradicionais particulares, entre uma população, em geral, de baixa renda, negra ou mulata, indígena, de um lado, historicamente humilhada por sua cor, traços, cabelos, cultura, vivendo em condições, muitas vezes paupérrimas, e de outro, uma população rica, branca, descendentes de famílias importantes (MORAIS, 2011, p. 11).

Ressalta Moraes (2011) que o ProUni foi o primeiro Programa a oferecer oportunidade à população indígena de ingressar no ensino superior. Portanto, o Programa modifica a realidade dos alunos de baixa renda. Para o autor o acesso está atrelado a permanência do aluno no curso superior, caso contrário pode comprometer o êxito da Política, logo, o “ProUni precisa amadurecer para realmente realizar a democratização pretendida” .

2.5 FIES: Programa de apoio à permanência ao ensino superior privado

O FIES foi criado no governo Lula em substituição ao Programa Crédito Educativo que foi criado no governo de FHC e tornou-se relevante para a sobrevivência de parte significativa na manutenção das instituições privadas, porque continua sendo um dos mecanismos que os alunos dessas instituições utilizam para custear seus estudos, ocasionando a redução da inadimplência.

Conforme o art. 14, da lei 11.096, de 2005, no momento de adesão ao ProUni, as IES privadas têm prioridade na aquisição do Programa de Financiamento Estudantil – FIES, destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e que estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

Em 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais do ProUni beneficiados com a bolsa de 50% da mensalidade. Para esse público já foram realizadas mais de 4,6 mil contratações. O financiamento é independente do semestre que estiver cursando, no caso, quando o montante não é coberto pela Bolsa do ProUni.

A partir de 2007, a Lei 11.552 modificou a lei 10.260/2001 ampliando o financiamento para 100% do valor não assegurado pela bolsa do ProUni, bem como a inserção de estudantes de mestrado e doutorado, e a extensão do período de carência, de 6 meses para o dobro do tempo de duração do curso. Neste mesmo ano foi criada a

fiança solidária, mediante a qual os candidatos adquirem financiamento quando se associam em grupos de até cinco estudantes. Todos matriculados na mesma instituição, tornando-se fiadores entre si. Assim, os alunos não precisam comprovar renda, mas se responsabilizam de forma recíproca pelo pagamento das prestações de todos os integrantes do grupo.

As instituições privadas de ensino superior recebem da Caixa Econômica Federal títulos da dívida pública no montante do valor financiado pelos alunos do FIES, ou seja, do montante que os alunos deixam de pagar no momento de inserção no Programa, além disso esses títulos só podem ser utilizados para quitação de débitos previdenciários junto ao INSS. Logo, “o montante da dívida previdenciária de um grupo de instituições participantes do Programa, no período de 2004 a 2007, quadruplicou, saltando de aproximadamente R\$ 1 bilhão para R\$ 4 bilhões” (TCU, 2008, p. 49).

A nosso ver, é necessário um controle social e fiscal mais rigoroso para evitar desfalques, ou desperdícios do financiamento do Programa. A partir de 2010, juntamente com a Caixa, o Banco do Brasil passa a disponibilizar o financiamento também do FIES. O orçamento anual do Programa é proveniente de recursos da Loteria Federal e do orçamento do MEC. Conforme tabela a seguir, são visualizados os percentuais de repasses no ano de 2015.

Tabela 6- Relação das loterias, Distribuição de arrecadação e a Porcentagem de repasses ao FIES pela Caixa Econômica Federal

LOTÉRIAS	DISTRIBUIÇÃO DE ARRECADAÇÃO PRÊMIO TOTAL	REPASSADO AO FIES
Mega-Sena	51,00%	7,76%
Lotofácil	51,00%	7,76%
Loteria Federal	70,00%	1,96%
Lotogol	45,00%	3,41%
Lotomania	51,00%	7,76%
Loteca	45,00%	3,41%
Quina	51,00%	7,76%
Loteria Instantânea	45,00%	6,60%
Dupla Sena	51,00%	7,76%
Timemania	46,00%	-

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2014

Os percentuais que a Loteria repassa ao FIES, apesar de parecer um índice pequeno é de grande relevância para a manutenção do Programa, pois as loterias arrecadam grande valor em dinheiro e seu período de realização é pequeno. Vale

ressaltar que os prêmios prescrevem em 90 dias após a data do sorteio, após esse prazo os valores dos prêmios são repassados ao Tesouro Nacional para aplicação no FIES.

Atualmente, a ordem de prioridade para concessão do FIES é a seguinte: Bolsistas parciais de 50% do ProUni - Programa Universidade para Todos, seja de bolsas oferecidas obrigatoriamente como adicionalmente; estudantes beneficiários de bolsas complementares (25%) matriculados em cursos considerados prioritários; estudantes beneficiários de bolsas complementares (25%) matriculados nos demais cursos; estudantes matriculados em instituições de Educação Superior que tenham aderido ao ProUni; e demais estudantes matriculados em instituições de ensino superior que não tenham aderido ao Programa.

As modificações na legislação do FIES estão em sintonia com a demanda de beneficiários da bolsa de 50% objetivando que o aluno faça uso do financiamento. Dependendo do curso de sua opção, a mensalidade varia, assim como a taxa de juros da dívida deste financiamento, que ao final é um ônus que o aluno contrai após a conclusão do curso superior.

Quadro 2 - Financiamento para bolsas parciais dependendo da mensalidade PERCENTUAL DE FINANCIAMENTO 50 %

Valor da mensalidade	Período de utilização	Taxa de juros 6,5%		Taxa de juros 3,5%	
		Valor da prestação amortização I ¹⁷	Valor da prestação amortização II ¹⁸	Valor da prestação amortização I	Valor da prestação amortização II
R\$ 300,00	3 semestres	R\$ 150,00	R\$ 156,87	R\$ 150,00	R\$ 144,94
	7 semestres		R\$ 232,06		
	10 semestres		R\$ 272,74		
	3 semestres		R\$ 375,63		R\$341,63
	7 semestres		R\$ 557,81		R\$475,12

¹⁷ AMORTIZAÇÃO I – nos doze primeiros meses após a conclusão do curso, também no dia escolhido pelo estudante, ele paga prestações mensais em valor equivalente à parcela paga diretamente a IES no último semestre em que ele utilizou o financiamento. Essa fase poderá ser antecipada por iniciativa do estudante ou por inobservância das condições do financiamento (FIES, 2007, p. 35);

¹⁸ AMORTIZAÇÃO II – o saldo devedor restante será parcelado em até uma vez e meia o período de utilização do financiamento, sendo o valor das prestações calculado pela Tabela Price (Idem, 2007).

R\$ 700,00	10 semestres	R\$ 350,00	R\$ 656,02	R\$ 350,00	R\$ 531,06
R\$ 1.200,00	3 semestres	R\$ 600,00	R\$ 651,32	R\$ 600,00	R\$ 590,88
	7 semestres		R\$ 966,19		R\$ 822,32
	10 semestres		R\$ 1.136,09		R\$ 919,24
R\$ 2.000,00	3 semestres	R\$ 1.000,00	R\$ 1.092,83	R\$1.000,00	R\$990,97
	7 semestres		R\$ 1.619,81		R\$1.484,36
	10 semestres		R\$ 1.904,39		R\$1.540,80

Fonte: Caixa Econômica Federal (2014).

Conforme a legislação, o FIES¹⁹ é um Programa de financiamento com juros fixos de 3,5% ao ano para os cursos de graduação de licenciatura como Pedagogia, e para os constantes do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, e de 6,5% ao ano para os demais cursos, incluindo mestrado e doutorado. O saldo devedor do FIES começa a ser amortizado após um período de carência de seis meses. Durante o período de financiamento, ou seja, enquanto estudam, os alunos devem pagar prestações trimestrais de juros, limitadas a um valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

O contratante do Programa tem prazo de até uma vez e meia o período de financiamento para quitar a dívida, com a amortização ocorrendo após a conclusão do curso em duas fases. Na primeira, com duração de 12 meses, o estudante devolve ao Fundo prestação de valor igual à parcela não financiada que pagava à instituição de ensino no último semestre de curso. Já na segunda, a partir do décimo terceiro mês, o saldo devedor é dividido pelo prazo restante para amortização.

A lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o FIES, permitindo abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES podendo ser abatido mensalmente pelas instituições de ensino; e dá outras providências.

¹⁹ A Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, destina-se 10% dos 2% valor arrecadado pelas loterias federais e jogos similares para serem investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário. O Tribunal de Contas da União será o órgão responsável pela fiscalização e aplicação dos recursos.

Art. 6º O Fies poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões: I - professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura; e II - médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

Em virtude da necessidade de manutenção dos estudantes ao ensino superior no país, às mudanças no FIES flexibilizaram as formas de pagamento para os professores da rede pública da Educação Básica e médicos cadastrados no Programa saúde da família, a fim de abaterem o financiamento em troca de seus trabalhos à comunidade. A intenção é reverter o quadro de ausência destes profissionais tanto no ProUni quanto no FIES, para trabalharem em áreas escassas de profissionais nas áreas de educação e saúde, ou seja, em municípios distantes, sem atrativos financeiros ou mesmo sem infraestrutura física ou logística.

Ressaltamos que antes desta lei, a carência era de 18 meses após a conclusão do curso. As mudanças na presente lei impulsionaram o aumento do número de contratos, segundo o relatório de Gestão do Fies, que em 2009 era de 32.654 (trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro), passou para 153.151 (cento e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e um) estudantes em 2011, 149 mil em 2011, 372 mil em 2012 e 552 mil em 2013, no Brasil.

A Portaria Normativa do MEC n.º 23, de 20 de novembro de 2013, possibilitou as mudanças na negociação para o bolsista parcial do ProUni ao criar a possibilidade de alterar o percentual de encargos educacionais financiados, portanto, alterar o seu financiamento de modo a cobrir até 100% dos encargos educacionais não cobertos pela bolsa (FIES, 2014, p. 10).

Tabela 7- Percentual de financiamento de 25%

VALOR DA MENSALIDADE	PERÍODO DE UTILIZAÇÃO	TAXA DE JUROS = 6,5%		TAXA DE JUROS = 3,5%	
		VALOR PRESTAÇÃO AMORTIZAÇÃO I	VALOR PRESTAÇÃO AMORTIZAÇÃO II	VALOR PRESTAÇÃO AMORTIZAÇÃO I	VALOR PRESTAÇÃO AMORTIZAÇÃO II
R\$ 300,00	3 semestres	R\$ 75,00	R\$ 193,77	R\$ 75,00	R\$ 180,18
	7 semestres	R\$ 75,00	R\$ 249,38	R\$ 75,00	R\$ 214,58
	10 semestres	R\$ 75,00	R\$ 285,69	R\$ 75,00	R\$ 233,08
R\$ 700,00	3 semestres	R\$ 175,00	R\$ 461,73	R\$ 175,00	R\$ 423,86
	7 semestres	R\$ 175,00	R\$ 598,21	R\$ 175,00	R\$ 512,19
	10 semestres	R\$ 175,00	R\$ 686,23	R\$ 175,00	R\$ 557,99
R\$ 1.200,00	3 semestres	R\$ 300,00	R\$ 798,92	R\$ 300,00	R\$ 731,85
	7 semestres	R\$ 300,00	R\$ 1.035,45	R\$ 300,00	R\$ 885,86
	10 semestres	R\$ 300,00	R\$ 1.187,89	R\$ 300,00	R\$ 965,41
R\$ 2.000,00	3 semestres	R\$ 500,00	R\$ 1.338,83	R\$ 500,00	R\$ 1.225,93
	7 semestres	R\$ 500,00	R\$ 1.735,25	R\$ 500,00	R\$ 1.484,36
	10 semestres	R\$ 500,00	R\$ 1.990,72	R\$ 500,00	R\$ 1.617,75

Fonte: Caixa Econômica Federal (2014)

Vale ressaltar que o FIES não é um benefício aos estudantes, mas sim um empréstimo para os universitários das instituições privadas que não tem condições de arcar com os custos da mensalidade do curso, as quais são cobradas pela Caixa Econômica Federal, que é o Banco estatal que coordena esse Programa. Contudo, a contratação inicial é feita pelo aluno junto ao MEC, o qual define de acordo com as condições socioeconômicas do estudante o tipo de FIES que ele deve usufruir.

Convém destacar que a Portaria Normativa do MEC nº 2, de 31 de março de 2008, § 1º, do Art. 5º regulamenta o FIES e estabelece quais cursos são considerados prioritários para este programa: I- Licenciatura em Química, Física, Matemática e Biologia; II- Graduação em Engenharia; III- Graduação em Medicina; IV- Graduação em Geologia; e V- Cursos Superiores de Tecnologia, constantes do Catálogo Nacional

de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação. Desta forma, estes cursos podem financiar até 75% pelo FIES dos encargos educacionais assumidos pelos estudantes.

A aprovação da Lei 12.202/10 teve como finalidade alterar as regras do financiamento possibilitando uma ampliação do acesso dos estudantes de baixa renda às instituições de ensino privadas. As últimas mudanças fixadas na legislação do Programa flexibilizam novamente as formas de contratação e empréstimos, visto que o financiamento atualmente passou a financiar 100%, sendo que o bolsista do ProUni tem automaticamente o financiamento à sua disposição, ou seja, ao ingressar com a bolsa de 50% poderá utilizar os empréstimos para custeio dos estudos, incentivo para os jovens que não obtiveram sucesso nos processos seletivos públicos.

A simulação apresentada pode ser verificada ao consultarmos o site do SISFIES, damos como exemplo o curso de Administração: início: janeiro/2012; término: dezembro/2016; duração: 4 anos; carência: 18 meses após término (junho/2018); prazo para pagamento: 3 X 4 anos + 12 meses = 13 anos (junho/2031). Não podendo o estudante estar em situação de trancamento. E aqueles que concluíram o ensino médio a partir de 2010 e queiram FIES deverão ter realizado o ENEM.

A referida lei modificou também a redução na taxa de juros, que no primeiro ano de criação do financiamento era de 9%, passando posteriormente a 6,5% e restou fixado em 3,4%, uma redução significativa.

A partir de 2015 as regras do Fies foram modificadas por meio da Portaria normativa Nº 21, de 26 de dezembro de 2014, que fixa em seu Art. 16.

É vedado o benefício simultâneo de financiamento com recursos do FIES e de bolsa do ProUni, salvo quando se tratar de bolsa parcial e ambos os benefícios se destinarem ao mesmo curso na mesma Instituição de Educação Superior – IES. § 1º Considera-se benefício simultâneo a ocorrência concomitante de:

I – ocupação de bolsa integral do ProUni e de utilização de financiamento do FIES;

II – ocupação de bolsa parcial do ProUni e de utilização de financiamento do FIES para curso ou IES distintos; ou

III – ocupação de bolsa parcial do ProUni e de utilização de financiamento do FIES para mesmo curso e mesma IES, se a soma do percentual da bolsa e do financiamento resultar em valor superior ao encargo educacional com desconto.

Para contratar o FIES o bolsista do ProUni tem de cumprir os seguintes critérios: ter feito o Enem no ano anterior e obter a média aritmética de 450 pontos na

prova do exame e não ter tirado nota zero na redação. Uma das formas de ingressar no ensino superior é por meio da modalidade de educação à distância que assume materialidade no que diz respeito ao aumento da oferta de bolsas no Brasil e nos interiores do Estado do Pará, especificamente nas universidades Públicas Federais e Estaduais, por meio da oferta da modalidade à distância através da Universidade Aberta do Brasil – UAB, e na rede privada pelo ProUni, conforme demonstraram os dados de nossa investigação de acordo com o tópico a seguir.

2.6 A EAD NO PROUNI: Ampliação das fronteiras geográficas no ensino superior no Brasil, no Estado do Pará e na cidade de Belém

O marco legal que instituiu a educação à distância no Brasil foi a Portaria nº 301 de 7 (sete) de abril de 1998, na qual o MEC regulamenta o reconhecimento e credenciamento dos cursos nesta modalidade nas instituições. Mas a oferta, efetivamente, da Educação à Distância²⁰ (EAD), em termos de expansão, ocorre por meio do artigo 80 da LDB (Lei 9.394 de 1996), cujo *caput* dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Cabe lembrar que no documento analisado pelo GTI no início do governo Lula da Silva, no primeiro capítulo, a EAD é descrita como uma alternativa viável para expansão do acesso ao ensino superior, já que o Ensino presencial²¹ seria insuficiente para tal feito, logo, essa foi à justificativa ideal para o governo prosseguir com a reforma do ensino superior, por meio da educação à distância.

É no governo Lula que a EAD desponta com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) por meio do Decreto nº 5.800/2006, que tem como principais objetivos a formação de professores da educação básica por meio do EAD, bem como o incentivo para oferta dos cursos de pós-graduação. Tal modalidade tem se constituído em uma questão controversa e polarizada por duas concepções ideológicas.

A primeira concepção vislumbra a EAD como possibilidade de ascensão ao conhecimento, rompendo as fronteiras geográficas, definida como uma forma moderna e construtivista de ensinar. Ao passo que a segunda rebate a primeira, pois entende que

²⁰ **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Estabelece em seu Art. 1º caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

²¹ Presencial- quando exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações.

essa modalidade é um suporte ao ensino presencial, não podendo assumir seu lugar, o que ocasionaria uma base de formação inconsistente, neste caso do ProUni, voltada principalmente à população de baixa renda.

Barreto (2005) afirma que a política de educação à distância é baseada na ação da flexibilização estratégica, que abrange horário, tempo, currículo, credenciamento, cursos de formação docente ou não, principalmente a flexibilização do financiamento. Para a autora, o processo se caracteriza na oferta da educação como serviço, o que contempla os interesses do capital estrangeiro, notadamente o BM e a OMC, pois este modelo é servido em pacotes, logo é padronizado e serve a todos que estão inseridos neste mercado.

Castro e Neto (2009) afirmam que a EAD tem sido utilizada como um dos vetores de promoção da expansão do ensino superior, além de se constituir em um elemento privatizante das políticas educacionais desenvolvidas pelos governos nas últimas décadas. Contudo, é necessário ponderações sobre o duplo papel que esta modalidade de ensino assume na educação superior, sendo ao mesmo tempo conflituosa e desafiadora.

É conflituosa, pois os computadores podem ser utilizados como “[...] máquinas de ensinar sofisticadas, que somente informam, robotizam e massificam” (CASTRO; NETO, 2009, p. 87), fazendo do processo educativo um mero repasse de informações mecânicas, que rompem com os laços humanos que versam sobre a relação professor-aluno no âmbito da educação.

É desafiadora, porque na EAD,

[...] os computadores podem se adotados como incentivadores do desenvolvimento das potencialidades do aluno, caracterizando ou não a interatividade. [...] Dessa forma, essa modalidade de educação não deve ocorrer exclusivamente à distância, mas deve envolver sempre percentual de atividades presenciais. Tais atividades devem promover os aspectos socializantes da educação, a troca de experiências [...], características indispensáveis para propiciar a quebra da sensação de isolamento do aluno, fator considerado como responsável pelo alto índice de evasão em cursos ofertados nessa modalidade (idem, 2009, p. 87).

Os defensores da EAD afirmam que umas das causas do avanço e da disseminação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é impulsionada pelo barateamento dos equipamentos, o que possibilita que as instituições elaborem cursos, material didático impresso, audiovisual. Nessa perspectiva, a educação à distância assume papel de destaque nas políticas educacionais, neste processo

deslocam-se os papéis de professor e aluno, originando outra categoria de professor, o tutor, que pode atender a um número expressivo de alunos, por exemplo, 250 alunos no mesmo semestre letivo e ao mesmo tempo.

Neste contexto, a UAB é um sistema que busca articular com as instituições públicas para o funcionamento dos cursos à distância, visto que aproveitariam a infraestrutura e a logística das instituições públicas, a exemplo de salas de aulas, biblioteca, secretaria, ou seja, todo aparato que compõe estrutura física que exige o ensino presencial. Geralmente os cursos de EAD funcionam em escolas públicas como parte do compromisso das universidades públicas e as prefeituras, logo, o objetivo de expandir o ensino superior, por meio da modalidade à distância, sobretudo professores que atuam na educação básica têm prioridade na formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (MEC, 2014).

Zunin (2006) questionou a eficiência no ambiente virtual sem a presença física do professor, visto que implica em prejuízos à relação professor-aluno, bem como os processos de aprendizagem que ocorrem na mediação pedagógica viabilizada pelas novas tecnologias. A preocupação do autor em relação às possibilidades criadas pelas novas mídias e pelos recursos tecnológicos digitais no tocante à formação recebida pode limitar a relação dos atores sociais.

Assim, reduzindo o diálogo pessoal entre aluno-aluno, professor-aluno, Zunin reflete:

Não se pode ser ingênuo a ponto de se acreditar que a presença física do professor garanta por si só o ensino de boa qualidade, haja vista o fato de prevalecer, em muitas ocasiões presenciais, o denominado pacto da mediocridade, no qual o professor finge que ensina e os alunos fingem que aprendem. Não se pode afirmar que as relações presenciais entre os agentes educacionais garantam por si só a ocorrência do elo pedagógico fundamentado no respeito e na aproximação efetiva entre os professores e alunos, haja vista o fato de que muitos professores se ausentam presencialmente no transcorrer de suas aulas, principalmente quando desqualificam seus alunos e se julgam os únicos portadores da verdade; ou, então, dos alunos, cujo descaso de sua presença física denuncia a distância de seus interesses em relação ao conteúdo das matérias (ZUNIN, 2006, p. 973).

Neste sentido, a relação de trabalho destes professores tutores é minimizada se comparada aos demais professores que atuam no ensino superior em instituições públicas ou privadas, mesmo na situação de contratado ou efetivado, pois os docentes não têm garantidos os direitos trabalhistas (indenização, férias, décimo terceiro, licença saúde), previstos na legislação que os regem.

Sobre a realidade vivenciada pelos docentes, Segenreich (2009, p. 219) alerta sobre o estabelecimento de uma relação de subemprego para uma subclasse:

[...] a presença crescente da lógica da exclusão includente (equivalente e em direção contrária à inclusão excludente), caracterizada, no caso da tutoria implantada em grande parte dos cursos a distância, como prestação de serviços na informalidade (no lugar de salário e vínculo empregatício). Cria-se uma subclasse docente, apesar da importância do tutor no processo ensino-aprendizagem dessa modalidade de ensino.

Assim sendo, as relações sociais ocorrem no plano virtual, temos a criação do profissional professor-tutor sem vínculos empregatícios e trabalhistas, sem envolvimento dialógico com os alunos, tendo em vista o quantitativo de alunos para atender no mesmo período e sem conhecer a realidade e as dificuldades reais de cada um. Ainda, a limitada instrução dos alunos para operar as ferramentas do sistema “moodle” na plataforma, através dos recursos como “chats” e os “fóruns”, os quais são necessários para participar, escrever e postar atividades que são condições para se integrar e operacionalizar esta modalidade de ensino.

Assim, esta nova forma de aprender interativamente exige disciplina, comprometimento e sacrifícios dos alunos, que às vezes levam várias horas para chegar ao polo onde funcionam os cursos da EAD. Além disso, dependendo da distância do município e das condições de desigualdade social, a precariedade pode ser intensificada pela escassez de saneamento e energia elétrica, equacionados aos gastos gerados pela própria necessidade de se manter no curso, a exemplo de impressão de textos e livros para acompanhar as disciplinas, pois os materiais são disponibilizados on line.

Perante os desafios e as dificuldades vivenciadas cotidianamente pelos alunos que residem nos interiores, a oferta da EAD representa uma oportunidade de ingresso no ensino superior, principalmente para as pessoas de baixa renda que residem distante da capital e que sofrem com as desigualdades sociais, principalmente as educacionais relacionadas ao ensino superior. Logo, o acesso a este nível de ensino significa ampliação do ensino superior no Brasil, conforme dados da Tabela 8.

Tabela 8- Evolução das matrículas por modalidade de Ensino Presencial e a Distância no Brasil no período de 2003-2013

ANO	TOTAL	PRESENCIAL	DISTÂNCIA
2003	3.936.933	3.887.022	49.911
2004	4.223.344	4.163.733	59.611
2005	4.564.798	4.453.156	114.642
2006	4.883.852	4.676.646	207.206
2007	5.250.147	4.880.381	369.766
2008	5.808.017	5.080.056	727.961
2009	5.954.021	5.115.896	838.125
2010	6.379.299	5.549.120	930.179
2011	6.739.689	5.746.762	992.927
2012	7.034.688	5.923.838	1.113.850
2013	7.305.977	6.152.405	1.153.572

Fonte: INEP/MEC (2014)

No que se refere à evolução das matrículas na modalidade presencial que abrangeu o período de 2003-2013, temos, de acordo com o Censo do ensino superior (2013), uma supremacia no que tange às matrículas em cursos presenciais, totalizando 6.152.405, que corresponde a um aumento de 58,28% que, em valores reais, representou um montante de 2.265.383.

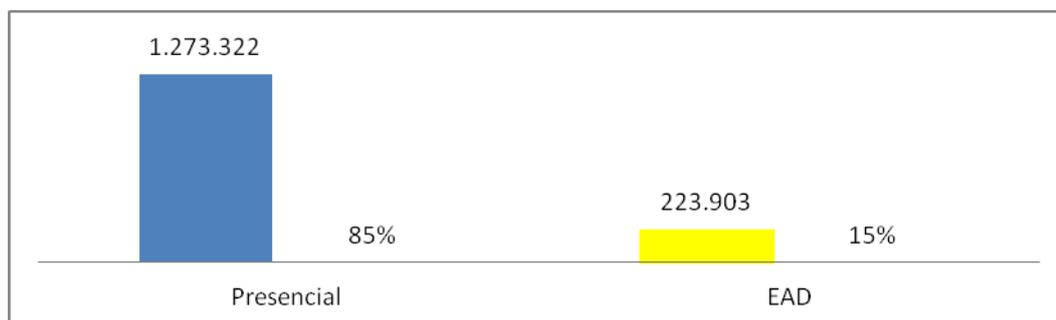
Em relação à educação à distância no Brasil, o número saltou de 49.911 matrículas, em 2003, para mais de 1,1 milhão de matrículas, em 2013. Este total já representava mais de 15% de todas as matrículas no ensino superior no Brasil. Em 2012, o ritmo de novos alunos em EAD apresentou uma taxa de crescimento de 12%, enquanto que na educação presencial o crescimento médio não chegou a 5%, segundo os dados do Censo da Educação Superior 2013 – MEC

Se compararmos as modalidades presencial e à distância, no mesmo período, verificamos que a EAD teve um crescimento significativo de 1.103.661 matrículas, que corresponde a um aumento de 2.211%, sendo o ano de 2008 o mais representativo na história da referida modalidade, apresentando um aumento de 358.195 de matrículas, que corresponde a 96,87%, ou seja, mais que duplicou se relacionarmos ao ano de 2007. No que se refere à modalidade presencial, destacamos o ano 2010, com 433.224 matrículas, que correspondeu a um aumento de 8,46%.

Segundo os dados do SISPROUNI (2014), a modalidade de ensino à distância é um instrumento para minimizar as distâncias geográficas dos estudantes que habitam as localidades distantes dos grandes centros urbanos, as quais não dispõem de instituições de ensino superior. No que se refere às matrículas do ProUni na EAD, elas ocorrem de forma tímida, conforme exposto no gráfico 3 abaixo, quando comparada à modalidade presencial.

Assim, a educação à distância ofertada tanto na esfera pública quanto na privada constitui-se em uma modalidade de educação menos onerosa do ponto de vista dos recursos humanos, exigindo maiores investimentos em tecnologia, o que não garante uma educação de qualidade para as populações inseridas nesta modalidade. Mesmo diante dos desafios relacionados ao ingresso no ensino superior pela educação à distância, é importante mencionar que a EAD no Brasil tem se ampliado, quando analisado o período de 2003-2013.

Gráfico 3- Modalidade de ensino presencial e a distância no ProUni-2005-2014



Fonte: SISPROUNI (2014)

Os dados do gráfico 3 nos permitiu constatar a predominância no ensino presencial entre os anos de 2005-2014, totalizando 1. 273.322 bolsistas, o que equivale a 85% nesta modalidade, enquanto na modalidade à distância são apenas 233.903, correspondendo apenas a 15% do total da presencial. Essa diferença entre as modalidades está na ordem de 1.049.419 bolsistas presencias, em relação à modalidade à distância, ou seja, no ano de 2014 a modalidade presencial quintuplicou cerca de 5,68%.

Em 2007, conforme os dados do SISPROUNI, no que se refere à modalidade de ensino, registrou-se uma predominância do ensino presencial, responsável por 89,89% das bolsas, cabendo ao Ensino à Distância 10,11%. Quando comparados os percentuais registrados no biênio 2007-2009, ficou claro que o ensino presencial teve

um pequeno decréscimo em relação à EAD, pois antes a ocupação das bolsas estava em torno de 92,96% para as presenciais, contra 7,04% para modalidade à distância, conforme os dados do MEC.

Apesar deste pequeno aumento da educação à distância pelo Brasil, o lócus de pesquisa desta dissertação tem verificado outra realidade: a EAD tem estimulado a expansão do ensino superior privado no Estado do Pará, em seus interiores, contudo na cidade de Belém, a predominância é da modalidade presencial.

Segenreich (2009) analisou os Programas ProUni e UAB como estratégias de educação à distância promovidas pelo governo Lula na expansão e democratização do ensino superior, ressaltando que a educação à distância não deve ser pensada como instrumento de privatização, pois é uma política de Estado e tem sua especificidade, não podendo ser desqualificada, tendo em vista seus objetivos e fins específicos, necessitando ser analisada por suas múltiplas dimensões institucionais e pedagógicas.

Apresentamos, a seguir, como o ProUni tem se expandido pelo Brasil e como a concentração de bolsas de estudo por região tem demonstrando o desequilíbrio que ocorre na oferta de bolsas quando se trata dessa questão regional. Também abordaremos aceitação do Programa, tanto pelos jovens sem curso superior quanto pelas instituições privadas, sobretudo em locais distantes dos grandes centros urbanizados do Brasil. Em consonância com as metas traçadas do Plano Nacional 2014-2024 a expansão do ensino superior está de acordo com a meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurando a qualidade da oferta”.

2.7 A Expansão do ProUni no Brasil, no Pará e na cidade de Belém

A Tabela 9, na página 183 em anexo, apresentou a expansão do Programa no ingresso dos estudantes no ensino superior. Observamos que o ProUni ampliou no período de 2005 a 2014 as vagas em 2.226.206, o que significa o maior número de oferta de bolsas em um Programa voltado para o ensino superior, com recursos públicos nas instituições privadas.

A Tabela 9 confirmou também as disparidades entre as diversas regiões do Brasil no que tange à oferta de bolsas de estudo do ProUni, como exemplo, a concentração destas na região sudeste, com aproximadamente 50% das matrículas do

Programa. A região norte do País fica com apenas 6 % das matrículas dos cursos de graduação presenciais e à distância. Esses dados ratificam a necessidade de não apenas elevar a taxa de matrícula na Educação Superior, mas de maximizar políticas que minimizem as distorções regionais que se perpetuam ao longo do tempo na realidade brasileira.

Em relação à mesma Tabela, apresentamos os números dos dez estados com a maior oferta de bolsas do ProUni no ano de 2014, sendo estes: São Paulo, 97.776; Minas Gerais, 31.417; Paraná, 24.737; Rio Grande do Sul, 20.595; Santa Catarina, 17.526; Rio de Janeiro, 15.925; Distrito Federal, 14.333; Bahia, 14.196; Goiás, 9.533; e Pernambuco, 7.009. (SISPROUNI, 2015).

Em síntese, a expansão do ensino superior brasileiro deve ocorrer atrelada à qualidade do ensino superior. Com base nos dados do INEP disponibilizados pelo SISPROUNI no ano de 2015, verificamos que a expansão do acesso ao ensino superior, pelas instituições privadas se mantêm historicamente na oferta de matrículas, como constatamos na Tabela 2, no primeiro capítulo, na página 67. Já no que se refere à concentração de matrículas por categoria administrativa, tivemos o montante de 1.932.527 na instituições públicas, enquanto que nas instituições privadas foi de 5.373.450.

Mesmo com a criação e ampliação dos Programas de governo que estudamos de forma breve sobre acesso e permanência no ensino superior no primeiro e segundo capítulos, evidenciamos que o aumento do número de pessoas ingressando no ensino superior, tanto na rede pública quanto na rede privada, está longe de resolver o problema da distribuição desigual das bolsas de estudo do ProUni, sobretudo para os mais carentes que vivem distante da região metropolitana dos seus respectivos estados.

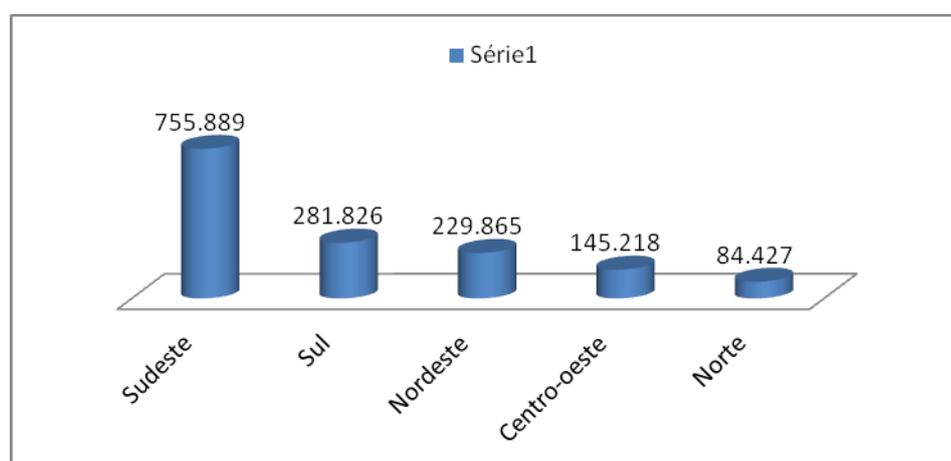
Neste contexto, Ristoff ratifica a necessidade da democratização a educação para todos:

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidade para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. A democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o campus público (RISTOFF, 2008, p. 45).

A partir da perspectiva de democratização da educação brasileira, esta tem um longo caminho a ser trilhado no cenário educacional, contudo, a ampliação do ensino superior para as pessoas de baixa renda ainda acontece que de forma limitada pelo ProUni, mesmo com o aumento de bolsas de estudos ofertadas no período de 2005 a 2014.

Apresentamos a seguir os dados de distribuição de bolsas de estudos por regiões do Brasil no gráfico 4 que compreende o período de 2005-2014.

Gráfico 4 – Oferta de bolsas por região do Brasil no período de 2005-2014.



Fonte: SISPROUNI (2014)

Ao analisarmos a distribuição de bolsa por regiões, observamos a existência de uma grande desigualdade, pois somente a região Sudeste totaliza 755.889 (50%) bolsas ofertadas nestes dez anos. Nessa região está concentrado o maior número de cursos e matrículas da Educação Superior, em nível de graduação, isso significa dizer que o número de bolsas dessa região quase se iguala com a soma das demais regiões do Brasil, que é de 741.336, distribuídos da seguinte forma: Norte, com 84.427 (6%); Nordeste, 229.865 (15%); Centro Oeste, 145.218 (10%); e Sul 281.826 (19%). (SISPROUNI, 2014).

Cabe comentar que este processo de predominância na região sudeste não é novo, pois está associado principalmente com o processo de urbanização e industrialização que vem ocorrendo desde décadas anteriores ao atual período. Destaca-se na região sudeste o Estado de São Paulo, “a maior cidade do país” em número de habitantes do Brasil, totalizando 41.901.219. Este estado concentra o maior número de

vagas ofertadas no Programa no período de 2005 a 2014, que corresponde a 718. 820, ou seja, mais de meio milhão de bolsas em dez anos do ProUni. (SISPROUNI, 2014)

No que se refere aos egressos do ProUni no Brasil no período de 2005 a 2014, temos, na sequência, Sudeste, 217.114; sul, 78. 188; Nordeste, 47.158; Centro-Oeste, 34.699; e Norte,18.891; totalizando 396.050. Apesar do aumento na oferta de bolsas do ProUni, exceto em 2010, observamos com base nos dados da Tabela 10 a seguir, que não faltam candidatos para ocupar as vagas ociosas das instituições particulares e sim a ampliação do acesso a eles.

Tabela 10 – Número de inscritos e bolsas ofertadas para os processos seletivos Brasil 2005/2014

ANO	Nº DE INSCRITOS	Nº DE BOLSAS OFERTADAS	BOLSAS OCUPADAS
2005	422.531	112.275	95.569
2006	994.405	138.668	109.018
2007	668.561	163.854	105.573
2008	1.063.915	225.005	124.620
2009	989.078	247.643	161.368
2010	1.510.266	241.273	152.734
2011	1.970.044	254.598	170.762
2012	1.665.371	284.622	176.751
2013	1.469.814	252. 374	177.302
2014	1.913.277	306.726	223.488
Total	12.667.262	2.226.206	1.497.185

Fonte: Elaboração própria, com os dados do SISPROUNI (2014)

Percebe-se que o número de inscritos é superior ao número de bolsas ocupadas, ou seja, é evidenciado que a cada ano cresce o número de vagas não ocupadas, passando de 14, 88%, em 2005, para 35, 57%, em 2008. Verifica-se, no entanto, nesta mesma Tabela, que as bolsas dobraram seu quantitativo no período que compreende a data

início de 2005 até 2009. Sendo assim, nota-se que o ProUni vem promovendo a ocupação de vagas nas IES privadas.

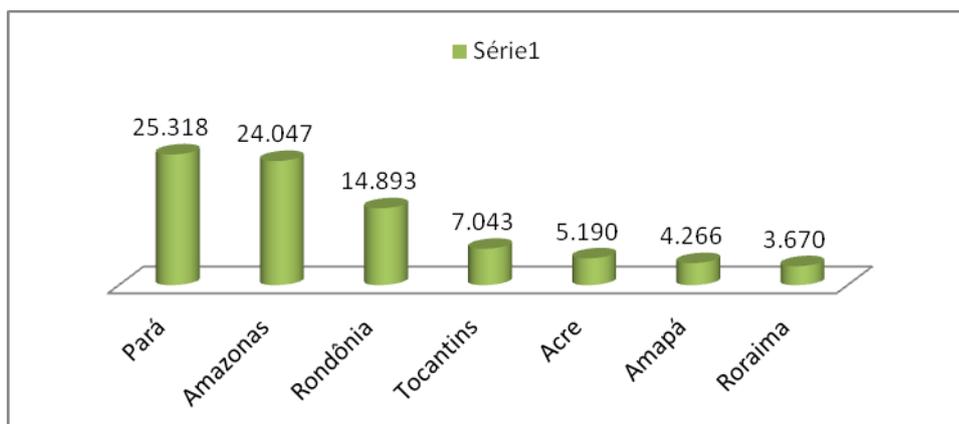
No ano de 2012, a oferta de bolsas teve um pequeno aumento de 30.024, o que representa 10% em relação a 2011, contudo, se compararmos o período de 2005 a 2012, verificamos um aumento relevante, na ordem de mais de 52%.

Neste contexto, quando analisados os números referentes ao período de 2005 a 2014, constata-se que o total de número de inscritos correspondeu a 12.667.262 em relação ao total de bolsas de estudos ofertadas no mesmo período, que foi de 2.227.038 (dois milhões duzentos e vinte sete mil trinta e oito), o que representa somente 17,58% do total do número de inscritos. Portanto, temos um desequilíbrio entre a procura e a oferta, visto que 11.170.077 (onze milhões cento e setenta e sete) pessoas de baixa renda deixaram ter acesso ao ensino superior. Em todo o período analisado as bolsas ocupadas representaram um crescimento de 1.490.746.

De acordo com os dados do SISPROUNI (2014) foram 1.913.277 candidatos inscritos no Brasil, entretanto, a cada edição do ProUni este número tem oscilado. Em relação às bolsas de estudos tem ocorrido um aumento a cada ano, exceto em 2010 e 2013 que apresentaram uma redução de -2,57% e -11,33%, respectivamente. Já o ano de 2014 registrou uma sobra de 83.238 bolsas não utilizadas. Contudo, diversos candidatos ainda ficam fora do ensino superior.

De um modo geral, o ProUni se apresentou como um Programa relevante, permitindo o ingresso de candidatos selecionados de baixa renda ao ensino superior, como uma segunda chance, pois dificilmente chegariam à universidade sem essa Política. Por outro, é limitado, visto que, mesmo tendo candidatos para as vagas, o número de vagas não preenchidas a cada ano não pode ser desconsiderado, o que torna o ProUni delicado.

Comparando o número de bolsas ofertadas por região no gráfico 5, e concluintes por região no período de 2005 a 2014, constatamos o reduzido número de concluintes no histórico do Programa. Em relação à região Norte, o número de não formandos representou 78%, de 84.427, diferente do número de concluintes que significou 18.891, o que representa 22%.

Gráfico 5 – Oferta de bolsas da região Norte período 2005-2014

Fonte: SISPROUNI(2014)

A região Norte é composta por 7(sete) Estados (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins e Pará), sendo o Pará o que ofertou o maior número de bolsas no ProUni. Durante o período de 2005 a 2014, ofereceu um montante de 25.318, equacionando as bolsas integrais e parciais.

A Região Norte possui a maior extensão territorial do País, o que representa 3.853.322,2 quilômetros quadrados. Sua população, em 2012, correspondia a 16.318.163 habitantes, conforme (IBEGE/PNAD), sendo a distribuição populacional entre os estados que a compõe a seguinte: Pará, 7.792.561; Amazonas, 3.590.985; Rondônia, 1.590.011; Tocantins, 1.417.694; Acre, 1.590.011; Roraima, 469.524; e, por fim, Amapá, 698.602. Entre os Estados da região Norte que integram a região, o Estado do Pará é o mais populoso, com 7.792.561 habitantes.

No que diz respeito ao ensino superior, o Estado do Pará continua a ser o primeiro na oferta de bolsa de estudos, ou seja, é o Estado da região Norte que mais ofertou bolsas entre os anos de 2005 a 2014, ficando assim em primeiro lugar, totalizando 25.318 bolsas; seguido do Estado do Amazonas que fica em segundo lugar, com 24.047 bolsas ofertadas. Entretanto, o estado que mais cresceu relativamente em percentuais, no que diz respeito ao aumento de ofertas de bolsas nesse mesmo período, foi o Acre, com 97,86%, e em seguida vem Roraima, com 94,76%.(SISPROUNI, 2014).

O Estado do Pará, no período de 2005 até 2014, teve um crescimento nas ofertas de bolsas de 92,19%, ficando em sexto lugar entre os sete Estados da Região

Norte, ou seja, penúltimo colocado dessa região, estando somente à frente do estado do Amapá, que apresentou crescimento de 88,23% nesses 10 anos.

No ProUni não há criação de novas vagas, mas sim um acesso maior às vagas já cadastradas, estas poderiam, ou não, estar vacantes, seja por falta de recursos financeiros ou mesmo por falta de interesses dos alunos.

Se compararmos com os dados do ensino médio segundo o anuário da Educação Básica de 2012, a “oferta no ensino médio em 2012 totalizou 8.376.852 matrículas, 0,3% menor que em 2011 [...] a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 85% das matrículas. A rede privada atende 12,7%, e as redes federal e municipal, juntas, pouco mais que 2%”. Estes dados representam um decréscimo no ensino médio nesse biênio.

Analisando a realidade dos egressos deste ensino no Estado do Pará, verificou-se a precariedade em que se mantém a educação paraense, pois segundo os dados do IBGE/Pnad (2012), no estado do Pará apenas 29,6% dos jovens com idade até 19 anos concluíram o ensino médio em 2011. Essa média no Brasil no mesmo ano foi de mais de 52%. Comparando com os estados da região Norte, o Pará também fica bem abaixo, pois os demais estados alcançaram, em média, 35% dos jovens com idade até 19 anos que concluíram o ensino médio.

Mesmo diante dos baixos índices que caracterizam a educação paraense, tem sido relevante o papel dos egressos do ensino médio para o ProUni. Diante do crescimento de inscritos que constatamos na tabela 10, da página 119, sobre as bolsas ofertadas anualmente e a crescente necessidade de ampliação do ensino superior no Estado do Pará, é que o ProUni assume relevância nos municípios do Estado, com destaque para a cidade de Belém.

2.8 O Estado do Pará e a cidade de Belém no Contexto do ProUni

O Estado do Pará é constituído por 144 municípios, destes o ProUni foi implantado em 29 (vinte e nove), destacando-se, entre eles, Belém, que lidera com 25 instituições privadas cadastradas, o que corresponde a 31% das bolsas ofertadas no Programa. No Estado do Pará, a adesão ao ProUni abrangeu os municípios de Santarém, Altamira, Parauapebas, Itaituba, Paragominas, Marabá, Ananindeua e outros com menor representatividade na oferta de bolsas de estudo (SISPROUNI, 2014).

Historicamente, o cenário que favoreceu até os dias atuais a estrutura elitizada do Ensino tem se perdurado, como privilégio de uma classe minoritária, sobretudo se consideramos a demanda para os cursos mais concorridos. Entretanto, atualmente, este quadro passa a ser modificado pelo acesso das camadas populares

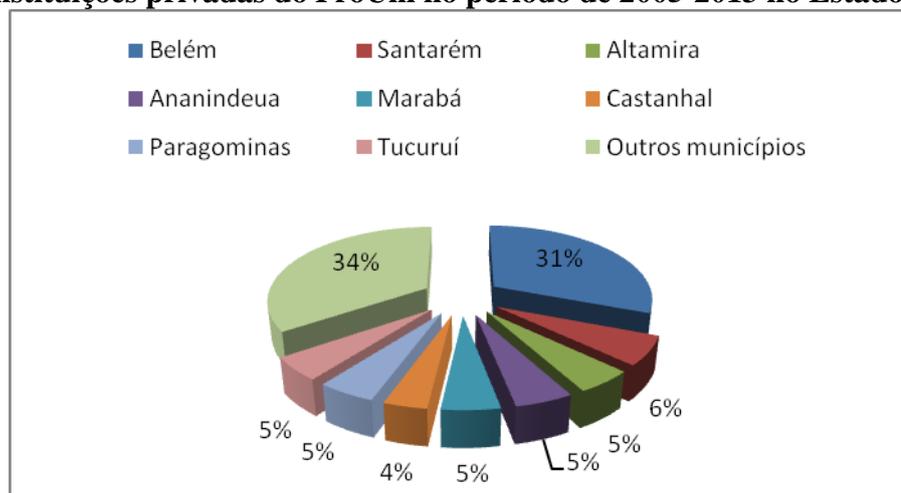
incluir uma população que não tinha sonhos ou planos de ingressar em faculdades e universidades e, dessa forma, colaborar para elevar sua autoestima, proporcionar o aumento da renda familiar e elevar as chances de alargamento do capital social. E, ainda, almejar que os filhos dos beneficiários do ProUni tenham maior probabilidade de frequentar a escola. Afinal, muitos estudos mostram que filhos de pais com maior escolaridade, independentemente da renda, tendem a atingir maior nível educacional (AMARAL & OLIVEIRA, 2010, p. 882).

Na mesma linha de pensamento, Aprile e Bartone (2008, p. 50) consideram que o ProUni é uma importante medida que atende às camadas assalariadas em situação de vulnerabilidade econômica, bem como maximiza as relações entre público-privado por meio da renúncia fiscal recebidas pelas instituições privadas, recuperando o financiamento destas em decorrência do excesso de vagas criadas, do alto valor das mensalidades, do elevado desemprego desencadeando inadimplência e do abandono dos cursos.

O ProUni é coerente quando contempla as metas do PNE no que tange à ampliação gradual da oferta do ensino, sobretudo na formação à distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais Instituições de Educação Superior credenciadas. No que diz respeito à adesão ao Programa, os dados evidenciam que das vinte e nove Instituições privadas 30% são da região Norte e seu funcionamento é praticamente em regime presencial, exceto pela Universidade da Amazônia, que oferece as duas modalidades de ensino nos municípios de Belém e Ananindeua. Das instituições que compõem o ProUni no Estado do Pará, 70% das instituições privadas procedem de outros estados do Brasil.

No que se refere aos municípios integrantes do ProUni no Estado do Pará, as instituições em geral foram implantadas nos municípios com os maiores PIBs, sendo: Belém (22,59%), Parauapebas (18,39%), Marabá (4,86%), Ananindeua (4,57%), Barcarena (3,81%), Canaã dos Carajás (3,43%), Tucuruí (2,99%), Santarém (2,76%), Castanhal (2,15%) e Paragominas (1,71%). A participação deles no PIB do Estado representa 67,25%, segundo dados IDESP (2014).

Gráfico 6- Distribuição dos municípios que concentram o maior número de instituições privadas do ProUni no período de 2005-2013 no Estado do Pará



Fonte: Elaboração própria, com os dados SISPORUNI 2013²²

Os municípios ora analisados possuíam um PIB significativo, seu montante não representa melhores condições de vida para suas populações locais carentes, mas sim as desigualdades na distribuição da renda per capita destas cidades. Estes municípios representam 73% do total do número de IES privadas inseridas no ProUni, enquanto os demais municípios correspondem a apenas 27% do total de instituições privadas no referido Estado.

Na cidade de Belém se concentra o maior número de instituições privadas que ofertam cursos na modalidade presenciais, sendo estas oriundas da cidade de Belém, com destaque para a Universidade da Amazônia (UNAMA), Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), Faculdade do Pará (FAP), Faculdade Ideal (FACI), Instituto de Ensino Superior do Pará (IESP), Faculdade da Amazônia (FAZ) e Ipiranga, sendo todas presenciais.

Neste contexto, a ampliação do ensino superior para a educação à distância se popularizou nos interiores do Estado do Pará tanto pela “facilidade” na comunicação quanto pela redução da relação tempo e espaço geográfico. Na cidade de Belém as instituições privadas que compõem o ProUni são advindas de outros estados do Brasil, a exemplo, Universidade Paulista - UNIP (SP), Universidade Leonardo da Vinci - UNIASSSELVI (SC), Faculdade Tecnológica de Curitiba - FATEC (PR), Universidade Luterana do Brasil - Ulbra (RS), Associação Internacional de Educação Continuada -

²² O SISPROUNI não disponibilizou os dados sobre bolsas ofertadas por municípios desde 2013.

AAIEC (DF), Universidade Castelo Branco - UCB (RJ), Universidade Anhanguera - UNIDERP (MT), Universidade de Uberaba - UNIUBE (MG), Faculdade de Itaituba - FAI (PA), Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER (PR), Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (PR), Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul (SC), Faculdade Tapajós - FAT (PA), Faculdades integradas do Tapajós - FIT (PA), Universidade Metodista de São Paulo - UMESP (SP), Universidade Católica Dom Bosco - UCDC (MT), Estácio de Sá (RJ), Faculdade Mauricio de Nassau - UNINASSAU (PE). A cidade de Belém passou a ser ocupada por diversos grupos educacionais de abrangência internacional, concentrando-se na capital.

A tabela 11, a seguir demonstra a relação ano/bolsas ofertadas/ocupadas na cidade de Belém no período de 2005-2013.

Tabela 11- Bolsas ofertadas e ocupadas na cidade de Belém no ProUni no período de 2005-2013

ANO	BOLSAS OFERTADAS	BOLSAS OCUPADAS
2005	1.535	1.216
2006	1.467	1.280
2007	941	824
2008	1.478	1.282
2009	1.819	1.292
2010	2005	1.461
2011	1.668	1.418
2012	1.912	1.585
2013	1.791	1.266
Total Geral	14.616	11.624

Fonte: Elaboração própria, com os dados do SISPROUNI (2014)

Constatou-se que a oferta de bolsas varia a cada ano. Ao analisamos a relação oferta/ocupação no mesmo período de 2005 a 2013, constatamos que do total de número de bolsas ofertadas, que foi 14.616, em relação ao total de bolsas de estudos ocupadas no mesmo período, 11.624, estas representaram 79,52 %, o que demonstra um

aproveitamento significativo, uma vez que sobraram 2.992 bolsas, o equivalente a 20,48% do total.

Por conseguinte, 2010 foi o ano em que mais se verificou sobras de bolsas de estudos, num total de 544, o equivalente a 27,13%. Já o ano de 2013 destacou-se por apresentar o maior aumento percentual com relação à sobra entre todos os anos, de aproximadamente 29,31%, com 525 bolsas.

A Tabela 11 apresenta a classificação de bolsas ofertadas, referentes àquelas informadas pelo MEC que devem ser disponibilizadas pela IES. Além disso, demonstra o total de bolsas ofertadas, que são as efetivamente ocupadas pelos candidatos que se enquadraram no perfil socioeconômico determinado pelo MEC. Observou-se que a cada ano ocorreu sobra de vagas, as quais são ofertadas no segundo processo seletivo, e caso não sejam preenchidas tornam-se vagas remanescentes, que podem ser disponibilizadas àqueles candidatos que foram selecionados, mas não foram contemplados, ou aos acadêmicos regularmente matriculados na IES e que se enquadrem no perfil socioeconômico determinado pelo Programa. Podem ainda ser disponibilizadas no processo seletivo do próximo semestre, somando-se ao número de vagas que deverá ser disponibilizado pela IES de acordo com MEC, mais aquelas que foram remanescentes.

O processo seletivo do ProUni é pré-determinado pelo MEC, mas há também a possibilidade de a IES participante solicitar do candidato a participação em processo seletivo próprio, ou mesmo solicitar outros documentos que não estejam relacionados pelo MEC, podem também adotar outros instrumentos/técnicas para a análise das condições socioeconômicas do candidato pré-selecionado, objetivando a confirmação dos dados informados na ficha de inscrição do Enem (perfil socioeconômico), bem como constatar se o candidato se enquadra ou não nos critérios de elegibilidade do ProUni.

Os dados da Tabela 12 demonstram quais IES privadas atuam nos interiores do Estado Pará, totalizando 14 instituições privadas, distribuídas em 197 cursos, com destaque para os cursos sequenciais e os tecnológicos (bacharelado e licenciatura), sendo que estes lideram o ranking de oferta de vagas nos municípios do Estado do Pará, conforme evidencia a tabela a seguir.

Tabela 12- Distribuição dos cursos por Ies privadas na modalidade EAD no Estado do Pará de 2005-2014

Cursos	FA TE C	UNI ASS ELV I	UN ID ER P	UL BR A	AI EC	FA CI NT ER	UN IU BE	UN OP AR	U NI S A	U B C	U N I P L	U NI SU	U M E S	U C B
Superiores de tec.²³	73	06	06	02	-	-	-	03	05	0	0	06	0	-
Administração	-	01	01	06	07	02	-	03	02	0	0	-	-	-
C. Contábeis	-	01	-	-	-	01	01	02	-	-	-	-	-	03
Pedagogia	-	01	-	08	-	06	02	01	-	0	0	01	-	-
Serviço social	-	01	03	02	-	01	-	03	01	-	-	-	-	-
Letras	-	02	03	02	-	02	01	-	01	-	-	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-
História	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matemática	-	01	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Geografia	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. informação	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	0	-	-	-
Filosofia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-
Engenharia de produção	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
L. Biologia	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	73	17	13	20	07	12	04	12	13	0	0	08	0	0
										6	8		1	3

Fonte: MEC/SISPROUNI (2014).

Os cursos mais ofertados pelas IES são: Tecnológicos, Administração, Pedagogia e Letras, respectivamente. Os cursos tecnológicos têm sido ofertados, sobretudo, nas Faculdades. Sua formação de base instrumental tem como foco o mercado de trabalho, em desequilíbrio por influências da atual crise do capitalismo, como temos visto, na mídia televisiva e jornalística em razão da quebra das bolsas dos

²³ Negócios Imobiliários, Gestão de Serviços de Saúde, Gestão e Marketing de pequenas e médias empresas, Recursos Humanos, Marketing, Gestão da Produção Industrial, Segurança do Trabalho, Processos Gerenciais, Comércio Exterior, Gestão Comercial, Gestão Industrial, Gestão Financeira, Gestão Pública.

países tradicionais no desenvolvimento, a exemplo dos Estados Unidos, Itália e Espanha.

A EAD tem se expandido no Brasil conforme demonstrou a tabela 8, e no Estado do Pará, conforme a tabela 12, o que demonstra que as metas previstas pelo PNE 2014 têm sido intensificadas, considerando em nosso estado as disparidades regionais e educacionais e ao mesmo tempo a demanda de candidatos egressos do ensino médio e, por fim, as “facilidades e vantagens” que esta modalidade de ensino proporciona aos seus alunos, como a redução espaço e tempo.

O PNE 2014 propõe estimular a pós-graduação quando define o aumento de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores de acordo com a meta, o que demonstra a relevância que a EAD tem assumido no cenário educacional, visto que os dados da tabela 8 confirmam o crescimento significativo das matrículas em cursos de graduação à distância, mais que dobrando o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos. O mesmo deve ocorrer com a pós-graduação, sobretudo, nas instituições privadas.

A instituição com o maior número de vagas ofertadas é a Fatec, reforçando o caráter tecnológico que os cursos concentram na EAD, no ProUni. Nessas condições, a educação à distância, que seria uma alternativa como suporte à ampliação do ensino superior presencial, torna-se se a solução mais viável e mais econômica para o governo no tocante ao investimento nas instituições públicas existentes, bem com mais rentável para os empresários do ensino superior. Destacamos que os polos, cujas aulas ministradas na forma à distância, em geral, têm sua matriz em outros Estados, no caso dos municípios mais longínquos, fazem parceria com prefeituras e instituições privadas, funcionando em escolas públicas na maioria dos casos.

Costa (2010) concebe a oferta de vagas como uma oportunidade educacional numa perspectiva muito mais ampla, na qual se permita não somente oferecer vagas de estudos, mas também dar condições para que esse aluno possa, enfim, usufruir do seu benefício. Por isso, a autora concluiu que:

Não estamos falando somente de disponibilidade de vagas, mas a garantia de fato do acesso através de políticas que permitam a manutenção do jovem na escola e na universidade [...] abordar a educação como política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla (COSTA, 2010, p. 59-60).

Nesse sentido, ressalta-se que os estudantes reconhecem a importância do Programa e que o ingresso no ensino superior representa uma nova perspectiva de conhecimento e de ascensão social resultante da sua implantação.

Diante do cenário que discorreremos sobre a trajetória do ProUni no Brasil, no Estado do Pará e na cidade de Belém, apresentamos no próximo capítulo os resultados da pesquisa com os egressos, cujo o objetivo foi analisar as repercussão do ProUni na vida destes ex-alunos da Unama.

3. O PROUNI NA UNAMA: A VISÃO DOS BOLSISTAS EGRESSOS NO PERÍODO DE 2009 A 2014

analisamos as repercussões no ProUni na vida profissional dos ex-bolsistas egressos da Unama no período de 2009 a 2014. O Programa Universidade Para Todos como política pública de acesso ao ensino superior privado, na cidade de Belém tornando-se expressivo na oferta de bolsas de estudo na Universidade da Amazônia, instituição pesquisada, que possui no Estado do Pará o maior número de bolsas de estudo do Programa.

Nesse sentido, primeiramente, conhecemos o histórico da instituição no ensino superior e a sua adesão ao Programa, em seguida, apresentamos os resultados da pesquisa com os egressos de baixa renda que compõe a Política Pública de acesso ao ensino superior.

A criação do ProUni é uma via de mão dupla, marcada por pressões sociais e interesses governamentais e privados, logo, atende ao mesmo tempo os jovens de baixa renda e o setor privado, o que causa uma situação polêmica e desafiadora. Polêmica porque o governo é acusado pelos teóricos da contraposição de privilegiar as instituições privadas com as trocas de vagas por isenções fiscais. É desafiadora porque representa uma segunda oportunidade para as camadas populares egressas do Ensino Médio de baixo poder aquisitivo para ingressar no ensino superior.

Para desenvolvimento de nossa pesquisa escolhemos como *lócus* de investigação a instituição Universidade da Amazônia (UNAMA), em razão de sua relevância acadêmica, científica e social no ProUni e por ser, em nosso Estado, a pioneira na história do Programa na oferta de bolsas de estudos, sendo a detentora do maior número de alunos matriculados, 10.320, na capital, organizados em cursos de graduação, tecnológico e superior normal, nas modalidades presencial e à distância. Portanto, neste capítulo analisaremos a implantação do ProUni nesta Instituição paraense.

Nossa escolha foi intencional, tendo em vista não só o papel de destaque que a Unama exerce no Programa, mas também a facilidade de acesso ao local de pesquisa, o que teoricamente oportunizaria o contato com os sujeitos da Política. Por isso, nesta pesquisa analisamos os efeitos do Programa para beneficiários no que diz respeito à vida profissional dos egressos da Política Pública. Não obstante, a permanência constitui-se fator primordial para a materialidade do Programa, que tem

como escopo a concessão de bolsas de estudo a estudantes de baixo poder aquisitivo egressos do Ensino Médio.

Neste contexto, diante da ampliação do ProUni como vimos no capítulo 2, é pertinente conhecermos um pouco da história do ensino superior privado no Estado Pará nas últimas décadas na Instituição investigada, para conhecermos como o ProUni tem sido implantado, especificamente na cidade de Belém por meio da Unama.

A cidade de Belém segue o crescimento do ensino superior que tem ocorrido no país. Tal aumento é representado pelos estabelecimentos isolados, de pequeno porte, que oferecem número reduzido de cursos, conforme pesquisa realizada por Camargo e Chaves (2001). É fato que a expansão descontrolada da oferta no ensino superior privado gerou um montante de vagas ociosas devido a vários fatores explicitados no primeiro capítulo.

Mesmo havendo uma enorme demanda de oferta de vagas no ensino superior privado, como foi visto nos capítulos antecedentes, tais vagas estão distante da realidade da população de baixa renda, logo, o ProUni passa a ser uma oportunidade para os jovens de baixo poder aquisitivo oriundos de escola pública.

Apesar de ampliar o acesso ao ensino superior, muitos estudos questionam a efetividade do Programa enquanto instrumento de democratização, uma vez que o processo se dá principalmente pelo sistema privado, o que dificulta a permanência do aluno e compromete a qualidade, especialmente em relação à pesquisa, promovendo uma “democratização” para poucos jovens das classes baixas, sobretudo, na educação à distância (ZAGO, 2006; NEVES et al, 2007; CARVALHO, 2006; CATANI et al, 2006).

Nesse sentido, buscamos analisar a efetividade do Programa para os beneficiários em nosso *locus* de pesquisa, no Estado do Pará. Como optamos em realizar m estudo de caso, limitamos o espaço da pesquisa à Unama, por ser a universidade detentora da maior oferta de bolsas no ProUni na história de nosso Estado, atuando pelo Programa nos municípios de Belém e Ananindeua.

3.1 A IMPLANTAÇÃO DO PROUNI NA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA: Conhecendo o histórico da Unama

A trajetória da Universidade da Amazônia inicia da década de 1970, especificadamente em 1974 com a origem de duas instituições: o Centro de Estudos

Superiores do Estado do Pará, mantido pela Associação Paraense de Ensino e Cultura, e as Faculdades Integradas Colégio Moderno, mantida pela Sociedade Civil Colégio Moderno. Em novembro de 1987, as duas instituições se constituíram em entidade jurídica para formar a União de Ensino Superior do Pará, posteriormente aprovado pelo então Conselho Federal de Educação.

Em 1988, as duas entidades educacionais (Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará – CESEP e as Faculdades Integradas Colégio Moderno – FICOM) se uniram para formar a União das Escolas Superiores do Estado do Pará, justamente com a finalidade de transformá-la na Universidade da Amazônia (PDI, 2011-2015).

A Unama foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 1.518, de 21 de outubro de 1993, passando a ter autonomia constitucional, conforme estabelecido no Art. 207, da Constituição Federal de 1988. Sediada na Cidade de Belém, estado do Pará, a Unama, criada em 1993, tem agora a União de Ensino Superior do Pará como entidade mantenedora. Em 2007, ocorreu a reforma estatutária, passando a ser uma entidade com fins lucrativos.

A Instituição é a única do Estado na categoria administrativa de Universidade atuante no Programa, e caracteriza-se como uma instituição privada. Em 2013, a Unama contava com aproximadamente nove mil alunos, conforme informações atuais adquiridas nos documentos da Instituição. Houve, notadamente, uma redução no número de alunos, que pode está associada à expansão de outras IES privadas, principalmente à criação de outras instituições privadas, a exemplo das faculdades e institutos. A Unama tem hoje 33 cursos de graduação e quatro mestrados (PDI, 2001-2015).

Atualmente, a Universidade da Amazônia conta com mais de 12 mil alunos matriculados em todos os seus cursos, instalada em quatro campi: o “campus” Alcindo Cacela (Unidade Sede), o “campus” Quintino, o “campus” Senador Lemos e o “Campus BR”. Possui as Clínicas de Psicologia (CLIPSI), de Fonoaudiologia (CLIFA), de Fisioterapia (FISIOCLÍNICA) e a de Terapia Ocupacional (CLINTO); possui também os Escritórios Técnico de Engenharia e Arquitetura (ETEA), o Técnico de Assistência Jurídica e Judiciária (ETAJ) e o Técnico de Economia, Administração e Contabilidade (ETEAC); e ainda uma Incubadora de Empresas de Base Gerencial e uma Empresa Junior; os Laboratórios de Práticas Pedagógicas, o de Ensino de Matemática (LEMA) e o de Serviço Social. Na área jurídica, possui o Juizado

Especial, o Tribunal do Júri e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. E não podemos deixar de mencionar que a Unama é sede do UNICEF na Região, mantendo assim mais de 400 convênios nacionais e internacionais pertencentes ao Protocolo de Integração das 61 Instituições de Ensino da Amazônia, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e o Centro Universitário do Pará (CESUPA) (PDI, 2011-2015).

Em relação ao ProUni, a “Política Social de acesso e democratização” ao ensino superior, a Universidade da Amazônia (UNAMA) oferece o maior número de cursos, são 27 presenciais, abrangendo os municípios de Belém e Ananindeua, quais sejam: Administração, Arquitetura e urbanismo, Bacharelado em moda, Ciência da computação, Ciências sociais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social em Jornalismo e Publicidade e Propaganda, Curso Superior de Tecnologia em Processos de Gerenciais, Curso Superior de Formação Específica em Design de Interiores, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Sanitária e Ambiental, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Letras (Português e Literatura, Inglês), Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Relações Internacionais, Secretariado Executivo Bilíngue, Serviço Social, Terapia ocupacional (PDI, 2011-2015).

A Instituição desenvolve estratégias para manutenção do alunado por meio da oferta da Bolsa Reembolsável e o Fundo de Bolsas Reembolsáveis, destinado ao atendimento de alunos financeiramente carentes, matriculados nos diversos cursos de graduação e de formação específica da Unama, e que tenham rendimento acadêmico satisfatório. Além da documentação comprobatória da carência financeira, o aluno deverá apresentar um avalista, que não poderá ser seus pais, responsáveis financeiros (PDI, 2011-2015).

Até o ano de 2012, a Unama já graduou 64.591 alunos incluindo todas as formas de ingresso. Em 2013, até o primeiro semestre, foi registrado um montante de matrículas de 9.279 alunos. Em 2011, foi publicado o relatório de avaliação da Instituição apresentando o panorama dos cursos novos à distância. Nessa modalidade de ensino, a Universidade possui os cursos de Administração de Empresas, Desenvolvimento de Sistemas e de Software e Gestão Empresariado. Com exceção do de Administração, os outros tem duração de dois anos. A Unama foi uma das

primeiras a aderir ao ProUni e contou, em 2011, com 1.132 estudantes, somando-se 231 pelo FIES, nos 32 cursos de graduação que oferece. Desde 1984 até o primeiro semestre de 2010, foram contabilizados 56.139 concluintes, espalhados pelos cursos de graduação e cursos superiores de formação específica (IDEM, 2011-2015).

O PDI da Unama, prevendo possíveis prejuízos quanto às dificuldades intelectuais provenientes da escolarização dos egressos da escola pública, o documento cita as alternativas de nivelamento para os alunos no intuito de minimizar as disparidades educativas provenientes do Ensino Médio, visto que a Acadêmia apresenta metodologia, proposta pedagógica e currículos diferenciados dos que os jovens estudam ao longo do referido nível de ensino.

A adesão das instituições privadas ao ProUni satisfaz tanto ao governo quanto as universidades pois cria alternativas para equilibrar o limitado número de vagas nas instituições públicas e fortalecer o setor privado de forma direta, sobretudo, com o pagamento das bolsas de estudos parciais. Entretanto, a ausência de fiscalização eficaz por parte do governo, ou da sociedade, pode abrir precedentes para o ingresso ou manutenção de instituições sem qualidade, reprovadas pelo instrumento de avaliação do próprio MEC, como o Sinaes conforme foi denunciado pelo relatório do TCU já exposto no segundo capítulo.

A procura pelo ProUni tem sido estimulada pela corrida para ingressar no ensino superior por meio do ENEM. Tal fato tem gerado a concorrência pelos cursos clássicos como Medicina, Direito, Engenharia e Psicologia. Portanto, é nesse campo dicotômico entre público-privado que o ProUni tem se consolidado no cenário educacional.

Segundo Soares (2002), atualmente o sistema de ensino superior vem apresentando um dinamismo importante, com aumento da demanda referente ao crescente número de egressos do ensino médio. “A ampliação do número de vagas foi considerável nos últimos anos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais”, visto que

O processo de mercantilização da educação conduz à recriação da natureza da educação, que se transforma, de direito inscrito na Constituição Federal de 1988, em simples venda de serviços. Assim sendo, se a educação superior deixa de ser da competência do Estado, passando à esfera do Capital, a exploração do “serviço” educação caberá ao empresário possuidor do capital necessário para o investimento na área, bem como das condições concretas para o sucesso de seu “empreendimento” (ALGEBAILLE, 2004, p. 9).

Logo, o ProUni representa a forma que o governo busca para financiar a educação da população de baixa renda. O processo seletivo de ingresso no Programa é um passo fundamental, mas limitado, haja vista, os preços altos, os custos com materiais para a manutenção em um curso superior (passagem de ônibus, compra de livros, reprodução de cópias e outros a mais), isso significa que mesmo com bolsa de estudo “gratuita” o aluno precisa garantir sua manutenção e se for bolsista parcial a situação é onerosa.

O panorama retratado necessita ser investigado de forma ponderada, haja vista que os jovens de baixa renda, público alvo do ProUni, conforme resultados de pesquisas anteriores de mestrado Almeida (2009), e Costa (2012) reiteram a importância do Programa no acesso ao ensino superior, mas enfatizam as dificuldades com relação à sua conclusão dos cursos.

Carvalho (2006), ao analisar o ProUni como política de inclusão nas dimensões institucionais e intersubjetivas, ressalta que os alunos entram com as menores médias do Enem e têm muitas dificuldades na elaboração de trabalhos acadêmicos; outros, ainda, têm dificuldades de entrosamento na comunidade universitária por se sentirem “diferentes” em termos socioeconômicos, étnicos e culturais. Como alternativas para tentar reverter esta situação, algumas instituições privadas criam mecanismos para assegurar a permanência dos discentes como é o caso da Unama conforme o PDI da instituição.

Carvalho analisa que as dificuldades são diversas, seja de cunho intelectual, econômico ou social, problemas recorrentes na acadêmia, o que pode interferir na formação dos bolsistas:

Ainda é importante levar em conta que, ao contrário do senso comum, diversos estudos vêm demonstrando que [...] há maior participação das camadas mais pobres nas instituições públicas que nas suas congêneres particulares. [...] Diante do quadro social e educacional deletérios, cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa (CARVALHO, 2006, p. 994).

Nesse contexto, de múltiplos desafios propostos aos beneficiários, que não se limitam somente às condições socioeconômicas, mas também às de caráter acadêmico, que exige um nível de leitura elevado. Outra questão é o grau de dificuldade das

disciplinas do curso, criando no beneficiário um sentimento de superação, pelo sucesso no curso ou de responsabilização pelo fracasso, já que recebeu a bolsa do governo, a manutenção acadêmica é de exclusiva responsabilidade do mesmo (CARVALHO, 2006).

Para Castellain (2008), mesmo com o acesso ocorrendo não se efetiva de maneira igualitária, pois há diversas críticas em torno da qualidade das instituições integrantes do ProUni, e qual público tem ocupado estas bolsas e em quais cursos. Elementos que podem comprometer o ProUni e a formação dos beneficiários, a medida que “no que se refere à qualidade das instituições integrantes do Programa, na própria diferenciação entre bolsa integral e parcial e na falta de garantia de continuidade da bolsa permanência” (CASTELLAIN, 2008, p. 08).

Entendemos que para análise dos dados, a revisão da bibliografia, correlacionando com a análise documental, subsidiou nossa dissertação no que diz respeito aos nossos objetivos propostos, fundamentalmente, para analisar o ProUni, na prática, na concepção dos beneficiários egressos da Unama.

Para tanto, realizamos a análise seguindo o aporte teórico que trata da pré-análise, análise, interpretação e inferência da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 42), que se define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção (recepção/variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a realização da pesquisa, enfrentamos muitas dificuldades e desafios no que diz respeito à coleta de dados, sobretudo, porque a Instituição foi muito resistente na concessão do banco de dados dos egressos, que nos permitiria estudar e aprofundar a coleta de informações diretamente com os informantes da pesquisa. Apesar das dificuldades conseguimos o endereço eletrônico dos pesquisados, o que para nos possibilitou prosseguir na pesquisa.

Assim sendo, demos continuidade na pesquisa, fizemos a aplicação do questionário (Anexo B) de maneira eletrônica, encaminhando aos egressos via email juntamente com a carta convite que explicava os motivos e objetivos da pesquisa, que foi analisar como o ProUni repercutiu na formação na vida profissional dos egressos da Unama.

Nesse sentido, o questionário que utilizamos foi organizado em duas etapas: na primeira, buscamos traçar o perfil socioeconômico dos pesquisados com perguntas abertas e fechadas para termos acesso aos dados pessoais dos ex-bolsistas; na segunda, objetivamos conhecer a visão dos egressos sobre a efetividade do ProUni em relação ao aspecto social e profissional. As perguntas realizadas foram abertas, totalizando 35 (trinta e cinco), enviadas diversas vezes aos endereços eletrônicos disponibilizados pela instituição.

O tempo de aplicação dos questionários ocorreu no período de novembro 2014 a de abril 2015. Dos 500 questionários encaminhados por email, sem nenhum contato direto com os respondentes obtivemos o retorno de 50 egressos ao final da pesquisa. Como a amostra foi limitada ao número de questionários respondidos, reorganizamos a pesquisa para um estudo de caso que segundo Gil (2002, p. 54), “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Os ex-alunos participantes da pesquisa cursaram respectivamente os cursos: Direito (16), Administração (7), Comunicação Social (7), Psicologia (6), Engenharia Civil (6), Fisioterapia (5), Enfermagem (3). Os referidos cursos foram escolhidos porque são os mais requisitados pelos alunos pagantes, destes cursos o curso de direito é o que oferta o maior número de bolsas do ProUni, e também o que obtivemos o maior número de respondentes, conforme análise dos dados que passamos a abordar no próximo tópico.

3.2 Perfil dos egressos no ProUni: O que dizem os dados e os ex-bolsistas da Unama

A pesquisa centra nos egressos que compreende o período de 2009 até 2014, isso não significa dizer que somente neste período inicia-se a conclusão dos cursos, visto que determinados egressos conseguiram a bolsa no decorrer do curso, contudo a maior demanda centra-se no período evidenciado na pesquisa.

Tabela 13- Distribuição dos cursos da Unama pesquisados no ProUni 2009-2014

Cursos	Questionários encaminhados	%	Questionários respondidos
Direito	250	32%	16
Administração	104	14%	7
Comunicação social	50	14%	7
Psicologia	26	12%	6
Engenharia	30	12%	6
Fisioterapia	20	10%	5
Enfermagem	20	6%	3
Total	500	100%	50

Fonte: Elaboração com base nos questionários dos egressos

A partir da coleta de dados, analisamos as informações dos cinquenta ex-bolsistas no que diz respeito ao gênero dos egressos, a pesquisa demonstrou os seguintes resultados: que ocorre um pequeno desequilíbrio no que tange a ocupação das bolsas de estudo, à medida que constatamos que houve uma predominância do sexo feminino na ordem de 58% em relação ao masculino que registrou 42%.

Apesar do avanço das mulheres tanto no mercado de trabalho quanto ao acesso a educação, entretanto, as desigualdades de sexo prevalecem considerando que no mercado de trabalho as mulheres são remuneradas de forma inferiorizada conforme os dados apresentados pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2014, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As mulheres tinham uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas/semana) e considerando a jornada no mercado de trabalho e aquela com a realização de afazeres domésticos, a jornada feminina semanal é de 56,4 horas, superior em quase 5 horas à masculina. Além disso, as mulheres recebiam em média menos que os homens em todas as formas de trabalho, mas tal desigualdade era ainda maior em 2004. A relação de desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres é maior nos trabalhos informais, onde elas recebiam 65% do rendimento médio dos homens em 2013 (contra 75% nos trabalhos formais) e aumenta também com o aumento da escolaridade: entre pessoas com até quatro anos de estudo, o rendimento-hora das mulheres equivalia a 81% do dos homens com a mesma escolaridade e com 12 anos ou mais de estudo, essa relação era 66%.

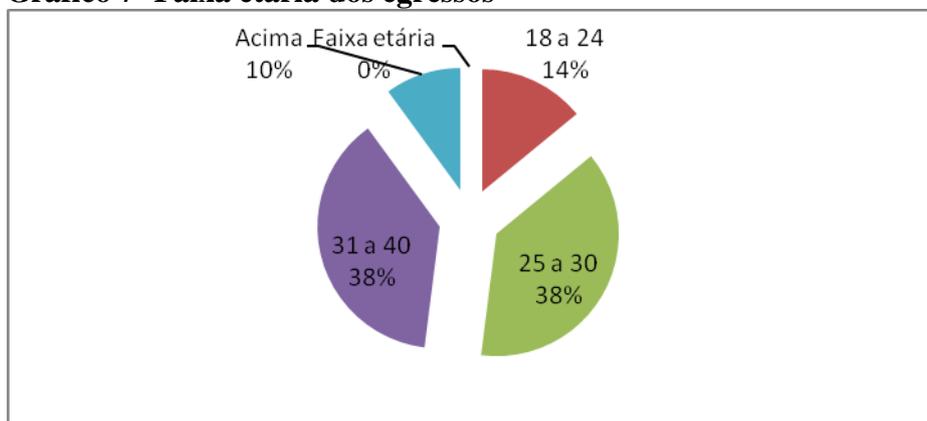
Lamentavelmente, as mulheres ainda não são reconhecidas socialmente e financeiramente em nossa sociedade, como capazes de desenvolver diversas profissões realizadas pelo sexo masculino.

Com base nos estudos empreendidos sobre o universo de egressos, não houve candidatos deficientes, o que não significa que não haja nestes cursos. Nos dados do SisProUni a nível nacional os alunos com deficiência representaram 1% , ou seja, 10.340 alunos matriculados em todo Brasil.

Desta forma, cabe destacar que, nos referidos cursos dos egressos do ProUni as mulheres são representativas, visto que no curso de direito, comunicação social, engenharia, fisioterapia ocupam metade das bolsas e no curso de administração estão acima desta média. Inferimos que estas conquistas com a bolsa do Programa, minimizam as desigualdades de gênero, financeira, educacional e cultural, antes limitada ao sexo masculino.

Verificamos que em se tratando da faixa etária dos ex-bolsistas, ocorre um equilíbrio no público de faixas etárias diferenciadas, que compreende respectivamente 25 a 30 anos e de 31 a 40 anos. Evidenciando, assim, que as bolsas do ProUni tem se concentrado no público adulto, conforme mostra o gráfico 7 desta página, ao contrário do que é proposto pelo PNE 2014-2024, quando preconiza a faixa etária idealizada de 18 a 24 anos, prioritariamente, no ensino superior.

Gráfico 7- Faixa etária dos egressos



Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Neste contexto, constatamos no que tange a naturalidade dos egressos, a ocupação das bolsas do ProUni se concentra na capital Belém, representando 40% egressos do Programa, em seguida os ex-bolsistas são oriundos dos interiores do Estado do Pará registrando 34% e por fim 23% são provenientes de outros Estado do Brasil. Vale ressaltar, que ocorre uma pequena diferença entre os ocupantes da capital e do interior do Estado, os selecionados dos diversos municípios transportam consigo as

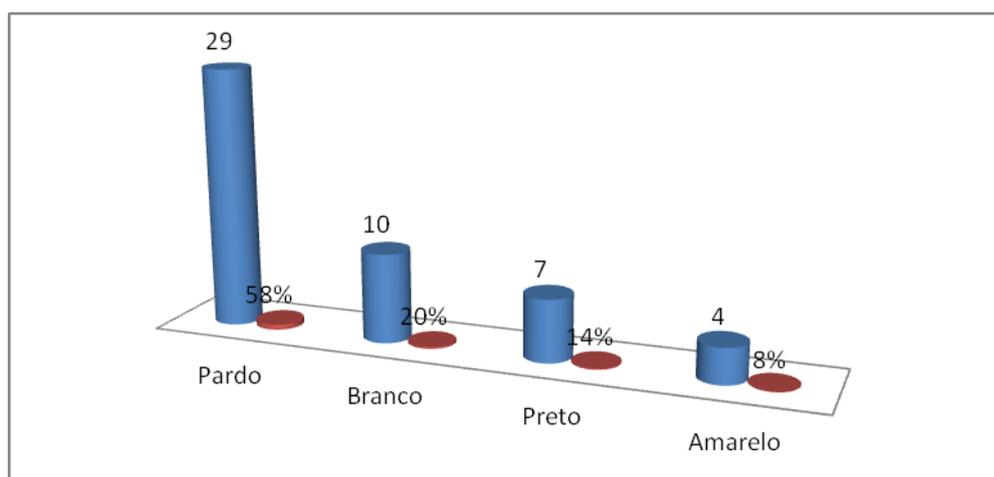
dificuldades de acesso a educação e por vezes para não perder a bolsa tem de morar na capital, para não perder a oportunidade de cursar o ensino superior com bolsas integral ou parcial na modalidade presencial.

Em se tratando da cor, os egressos declararam-se como pardo, os quais usufruem do maior quantitativo de bolsas, seguido pelos brancos, pretos e pardos respectivamente. O que significa que o Programa tem sido positivo para os menos favorecidos selecionados, sobretudo se somarmos a demanda de pardos e pretos, contudo tem sido irrisória o ingresso destes sujeitos ao ensino superior se considerarmos que os pretos ocupam um número limitado na escala de ocupação de bolsas a nível nacional segundo os dados do SISPROUNI (2014) que representou 188.340 ocupando o terceiro lugar a nível local também.

Apesar do negro ainda apresentar desvantagem no ingresso ao ensino superior, o ProUni enquanto política afirmativa de “inclusão de negros e pobres”, haja vista que este público foi inserido na legislação do Programa a medida que as bolsas concedidas levam em conta a renda per capita familiar e a reserva de bolsas aos autodeclarados pardos ou pretos, conforme artigos 1º e 7º da Lei nº 11.096, de 13.01.2005.

O gráfico 8 mostra como está dividida a ocupação das bolsas de estudo por raça/cor considerando a autodeclaração dos egressos no momento da inscrição para a instituição que cursou a graduação.

Gráfico 8- Raça/Cor dos egressos



Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos

O número de bolsas destinadas à implementação das políticas de ações afirmativas é proporcional ao percentual desta população em cada Estado, de acordo com os dados do Censo do IBGE. Assim, cerca de 50% das bolsas do Programa foram concedidas a estudantes afrodescendentes, demonstrando a relevância do ProUni no ingresso de uma parcela de estudantes que, historicamente, não tinham acesso ao ensino superior.

Em relação ao estado civil dos egressos, os participantes estão divididos da seguinte maneira: 44% são solteiros, 24% são casados, 16% vivem em relacionamento estável e 8% são separados, bem como, 8% vivem em outra situação conjugal 8%. Destacamos que os solteiros são maioria tendo em vista que privilegiam os estudos e o ingresso no mercado de trabalho, antes mesmo de constituir família e ter filhos. Conforme evidenciado em suas respostas, pois 56% afirmaram não têm filhos, enquanto 44% possuem.

O processo de mudanças no mundo do trabalho tem ocasionado modificações na vida social em decorrência de um estilo de vida que prima, antes de tudo, pelos estudos como forma de ascensão social equacionada à aquisição de trabalho, vislumbrando principalmente a estabilidade na vida financeira. Assim, determinando grupo de pessoas deixaram o casamento para um segundo plano. Homens e mulheres casam-se mais tarde, constituem família ou mesmo tem filhos na fase madura, ou seja, as mudanças nos arranjos familiares²⁴ entre 2004 e 2013, período em que houve redução na proporção de casais com filhos e aumento dos sem filhos, o controle da prole tem sido representativa em todas as faixas etárias, sobretudo nas mulheres com mais idades, conforme os dados da SIS (2014)

Entre elas, destaca-se a proporção daquelas que tinham pelo menos um filho: 30,0% entre aquelas com 15 a 17 anos, 51,6% na faixa de 18 a 24 anos de idade e 74,1% daquelas de 25 a 29 anos de idade. Entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade que não estudavam nem trabalhavam, 56,7% não tinham o ensino fundamental completo. Entre as de 18 a 24 anos, 47,4% tinham completado o ensino médio.

²⁴ Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou seja, as famílias, ou o conjunto de pessoas ligadas por dependência doméstica ou normas de convivência, ou a pessoa que mora sozinha. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e, por normas de convivência, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. (SIS, 2014).

Nesse sentido, os egressos que afirmaram ter filhos totalizam 80% que moram com os filhos, logo, as dificuldades para prosseguir nos estudos são mais latentes, considerando os custos necessários para criar filhos como alimentação, plano de saúde, medicamentos, escola e entretenimento.

Na sequência, os ex-bolsistas alegaram que em relação ao número de membros que residem na mesma moradia, dos que possuem filhos todos moram com os mesmos, 10% moram com 1 (uma) pessoa, com duas pessoas 14%, com três pessoas 26%, com quatro pessoas 18%, com cinco pessoas 14%, moram com mais de cinco pessoas na mesma casa 10% e por fim, mora sozinho 8%. Constatamos que o reduzido número de pessoas que moram com os egressos está associado ao perfil corresponde à vida urbana que é reduzido número de filhos, tendo em vista ao alto custo de vida na capital.

Em relação à locomoção à Unama, obtivemos o seguinte resultado quanto aos meios de transportes utilizados pelos egressos: 66 % se declararam usuário de ônibus; de carro, 10%; e 8% caminhando, 8% transporte da empresa e por fim, 8% mesclaram os meios de condução para chegar à instituição. Averiguamos que a maior parte dos egressos utilizava o transporte coletivo, o que significa que as bolsas foram ocupadas por pessoas que fazem jus ao benefício, sobretudo os oriundos dos municípios paraenses e de outros estados do Brasil.

No que tange ao tipo de residência, registramos que 38% moram em casa própria; 28% em casa alugada; 20% moram com os pais e 14% assinalaram outra situação. Os bolsistas que moram em casa alugada têm suas dificuldades intensificadas, a medida que os custos são dobrados com transporte, material pedagógico.

Quanto à origem da instituição que cursou o Ensino Fundamental e Médio, apresentou-se o seguinte quadro: 68% estudaram na rede pública; 18%, na rede privada; e 14%, nas redes privada e pública. Mediante os dados expostos, concluímos que o ProUni tem atendido ao alvo do Programa, ou seja estudantes de baixa renda provenientes, sobretudo, de escola pública. Dos egressos que compõe a demanda da rede pública, são oriundos de escolas federais, especialmente do Cefet 28% e 40 % das escolas estaduais.

Portanto, os dados evidenciam o atendimento aos critérios estabelecidos pelo ProUni, previstos na Lei 11.096/2005, no artigo 2º, inciso I, que diz que a bolsa é destinada a estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

As instituições Públicas de Ensino Superior são criteriosas, exigindo jovens bem preparados, principalmente para ingressar nos cursos mais concorridos, medicina, direito, engenharia. E isso fica evidente quando perguntamos sobre o número de tentativas em que não obtiveram êxito na conquista de uma vaga nas instituições de Ensino Superior, conforme informações dos pesquisados as tentaram ingressar mais vezes nas Universidades Públicas totalizando 52% enquanto 18% nas Universidades Privadas e 32% tentaram em ambas.

Se nas universidades públicas os gastos são diversos e inevitáveis, nas instituições privadas estes são maiores, tendo em vista a própria logística do estabelecimento de ensino. No que concerne à identificação do responsável pelos gastos durante a realização do curso, 34% dos pesquisados afirmaram ter suas despesas financiadas pelos pais, enquanto 36% disseram financiar o próprio estudo; 12%, o cônjuge; 10%, por outras pessoas e por fim, os avós 8%. Apesar da aquisição da bolsa para os selecionados a manutenção seria muito difícil se somarmos os percentuais dos que foram financiados por terceiros totalizando 64% enquanto determinado número de egressos já trabalhavam, ao ingressarem no curso que foram escolhidos.

Dos ex-bolsistas, 76% confirmaram que foram convocados na primeira chamada do ProUni, enquanto 24% no segundo processo seletivo, isto porque são ofertadas o maior volume de bolsas sempre no primeiro processo seletivo desde a criação do Programa.

No que se refere aos três primeiros anos de ingresso dos ex-bolsistas registamos que de 2005 a 2007 obtivemos quantitativo de, 58%, o período seguinte que correspondeu a 2008 a 2011 foi menor o processo de ingresso em torno de 42%, ressaltamos que a oferta de bolsas de estudo está atrelada ao número de estudantes pagantes e regularmente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, bem como da adesão das instituições privadas na oferta de bolsas integrais e parciais, desde que atendam a quantidade mínima para obter isenção fiscal, de acordo com o art. 5º da lei 11.096.

Em se tratando dos ex-bolsistas concluintes, consideramos a maior demanda de formandos a partir de 2009 que correspondeu a 20%, em 2010 verificamos o mesmo percentual, em 2011 obtivemos um aumento de 32%, ou seja, este foi o ano com o maior número de formandos do ProUni na Unama, em 2012, registramos uma redução no número de concluintes 12%; em 2013, foram 8%; em 2014, 6%.

As respostas confirmam a importância da educação para a ascensão social, considerando a origem dos egressos, de classe assalariada e seus pais de baixa escolaridade conforme informado pelos pesquisados.

Diante do cenário exposto, adentrar o ensino superior, para os concluintes do ensino médio de escola pública constitui-se um caminho repleto de percalços tanto de cunho econômico quanto socioeducacional, haja vista, que a conclusão do Ensino Médio em si para a camada de baixo poder aquisitivo, já representa uma vitória, pois estes almejam principalmente acesso a um emprego.

Segundo Pochmann (2007), a educação, é concebida como um meio de melhorar os rendimentos do trabalhador. Todavia, no Brasil, os jovens quase sempre tem de escolher entre a escola e o emprego, o que se torna um retrocesso aos filhos da camada assalariada, quando torna-se um trabalhador sua manutenção na escola, torna-se um desafio, visto que implica por diversas vezes implica no comprometimento da escolaridade com qualidade, reduzindo as oportunidades de ascensão social por intermédio do emprego. “[...] somente a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é condizente com os desafios da sociedade do conhecimento” (POCHMANN, 2007, p. 25).

3.3 Os desafios para a conclusão no Ensino Médio e o prosseguimento dos estudos no ensino superior

De acordo com Pochmann (2007), o primeiro emprego é decisivo para a trajetória futura do jovem, mas se a aquisição do emprego ocorre apenas para suprir necessidades de renda, minimiza seu caráter educativo, visto que ao ingressar precocemente no mercado de trabalho, sem ter continuado ou concluído os estudos no ensino regular, limitará o emprego a condições imediatas, à medida que a qualificação faz-se, sobretudo com o prosseguimento dos estudos.

Para Pochmann (2007), o mercado de trabalho reproduz a desigualdade verificada no sistema educacional, destinando os empregos mais concorridos aos mais qualificados, ou seja, limitando a ascensão social e profissional aos menos favorecidos econômica e socialmente.

Pochmann (2007) ressalta que a qualificação do jovem por meio da escolarização, o permitirá a capacitação postergar sua entrada no mercado de trabalho

são caminhos apontados para as políticas públicas juvenis de primeiro emprego. “A necessidade de suprir precocemente a renda futura ou de ajudar no orçamento familiar tem pressionado os filhos, sobretudo os de famílias de menor poder aquisitivo, a terem uma passagem breve pela escola” (POCHMANN, 2007, p. 63).

O desafio imposto pela supervalorização via qualificação, para aquisição e/ou manutenção do emprego reforça os princípios propostos pela concepção da Teoria do Capital Humano, explicitado no primeiro capítulo. Desloca-se a responsabilidade do “Estado para o indivíduo, adaptar-se, esforçar-se, passa a ser sinônimo de superação da concorrência em relação aos outros. Logo, a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego” (POCHMANN, 2007, p. 76).

Na pesquisa realizada por Alves e Pinto (2012) são analisados os microdados do Pnad em 2008, sobre os alunos potenciais ingressantes na Educação Básica na realidade atual do Brasil. Os autores apontam em suas análises que o atendimento no ensino médio para os alunos na faixa etária de 15 a 17 anos está muito abaixo do esperado, em números a taxa de atendimento cresceu 9,9% no período. A supremacia da distorção idade série é muito preocupante, sobre tudo no Pará que apresenta os maiores índices, pois 45% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam o ensino médio no período de 1998 a 2008 fora da faixa etária.

Alves e Pinto (2012) consideram que para universalizar o ensino médio no contexto da federação Paraense deverá incluir 18,9% dos jovens no ensino médio o que requer um esforço de ampliação da rede de 12%. Os jovens que poderão ser beneficiados com a ampliação da rede seriam em potencial 40% negros e pardos que estão fora da escola, 47% das famílias da zona rural sofrem mais com a exclusão dos que as que residem na cidade, à chance de um jovem cujos pais têm baixo nível de escolaridade é 03 vezes maior de ficar fora da escola dos que os que tiveram acesso ao ensino superior.

Mas a alternativa para os filhos da classe trabalhadora que não podem somente estudar, é equilibrar a balança entre a escola e o trabalho, conforme os dados da SIS (2014) houve avanços significativos na inserção dos jovens na escola e no mercado de trabalho nos últimos anos, considerando a quantidade de jovens que em 2014 não trabalhavam nem estudavam no ensino regular. Entre os jovens de 15 e 29 anos de idade, praticamente 1 em cada 5 não frequentava escola de ensino regular e não trabalhavam em 2013.

O grupo etário mais jovem de 15 e 17 anos a proporção foi de 10,2%, enquanto entre os de 18-24 anos a incidência chegou a 24% dos jovens, e para aqueles com 25-29 anos de idade o indicador foi maior com 21,8%. Entre o elevado número de jovens da faixa etária de 15 e 29 anos que não estudavam ou trabalhavam grande parte residia nas regiões nordeste e norte do país se comparada com a proporção de jovens residentes nestas regiões (38,3%), o que demonstra que a educação nestas regiões ocorre de maneira limitada.

Vale ressaltar a redução da participação relativa dos estudantes mais ricos entre 2004 e 2013 nas duas redes de ensino. Em 2004, eles representavam 55,0% e 68,9% dos estudantes nas redes de ensino pública e privada, respectivamente. Em 2013, essas taxas caem para 38,8% e 43,0%, respectivamente (SIS, 2014). Como resultado, os estudantes com maiores rendimentos deixaram de ser maioria nas duas redes do ensino superior, aumentando o acesso de estudantes provenientes das camadas mais pobres da sociedade.

Na ótica da SIS (2014), no mesmo período, de 2004 a 2013, os estudantes que fazem parte dos 20% com os maiores rendimentos, (5ºquinto), deixaram de ser a maioria tanto nas universidades públicas (38,8%) quanto nas particulares (43,0%), conseqüentemente, aumentando o acesso a esse nível de ensino a alunos com rendas inferiores, inclusive aos mais pobres. Em 2004, apenas 1,7% dos estudantes do ensino superior pertencentes aos 20% com os menores rendimentos (1º quinto) frequentavam universidades públicas. Em 2013, essa proporção chegou a 7,2%.

De fato, observamos um aumento da proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequentavam o ensino superior. Em números temos 10,4%, em 2004; e 16,3%, em 2013. Todavia a Meta 12 do PNE é que esse número dobre até 2020, assegurando a qualidade da oferta. Enquanto do total de estudantes brancos de 18 a 24 anos, 69,4% frequentavam o ensino superior, apenas 40,7% dos jovens estudantes da mesma faixa etária pretos ou pardos cursavam o mesmo nível, o que significa que, mesmo com o ingresso da classe trabalhadora nas instituições de ensino superior, esta realidade é limitada pela lei de cotas, seja no ensino público seja no privado, via ProUni.

Os dados da SIS (2014), demonstram ainda que 84,3% dos jovens de 15 a 17 anos que frequentavam a escola, pouco mais da metade estava no ensino médio. A elevada frequência escolar bruta dos jovens de 15 a 17 anos (84,3%) não significa que eles estavam no nível adequado à faixa etária. As proporções dos que frequentavam o

ensino médio subiu de 44,2%, em 2004, para 55,2%, em 2013, elevando a taxa de frequência escolar líquida. Com isso, caiu a proporção desses jovens no ensino fundamental, reduzindo de 34,7% em 2004 para 26,7% em 2013. Nessa faixa etária, os brancos possuíam uma taxa de frequência escolar líquida 14,4 pontos percentuais acima dos jovens pretos ou pardos (49,3%).

Neste contexto, fica evidente que o acesso à Educação no Brasil e, sobretudo, na região Norte é preocupante diante dos indicadores: acesso, permanência e renda, o que aumenta o processo de exclusão intelectual dos sujeitos em situação de vulnerabilidade ao direito à educação, considerando as desigualdades regionais evidenciadas no capítulo 2. Ao tratarmos da escolaridade média da população de 25 anos ou mais, houve um aumento de 2004 a 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo completos. Apenas 41,8% das pessoas dessa faixa etária alcançaram 11 anos de estudo ou mais. O incremento de escolaridade foi mais intenso para o quinto de rendimento inferior, cujo aumento foi de 45,9%, enquanto o quinto superior apresentou uma elevação de 9,2% na média de anos de estudo entre 2004 e 2013.

Nesse sentido, o ProUni é fator preponderante para a redução das “desigualdades intelectuais e trabalhistas” dos selecionados, à medida que oportuniza o ingresso dos cidadãos não diplomados no ensino superior. As normas do Programa centram-se no desempenho acadêmico dos bolsistas como forma de manutenção da bolsa, o que acaba forçando o beneficiário a se dedicar à Política, tornando-a mais exitosa tanto para o graduando quanto para o Programa, ocasionando, provavelmente, melhores oportunidades profissionais e ingresso no mercado de trabalho pós-conclusão do curso.

A formação científica limitada para os egressos do Ensino Médio equacionada ao sucateamento da educação pública e a fragmentação dos conteúdos comprometendo a aquisição de conhecimentos, em decorrência de sua inconclusão, reduz as chances de ingresso no ensino superior, sobretudo para os estudantes das instituições públicas, estes fatos constituem-se em elementos preponderantes vivenciados pelos sujeitos de vulnerabilidade econômica. Diante desta realidade, Oliveira e Bittar (2010, p. 7) afirmam:

O ingresso no ensino superior é certamente uma parte visível desse funil de seletividade social, perpassado por processos de seleção excludentes adotados pelas IES, especialmente as públicas. Processos que aniquilam o ideário, o sonho, a igualdade real de oportunidade dos estudantes que buscam, no ensino superior, uma oportunidade de conquistar um espaço na

carreira acadêmica e profissional. O esforço é ainda maior para os estudantes universitários que estão matriculados nos cursos noturnos, pois, para a grande maioria, isso acontece depois de uma jornada de trabalho diária de oito horas. A frustração pode vir de várias formas nessa trajetória: evadir-se por não conseguir pagar as mensalidades; não acompanhar o curso devido à fragilidade da formação anterior; concluir o curso e descobrir que pouco ou quase nada foi agregado de valor à formação, devido à qualidade do curso; não conseguir inserir-se profissionalmente no mercado de trabalho; e, finalmente, não conseguir a melhoria da qualidade de vida que tanto desejava.

Corroborando com o debate, Carvalho (2006) já havia mencionado que a questão do acesso ao ensino superior é polêmica, haja vista que não basta permitir o acesso, pois a permanência continua sendo o grande desafio, uma vez que o acesso não simboliza garantia de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, muito menos ascensão social. Acrescenta a autora que a maioria das instituições privadas limita-se ao ensino, o que pode ocasionar restrições ao processo educativo, tendo em vista a ausência de pesquisa e a extensão, elementos ímpares que compõem a educação superior em sua totalidade.

Ao considerarmos a importância do ensino superior, destacamos com base nos dados da SIS (2014), o aumento da proporção de pessoas de 18-24 anos de idade que frequentava o ensino superior. Essa proporção era de 10,4%, em 2004, e passou para 16,3%, em 2013, mas terá que dobrar até 2024, para atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê essa expansão, assegurando a qualidade de oferta.

Esta realidade é reforçada pelo crescimento significativo no ensino superior privado, principalmente, por meio dos Programas voltados ao setor privado ProUni e Fies. Enquanto nas Universidades federais foi superada a marca de um milhão de matrículas de graduação, registrando um crescimento de 10% das vagas no intervalo de um ano, enquanto a rede privada cresceu 4,8% no mesmo período, conforme os dados evidenciados no primeiro capítulo (MEC, 2014).

3.4 A percepção dos egressos sobre o ProUni na Unama

Conforme os dados dos questionários, 62% dos egressos afirmaram que não tiveram dificuldades para permanecerem na Instituição durante o curso, enquanto que 38 %, admitiram as ter enfrentado. Diante do exposto, percebemos que as dificuldades contemplaram a minoria neste percurso no ensino superior, o que demonstra, mesmo

assim, que apenas a bolsa não é o suficiente para a permanência dos beneficiados no ProUni.

No que diz respeito à oferta de cursos nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais, possivelmente ocorra pelo menor investimento em infraestrutura para implantação e execução deles, em face às outras áreas, a exemplo da área de saúde, como é o caso do curso de Fisioterapia, ofertado pela instituição pesquisada. Antes de ingressar no ensino superior pelo ProUni, o candidato conta com cinco alternativas em diferentes instituições, entretanto a Unama foi escolhida por 90% como primeira opção, segundo os egressos.

A possibilidade da oferta em relação à quantidade de instituições de ensino superior, não significa que seja mais fácil para o candidato prosseguir seus estudos, pelo contrário, a demanda de concorrentes é elevada, haja vista, que o ProUni passa a ser a segunda oportunidade para os candidatos que não tiveram êxito nas instituições públicas, por isso os selecionados que obtiveram as maiores notas escolhem os cursos de sua preferência e conseguem a bolsa de estudos, ficando isentos dos pagamentos das mensalidades, tratando-se da bolsa presencial.

Portanto, o interesse pela instituição pesquisada foi justificado pelos seguintes motivos elencados na tabela nº 13.

Tabela 14- Razões pela escolha da Unama

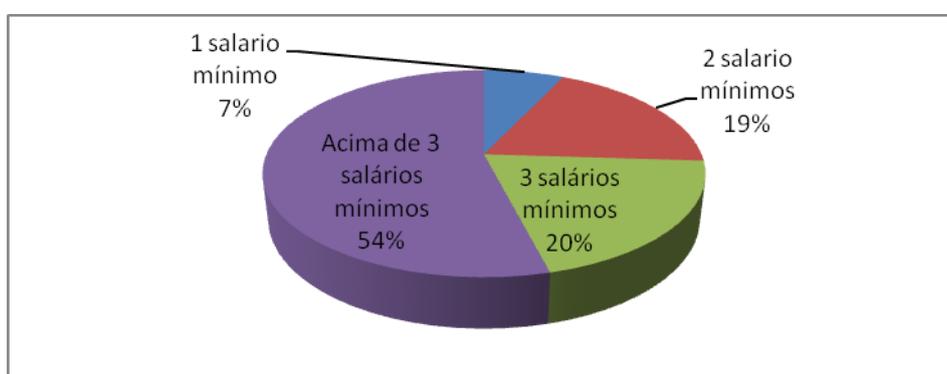
Nº	MOTIVAÇÃO	%
01	Qualidade do Ensino	18%
02	Melhor Universidade do ProUni	20%
03	Histórico de Credibilidade no Ensino Superior Paraense	34%
04	Proximidade de residência	6%
05	Por ter o curso dos meus sonhos	22%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Os ex-alunos justificaram a razão pela escolha do curso que estudaram da seguinte maneira: 56% disseram ser um sonho profissional, enquanto 20% afirmaram ser por causa da nota do Enem. Além disso, 10% consideraram a questão salarial; e por fim, 14% declararam que sua opção está contemplada em todas as alternativas listadas na tabela 13.

No período pós-curso, 80% dos egressos garantiram já estar no mercado de trabalho, enquanto 20% ainda estavam fora. Destes, apenas 15% não atuam na área de escolha do curso. O gráfico 10, na página 143, a seguir, apresenta resultados referentes à distribuição da faixa salarial bruta dos ex-beneficiários que, após ingressarem no mercado de trabalho com o curso superior, obtiveram aumentos em seus rendimentos, permitindo-lhes autonomia financeira e ajuda nas despesas de seus familiares, de acordo com seus relatos.

Gráfico 9- Distribuição da faixa salarial



Fonte: Elaborado própria, com as respostas dos egressos do ProUni

Observou-se que em relação ao tempo de espera dos egressos para serem inseridos no mercado de trabalho, após aquisição do diploma, o resultado foi o seguinte: em média, 1(um) ano depois do término dos estudos, 58%, estavam atuando; de 1(um) a 2(dois) anos, 23%; e 20% já trabalhavam. É importante frisar que no questionário não abordamos perguntas que buscassem verificar se os egressos possuíam emprego antes, ou no decorrer do curso. Do universo dos respondentes, 31% trabalhavam em órgãos públicos; 22%, em Empresa privada; 9%, em escola; 15% em hospital; e 23 %, em outros.

Ao propor para o Brasil um país menos desigual, por meio do ProUni o governo buscou subsidiar a política educacional brasileira por meio do fortalecimento das relações público-privadas ressignificando interesses outrora postos em sentido contrários, envolvendo diversos setores representantes de entidades, instituições, empresas, entre outros sujeitos.

Conforme informações apresentadas no gráfico 9, são demonstradas a faixa salarial dos egressos do ProUni atuando no mercado de trabalho, em que se percebeu

que apenas 7% recebiam um salário mínimo, enquanto mais da metade possuía rendimentos acima de três, o que representa, em valores atuais, R\$ 3.520 (Três mil quinhentos e vinte reais), referente a quatro salários mínimos, demonstrando que um curso de nível superior pode oportunizar melhorias de rendimentos, assim como aquisição de bens culturais.

Na sequência, os pesquisados reafirmaram as contribuições do ProUni em sua formação, principalmente sobre as melhorias das condições socioeconômicas, representadas, sobretudo, pelo o mundo do trabalho²⁵: melhores condições financeiras, melhores salários, e até mesmo melhores condições de vida para a realização de um sonho, segundo seus depoimentos.

Apesar de o Programa ser considerado pelos egressos como uma oportunidade para o ingresso no ensino superior, ao mesmo tempo limitou determinados beneficiários na instituição, no que tange à aquisição de novas chances ou oportunidades, de acordo com o depoimento da egressa²⁶:

Não consegui trocar de horário (do matutino para o vespertino) por ser bolsista, perdi várias oportunidades de estágios, tais como setor jurídico dos Correios, PGE (em ambos passei através de processo seletivo) Juizado da Infância e Juventude, além de outros .(BEATRIZ, DIREITO).

Do exposto podemos dizer que, por vezes, percebeu-se as contradições do ProUni, que por um lado se apresenta como oportunidades para os pobres, por lado, pune com o corte da bolsa de estudo aqueles que conseguem melhorar sua renda diante de chances salariais em decorrência do ingresso no ensino superior.

Os beneficiários têm necessidade de equilibrar custos sem ter como aumentar sua renda, sob pena de perder a bolsa de estudo. A exemplo da egressa Maria, que trabalhava informalmente na Instituição para custear livros, palestras, congressos que eram necessários à sua formação: “Fazia pão caseiro para vender para os colegas” (MARIA, DIREITO). Em

A despeito das regras rígidas do Programa em relação à renda para sua manutenção e da “excelência”, em relação à produtividade do aluno no tocante ao

²⁵ Ciavatta (2002, p. 121) para explicar que o mundo do trabalho “está ligado às necessidades humanas; que nas condições materiais e políticas, de cada época, são engendradas as mediações objetivas que respondem a essas necessidades”.

²⁶ Para preservar as identidades dos sujeitos da pesquisa, utilizamos nomes fictícios para a identificação de cada participante da pesquisa, seguido pelo cursivo que concluiu.

desempenho acadêmico, os alunos desenvolvem trabalhos informais não declarados, mas que não interferem no critério de manutenção da bolsa.

Tabela 15- Distribuição das dificuldades acadêmicas durante o curso

Nº	DESAFIOS	%
01	Limitado nível de conhecimento do Ensino Básico, relacionado às disciplinas do curso.	8%
02	Dificuldades para trocar o horário do curso, ocasionando em perdas de oportunidades de emprego, exemplo: estágio remunerado.	8%
03	Incompatibilidade entre o horário de trabalho e o curso	12%
04	Discriminação por ser do bolsista do ProUni	8%
05	Tempo para dedicação com qualidade ao curso	4%
06	Aquisição de material pedagógico (livros, jalecos, roupas específicas do curso).	16%
07	Clareza sobre as informações por parte da instituição sobre o curso	4%
08	Exclusão dos beneficiários por serem do ProUni, na instituição, de oportunidades de aquisição de rendimentos, a exemplo: monitoria, estágios remunerados.	4%
09	Reduzido nº de disciplinas para reprovação e perda da bolsa.	8%
10	Nenhuma	28%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Ao fazer referências às dificuldades acadêmicas durante o curso, os egressos criticaram a inflexibilidade do Programa no que tange à mudança de turno, de curso e/ou instituição, o que se tornou uma barreira para os ex-bolsistas, isto porque minimizou as oportunidades de emprego surgidas durante o curso, à medida que denunciaram a questão de não poder acumular a bolsa de estudo com bolsas remuneradas, o que não é previsto pela legislação do Programa.

Portanto, seria necessário maior fiscalização quanto à contemplação dos beneficiários do ProUni, em relação à seleção de estágios, ou mesmo monitoria remunerada, visto que os contemplados são novamente escolhidos. Logo, não pode ser negado o direito de usufruir de determinados benefícios, já que a Legislação do Programa determina igualdade de tratamento aos alunos “Art. 4º Todos os alunos da

instituição, inclusive os beneficiários do ProUni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição”.

Se por um lado, usufruir de tais benefícios facilitaria ex-beneficiários a equilibrarem seus gastos com material pedagógico, transporte e alimentação, além de representar uma possibilidade no aprendizado no curso dos ex-bolsistas, o que permitiria relacionar teoria e prática; por outro lado, a instituição pode temer o comprometimento do rendimento dos ex-bolsistas, ou reprovação pela não dedicação total necessária aos estudos, implicando, por vezes, dificuldades acadêmicas, haja vista que dependendo do curso e da carga horária, a dedicação fará diferença na formação deste profissional, contudo em se tratando de pessoas em situação econômica desfavorável as oportunidades rentáveis são indispensáveis.

Neste contexto, surgem dificuldades de outras ordens, a exemplo da falta de comunicação que existe entre os candidatos e a Instituição, conforme evidenciado pelo egresso: “Tive dificuldades de acompanhar as aulas, pois entrei com mais de 1 mês de atraso. Não sabia que tinha conseguido a bolsa” (RAQUEL, PSICOLOGIA). Por conseguinte, a operacionalização do Programa, de forma eficaz pela Instituição, representa possibilidades para os jovens de baixa renda e não restrições para os bolsistas selecionados, uma vez que o não cumprimento de prazos implica cancelamento da bolsa de estudo.

Um grupo pequeno de egressos afirmaram que foram discriminados por colegas de sala de aula e pela própria Instituição, principalmente os que compunham as primeiras turmas do Programa, iniciadas em 2005. Acreditamos que este estigma pudesse está associado à previsão que as instituições privadas fazem do aluno oriundo de escola pública, diante do cenário sucateado que as mesmas funcionam, com desvalorização dos profissionais da educação, constantes greves, comprometimento com o cumprimento do conteúdo, principalmente se estas escolas forem da esfera estadual.

Tabela 16- Distribuição das dificuldades financeiras

Nº	LIMITAÇÕES	%
01	Alimentação e transporte	44%
02	Dificuldade conseguir emprego em razão do horário do curso	12%
03	Compra de materiais específicos para o curso (roupas específicas, jalecos, sapatos, livros)	24%
04	Dificuldade em participar de atividades pagas: Seminários, Palestras, Congressos.	16%
05	Nenhuma	4%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

A principal questão levantada pelos egressos no diz respeito às dificuldades financeiras foi o custo com transporte urbano para chegar à instituição, seguida pela compra de materiais específicos para o curso (roupas específicas, jalecos, sapatos, livros), principalmente se o curso for da área da saúde, que exige maior investimento concomitante às atividades extraclases; ou ainda para participarem como ouvintes ou apresentando trabalhos científicos em eventos, atividades quase sempre pagas, a exemplo de seminários, palestras e congressos. Isso evidenciou-se na fala de outra ex-bolsista, que afirmou que as principais dificuldades financeiras “foram em comprar os livros, roupas e jalecos para os estágios nos hospitais” (MÁRCIA, Enfermagem).

Se somarmos todas estas dificuldades financeiras elencadas pelos egressos, 82% afirmaram vivenciá-las no decorrer do curso devido às restrições para prosseguimento nos estudos tanto pelo não acúmulo de bolsas quanto à incompatibilidade de horário para aquisição de algum meio remunerado por parte da Instituição, exceto por parte do governo em decorrência da obtenção da bolsa permanência desde que se enquadre nos critérios de elegibilidade.

Os participantes de nossa pesquisa, segundo seus depoimentos, não receberam o restrito benefício financeiro da bolsa Permanência no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mesmo se enquadrando no perfil dos beneficiários, conforme determina a **Resolução nº 13, de 9 de maio de 2013:**

Art. 1º Programa de Bolsa Permanência, executar o pagamento de bolsas de permanência a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior, de acordo com o estabelecido na [Portaria MEC nº 389/2013](#) e no manual de gestão do Programa.

Contudo, este benefício é limitado a determinados estudantes e cursos que se enquadram em suas condicionalidades previstas no manual de gestão do Programa:

I – possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio; II – estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias; III – não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; Manual de Gestão do Programa de Bolsa Permanência 11 IV - ter assinado Termo de Compromisso; V – ter seu cadastro devidamente aprovado e mensal - mente homologado pela Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do sistema de informação do Programa.

Observamos que talvez haja ausência de divulgação sobre este Programa da bolsa Permanência, o que poderia ter amenizado os gastos dos egressos com transporte, material didático e transporte, seja urbano ou fluvial, no anos de 2013 e 2014.

Os ex-beneficiários que custearam 50% dos estudos, pois tinham bolsas parciais, podiam contar com a possibilidade de financiamento total ou parcial dos estudos por meio do FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Entretanto, o financiamento não é garantido para todos e, ainda que seja parcelado, será pago, pois é um empréstimo, e até o diplomado se estabilizar no emprego, já tem uma dívida em curso, ou seja, a facilidade para aquisição do financiamento pode também tornar-se um problema futuro para os selecionados, de acordo relato desta egressa:

Apenas as pessoas com renda familiar de até 2 salários podem concorrer à bolsa integral. Talvez isso tivesse que ser revisto, uma vez que o curso de Fisioterapia é um dos mais caros na Instituição. No caso de alguma situação adversa, como no meu caso, fui obrigada a solicitar o Fies pra continuar cursando (SANDRA, FISIOTERAPIA).

Dos ex-bolsistas pesquisados com bolsas parciais, 81% afirmaram não ter contratado o Fies, enquanto que 19% fizeram a contratação no Programa de financiamento, o que significa que a maioria arcou com as despesas do curso por ter uma renda um pouco maior. Diante das dificuldades enfrentadas pelos ex-alunos com bolsas parciais, sobretudo, as financeiras, 90% afirmaram não serem contemplados com benefícios da Instituição; os 10% restantes foram beneficiados, como a exemplo de uma bolsista que tirou dez em todas as disciplinas e ficou isenta de pagar o semestre seguinte.

Diante das fragilidades da Política, percebemos que o fator financeiro foi um elemento engessador dos egressos do Programa, visto que pode desencadear o

abandono da bolsa de estudos, seja a integral ou a parcial. A concessão da bolsa integral não é o suficiente para manutenção dos “selecionados” para o ProUni, uma vez que a lógica meritocrática reforça a manutenção das desigualdades educacionais, pois mantem a classe favorecida economicamente nas instituições públicas, sobretudo nos cursos mais concorridos, restando à classe trabalhadora os cursos pagos.

Tabela 17- Pontos positivos do ProUni

Nº	RECONHECIMENTO	%
01	Oportunidade de acesso ao Ensino Superior	42%
02	Realização de um sonho pessoal	30%
03	Concessão da bolsa com base no critério socioeconômico	14%
04	Igualdade de Ensino	14%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Nas afirmações dos egressos, a oportunidade de acesso ao ensino superior foram as mais citadas, isto porque a contemplação da bolsa de estudo é um prêmio, haja vista que a seleção é feita basicamente pela nota de corte, ou seja, apenas os que possuem as maiores notas são selecionados. Além disso, a realização de um sonho profissional foi percebida pelos egressos como o segundo ponto positivo do Programa, pois nunca houve na história um Programa que contemplasse os assalariados, principalmente de escola pública, ou da rede particular, em condição de bolsistas integrais ou bolsistas parciais, com renda familiar até três salários mínimos.

Contudo, o Programa é para poucos, se considerarmos o número de inscritos na cidade de Belém nos anos de 2005-2014, a oferta de bolsas neste período representou 14.616, enquanto sua ocupação se deu na ordem de 11.624. Isso significa que o Governo precisa fomentar ações que facilitem a manutenção da bolsa de estudos pelo menos para os alunos dos cursos que são ofertados na modalidade presencial, considerando os ônus que os egressos têm ao longo de sua formação.

Apesar da importância da Política na ampliação das vagas nas instituições privadas, Rizo (2010) afirma que a lógica do ProUni se assenta no estabelecimento da dinâmica inclusão/exclusão dos alunos bolsistas atendidos pelo Programa. Mesmo observando em suas falas o sentimento de satisfação pela inserção no Programa, ao ensino superior, ressalta as inseguranças em relação ao futuro profissional dos bolsistas.

No que concerne à análise do processo mediador entre Estado e mercado do ensino superior, o ProUni é paradoxal, isto porque, por um lado, possibilita o prosseguimento dos estudos à camada oriunda do Ensino Médio de escolas públicas bem como para os candidatos da rede privada, na condição de bolsista, que não obtiveram êxito nas instituições públicas; por outro lado, diversos egressos do Ensino Médio ficam excluídos do acesso ao ensino superior no Brasil, conforme verificamos no segundo capítulo.

Notadamente, a positividade do Programa é relatada pelos bolsistas, a exemplo do egresso do curso de Direito que ressaltou ponto positivo do ProUni:

O ProUni é um programa governamental importantíssimo, uma vez que oportunizou o ingresso de milhares de pessoas na educação superior, em especial pessoas que não tinham condições de concorrer com os estudantes da rede privada de ensino pelas vagas ofertadas nas universidades públicas. Então, mostram-se como pontos positivos a oportunidade às pessoas de baixa renda do ingresso ao ensino superior; uma ferramenta de transformação social; oportuniza, na maioria dos casos, o acesso à educação superior de qualidade; e muitos outros (JOÃO, DIREITO).

É fato que a ampliação das vagas no ensino superior para os “escolhidos” para o ProUni tem um peso considerável para os egressos, como foi evidenciado em relatos na pesquisa. Frente a tal contexto, entendemos que as políticas públicas voltadas à educação por meio das reformas do ensino superior estão alicerçadas nas premissas de individualidades dos sujeitos, e não na coletividade dos sem diploma.

Compreendemos que o Programa permite aos assalariados selecionados usufruir do benefício da concessão da bolsa de estudo, conforme determina a legislação do ProUni: somente os estudantes egressos do ensino Médio da escola pública ou privada na condição de bolsista, em situação de vulnerabilidade econômica. Entretanto, nega-se o direito à educação, ao prosseguimento dos estudos a todos que são reprovados nos processos seletivos para ingresso no ensino superior público e que também não são selecionados via ProUni. Sendo assim, a dicotomia é inerente à constituição do Programa, que por um lado resolve, em parte, a questão do ingresso ao ensino superior, e por outro, resalta a insatisfação dos egressos com a Política, conforme é demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 18- Pontos negativos do ProUni

Nº	INSATISFAÇÕES	%
01	Falta de fiscalização do governo para a distribuição das bolsas ao público alvo, ou seja, assalariado, pessoas com o teto de até três salários mínimos.	16%
02	Impossibilidade cursar outro curso de maior carga horária regular	4%
03	Ausência de remuneração para manutenção do curso, sendo revertida prestação de serviços à comunidade.	4%
04	Ausência de assistência estudantil para os bolsistas que residem em municípios distantes.	14%
05	Revisão dos critérios para oferta da bolsa de 50%.	6%
06	Permitir o acesso do aluno de baixa renda, sem dar condições materiais para sua manutenção no Programa.	8%
07	Incompatibilidade de uso da bolsa com outro benefício de financiamento: monitoria e estágios.	6%
08	Dificuldades de transferência de curso e horário para outra instituição ou até na mesma.	4%
09	Cancelamento da bolsa por aumento da renda	6%
10	Discriminação com os bolsistas	14%
11	Nenhuma	18%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Partindo das perspectivas negativas apontados pelos egressos sobre o ProUni, destacou-se a falta de fiscalização do Governo Federal para a distribuição das bolsas ao público alvo, ou seja, assalariados, pessoas com o teto de até três salários mínimos etc. Logo, os pesquisados sentem ausência do rigor no cumprimento do que determina a lei 11.096, quando do público alvo do Programa, em seu art. 2º.

I - o estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II - o estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III - o professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Nesse sentido, faz-se necessário mais rigidez nas formas de fiscalização do ProUni no tocante à ocupação da bolsa, pois o TCU, em 2008, já havia denunciado diversas irregularidades referentes aos beneficiários fora dos critérios de elegibilidade do Programa.

Em relação ao processo de estudos pelos ex-bolsistas que residiam fora da Capital Belém, destacou-se a falta de incentivo que dificultou o andamento do curso, pois, segundo seus relatos, por serem oriundos de localidades distantes da capital, ou mesmo do Estado do Pará, suas dificuldades e desafios tornam-se mais exorbitantes. Com isso, para não perderem a oportunidade de cursar o ensino superior, mudam de seus locais de origem, passando, por vezes, privações de toda ordem, já que o custo de vida na capital é bastante elevado. Acrescentam-se a isso as restrições para aqueles que dependem unicamente da família.

A despeito dos aspectos que compõem a realidade evidenciada pelos ex-bolsistas, Zago ressalta como é difícil para os estudantes das classes menos favorecidas prosseguirem seus estudos sem mesmo terem ingressado no ensino superior (2006, p. 233):

[...] os jovens dispostos a investir em sua formação fazem esforços consideráveis para pagar a mensalidade do cursinho, geralmente frequentado em período noturno e em instituições com taxas mais condizentes às suas possibilidades financeiras, ou em cursos pré-vestibulares gratuitos.

Notadamente, o ingresso ao ensino superior desponta para uma nova realidade até certo tempo cobiçada, mas pouco possibilitada para a camada popular. Este universo cria um “novo” aluno, segundo a autora (Idem, 237).

Sendo assim, a falta de incentivos para que os egressos fizessem o curso sem dificuldades financeiras foi um ponto central para o êxito da Política, pois, segundo os pesquisados, sem condições materiais eles tiveram sua trajetória bastante restrita e desafiadora. No que concerne aos pontos negativos citaram, novamente, a incompatibilidade entre estudo e trabalho pelas reservas da própria instituição; a discriminação por ser do Programa; e a revisão dos critérios sobre a oferta da bolsa parcial, visto que os beneficiários que dispõem de três salários mínimos não significa que vivem de forma confortável financeiramente.

Compreendemos a relevância do ProUni para os escolhidos, no entanto não ocorre de forma plena e sem restrições mesmo com a bolsa “gratuita totalmente”, pois a ampliação do acesso ao ensino superior ocorre repleta de múltiplas desigualdades no cenário nacional e local.

Tabela 19- Influência do ProUni em sua vida profissional

Nº	PERSPECTIVAS	%
01	Expectativa de trabalho e aquisição do mesmo	30%
02	Ingresso no Ensino Superior	30%
03	Aquisição de trabalho e prosseguimento de estudos na pós-graduação	8%
04	Realização de um sonho	12%
05	Formação de qualidade	8%
06	Autoestima	12%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Segundo relatado pela maioria dos pesquisados, as oportunidades perante as perspectivas de trabalho e sua aquisição, além do próprio ingresso no ensino superior, constituem-se como as principais afirmações dos egressos no tocante à influência do ProUni na vida profissional, conforme os depoimentos que se seguem:

Através dele pude estudar em uma IES, formar-me enfermeiro e ter uma vida melhor (OLGA, ENFERMAGEM).

Influenciou de forma positiva, abrindo portas para o mercado de trabalho (MARIA, ENFERMAGEM).

O Prouni influenciou totalmente minha vida profissional, pois, para manutenção da bolsa, você precisa ter notas boas (acima da média) e com isso há o incentivo ao estudo e a dedicação juntamente com o conhecimento adquiridos. Me levou a ter uma formação com mais qualidade no conhecimento adquirido e segurança na hora de colocar em prática o que foi estudado (PAULO, ENGENHARIA).

Possibilitou o ingresso no ensino superior (RUI, DIREITO).

As pessoas não me perguntam se eu fiz PROUNI ou se eu paguei a universidade. Mas eu gosto de dizer que ganhei uma bolsa integral do PROUNI, pois se não há vagas para todos no ensino público, acredito no potencial desse programa, para elevar o número de pessoas a terem acesso a um Ensino Superior de qualidade (ROSA, ENGENHARIA).

Passei no concurso do TRF antes de me formar (esse para qual só fui convocada agora). Passei na OAB ainda no nono semestre. E, recentemente, passei em 3º lugar para o cargo de Oficial de Justiça do TJ-Pa, Polo Capanema. O programa mudou a minha vida (VERA, DIREITO).

Os relatos demonstram que os egressos reconhecem a relevância do ProUni para sua vida profissional e suas contribuições para a formação acadêmica e científica. Não podemos também deixar de considerar que a dedicação dos ex-alunos foi fundamental, pois a rigorosidade na legislação do Programa determina que o aproveitamento acadêmico dos bolsistas deva corresponder à aprovação, no mínimo, em 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo. Portanto, para 30% dos egressos,

o ProUni, por meio da Instituição, atendeu de forma satisfatória às expectativas que os ex-beneficiários tinham do curso em relação ao mercado de trabalho.

Ainda com relação à influência do ProUni na vida profissional, o fato de ter realizado um sonho foi relevante para os egressos, já que os sem diploma consideram que dificilmente poderiam fazer o curso de sua escolha, antes jamais imaginado, por uma segunda oportunidade de prosseguir os estudos pós-ensino médio diante de diversas reprovações nas instituições públicas.

Nos relatos a seguir, constatamos qual a percepção dos egressos sobre a influência em sua vida social após a formação recebida pelo Programa.

Tabela 20- influência do ProUni em sua vida social

Nº	RELEVÂNCIA	%
01	Ascensão social	48%
02	Redução de gasto da família com estudos	6%
03	Ajuda familiar	6%
04	Extensão dos conhecimentos aos carentes	12%
05	Aumento no padrão de vida	16%
06	Não responderam	12%

Fonte: Elaboração própria, com base nos questionários dos egressos.

Observamos que a maioria dos egressos considera a influência do ProUni importante para sua ascensão social, visto que, para além da questão salarial, possibilitou partilhar gastos e aliviar a responsabilidade de arcar financeiramente com estudos na academia, equacionados ao crescimento intelectual e a bens culturais como lazer, viagens, ampliação das amizades da mesma área e de áreas distintas, de acordo com o depoimentos dos egressos a seguir:

Tive oportunidade de conhecer muitas pessoas e empresas que até hoje fazem parte da minha rede de amigos e relacionamentos profissionais. O programa, com a conclusão do curso, permitiu mudança de cargo aumentando minha renda que ajudou a melhorar minha qualidade de vida (LÚCIA, ADMINISTRAÇÃO).

Influenciou na maneira que tive que conviver com pessoas de classe social diferente da minha para tratar de assuntos profissionais e pessoais e com isso conviver com uma realidade diferente, mas também me trouxe influências pessoais, sociais e políticas, e assim persistir em alcançar essa nova realidade que me mostrava uma qualidade de vida maior (TULIO, ENGENHARIA).

Através do ProUni posso dizer, hoje, que sou um profissional de nível superior, e que a partir dele as coisas melhoraram pra mim, tanto no tocante profissional como pessoal (JOSE, ENFERMAGEM).

Consegui reconhecimento, pois o Programa é reconhecido pelas pessoas em geral como positivo, e quem consegue passar pelo programa é visto como uma pessoa que possui habilidades e competências que contribuem para o bem comum (SUZANA, PSICOLOGIA).

Está levando o meu conhecimento adquirido através do curso de Direito àquelas pessoas que necessitam de ajuda. Levando o conhecimento para transformar uma sociedade desigual em igualdade (SILVIA, DIREITO).

Segundo os egressos, após a formação houve realmente melhorias em sua qualidade de vida, na formação pessoal e profissional e também na situação socioeconômica, traduzidos em novos horizontes e relacionamentos interpessoais que se ampliaram. O Programa é concebido para os egressos como uma “premiação” que valoriza as habilidades pessoais de cada um dos eleitos, os quais compõem um grupo seleto de pessoas, reforçando os ideais da teoria do capital humano, conforme explicitado no capítulo I.

Nessa perspectiva de seleção do ProUni, o reconhecimento social sobre o Programa é bastante evidenciado, visto que ele possui abrangência nacional. Logo, os selecionados passam a ser bastante exaltados por conseguirem o mérito de ascender ao ensino superior, como uma segunda oportunidade de estudos na vida social e profissional.

Em síntese, quanto ao caráter de “inclusão social” que é proposto pelo Programa verificamos que 68% dos informantes são oriundos de escolas públicas; são da cor parda; pertencem a uma pequena parcela de ex-bolsistas integrais em escolas de Ensino Médio privadas. Esses últimos, por sua vez, afirmaram terem vivenciado situações de discriminação na Universidade por serem bolsistas. Ressaltaram também as dificuldades que passaram para conseguir estágios, ou mesmo manter o equilíbrio com os estudos e os gastos financeiros. No caso dos bolsistas parciais, eles ainda têm que pagar metade da bolsa, sendo que alguns contratam o FIES para não terem que abandonar seus respectivos cursos. Na ótica dos respondentes, foram relatadas dificuldades tanto acadêmicas quanto financeiras.

Os pesquisados apontaram que o curso proporcionou-lhes contribuições significativas no que tange à preparação e formação para o mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento humano e pessoal, o que lhes possibilitou mudar de classe social e reduzir as desigualdades sociais e educacionais.

Em linhas gerais, o Programa significou, sob o ponto de vista dos ex-bolsistas, mudança de vida, haja vista que após um ano de conclusão do curso 58% haviam ingressado no mercado de trabalho, o que demonstra a relevância do ProUni como Política Pública Educacional de ingresso ao ensino superior no Estado do Pará, na cidade de Belém, mais precisamente na Universidade da Unama.

Em vistas das análises realizadas sobre as repercussões do ProUni na vida dos egressos da Unama, concluímos que os efeitos do Programa, na prática, ocorreu de forma limitada, pois são poucos os escolhidos, considerando a relação que ocorre entre oferta e ocupação das vagas, precisamente no período de 2005-2014, evidenciada no segundo capítulo.

O ProUni surge, a nosso ver, como uma segunda chance para ingressar no ensino superior. Contudo é uma política paradoxal, pois tem permitido a inserção de egressos de baixa renda do ensino médio, propiciando a ocupação das vagas ociosas, bem como a troca de impostos e contribuições que são transformados em “gratuidade” para utilização das vagas não ocupadas nas instituições privadas. Logo, o Programa não tem, efetivamente, reduzido as desigualdades educacionais, pois as vagas ociosas continuam existindo, mesmo diante da demanda de inscritos, como se verificou no segundo capítulo. Mesmo com o benefício da bolsa de estudos, os egressos relataram as privações durante o curso, sobretudo os que foram contemplados com a bolsa parcial.

Ao finalizar este estudo, há que se valorizar a avaliação feita pelos egressos que apontaram as falhas, incompletudes e méritos desta política, notadamente em uma região em que o Estado, historicamente, foi negligente com a educação da população. Dessa forma, o ProUni mostrou-se aceitável e imprescindível para a população paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ora concluída, buscou analisar as repercussões do ProUni na vida profissional dos egressos da Unama. Analisados os resultados, percebeu-se que os ex-alunos reconhecem a relevância do Programa, entretanto apontaram que uma das maiores dificuldades esteve no aspecto financeiro, para sua permanência em seus respectivos cursos. Eles ainda ressaltaram a necessidade da criação de ações que beneficiem a permanência dos estudantes nos cursos, principalmente para aqueles oriundos de outras localidades distantes da capital, ou mesmo de outros estados do Brasil.

A aquisição da bolsa de estudos pelo ProUni decorre de um processo seletivo criterioso pautado nas maiores notas no Enem. Sendo assim, os alunos selecionados ao Programa apresentaram um patamar de notas relativamente altas que os habilitou a concorrer aos cursos mais disputados, principalmente aqueles na capital, na modalidade presencial.

Pesquisar essa temática foi gratificante, fundamentalmente porque prosseguimos os estudos decorrentes da conclusão da Especialização, o que nos permitiu familiaridade e acúmulo de conhecimentos para desenvolver a investigação sobre o ProUni na elaboração desta Dissertação de Mestrado. Além disto, o estudo é fruto de uma realidade vivenciada com os jovens que estão na fase de conclusão do Ensino Médio e que pensam em se candidatar à concorrida bolsa do ProUni para o ingresso ao ensino superior, visto que o Programa torna-se a segunda chance, caso não ocorra aprovação nos processos seletivos das instituições públicas.

A investigação mostrou uma realidade positiva na concepção dos egressos quanto à sua formação e a prática profissional. No entanto, os dados revelaram o limitado número de ingressantes no ProUni no Brasil, considerando a demanda de inscritos nacionalmente, que representou um de total de 12.667.262. Deste quantitativo, somente 1.497.185 tiveram acesso a bolsas de estudos no período de 2005 a 2014, ou seja, apenas 11,81%, no histórico do Programa.

Para a conclusão desta pesquisa, foram diversas as dificuldades e desafios que conduziram o estudo com os egressos, fundamentalmente porque não foi possível o contato direto com os informantes, o que, por si só, tornou a pesquisa desafiadora, uma vez que tivemos apenas acesso aos emails dos egressos, e muitos deles estavam

desatualizados. Entretanto, o depoimento dos participantes nos permitiu ir à essência da política voltada aos egressos do ensino médio das classes menos favorecidas.

No estudo bibliográfico encontramos uma limitada produção de referenciais teóricos que abordavam estudos com egressos no ensino superior no Brasil, sobretudo com cursistas do ProUni. Quando se trata de obras em âmbito regional, não houve registro nos sites oficiais, no Estado do Pará, no município de Belém e nem mesmo no PPGED.

Portanto, a grande dificuldade em localizar essa população seleta e obter seu retorno, mesmo que pela via eletrônica, restringiu a dimensão que a pesquisa poderia revelar. Os cinquenta (50) ex-bolsistas participante tiveram importância considerável, pois suas percepções foram o que nos permitiu, conhecermos, na prática, como foi operacionalizado o ProUni na Unama, seus limites e possibilidades, na concepção dos egressos de determinados cursos.

No que diz respeito à documentação analisada durante a pesquisa, podemos corroborar que a partir da implementação do Programa nesta Instituição, de 2005 a 2014, há um crescente aumento no número de vagas oferecidas em todos os cursos, sobretudo em Direito, Administração, Comunicação social, Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem e Engenharia.

Na sequência, verificamos que não faltam candidatos às vagas do ProUni e sim a necessidade de ampliação delas, sendo a Unama a Universidade local que concentra o maior quantitativo de bolsas de estudos na modalidade presencial na história do Programa no Estado do Pará, no período compreendido entre 2005-2014. A Universidade também oferta seus cursos na modalidade da Educação a Distância, mas esta predomina e se amplia apenas nos municípios do interior do Estado.

Analisamos ainda que o discurso sobre a “democratização” do acesso ao ensino superior constitui-se a principal justificativa em prol do Programa destinado aos egressos do ensino médio das classes menos favorecidas economicamente e trouxe a estes ex-alunos muitas oportunidades na vida social, pessoal e profissional, a exemplo da aquisição de estágios remunerados que representaram importantes rendimentos para si, haja vista a minimização de gastos com transportes, alimentação e custeio de materiais didáticos. Entretanto, poucos foram os que puderam usufruir de tais incentivos, visto que na instituição não podiam acumular benefícios.

Nossa pesquisa demonstrou que o Programa Universidade Para Todos se configura como um Programa de ingresso por estar condicionado à balança de alunos novos pagantes e à adesão das instituições privadas. Além disso, mesmo com a “gratuidade” da bolsa integral, os alunos tiveram muitas dificuldades, principalmente financeira. No caso dos bolsistas parciais, o ônus com os estudos são elevados, isto porque os beneficiários tiveram que arcar com metade da mensalidade, quando não conseguiram ou não contrataram o FIES. Ainda havia as despesas com a habitação, caso fosse de localidade distante, e com alimentação e transporte, que na capital tem um custo elevado.

Logo, determinados egressos sentiram a necessidade de revisão das formas de oferta da bolsa parcial, para evitar abandono dos estudos e também para amenizar os gastos com o financiamento de seu curso superior.

De acordo com os informantes não se pode negar o valor que o ProUni assumiu na vida deles. O caráter social que simboliza o ProUni é indiscutível, considerando que sua composição agrega diversas pessoas, a exemplo dos negros, deficientes e indígenas; além de proporcionar o retorno de pessoas maduras à universidade, onde a predominância do sexo feminino destaca-se, sendo 68% dos egressos do Ensino Médio de escolas Públicas.

Os egressos ressaltaram ainda as melhorias nas condições de vida e trabalho após a conclusão do curso de graduação. Identificamos que com menos de um ano de curso, 58% dos egressos já estavam no mercado de trabalho. Portanto, a relevância do ProUni para aqueles que passaram pelo Programa é percebida de maneira essencial e positiva, visão que é também compartilhada pela sociedade, diante do convencimento midiático por parte do Governo. Outro ponto forte do Programa é o rol de instituições cadastradas, algumas são bem conceituadas e com experiência no ensino superior, a exemplo da Universidade pesquisada.

Acreditamos na importância do ProUni para as pessoas de baixa renda, mas há uma necessidade imediata de mudanças para o seu êxito, como a ampliação das bolsas de forma proporcional ao número de inscritos, principalmente porque sobram vagas; o aumento das bolsas na modalidade presencial no Estado do Pará, visto que a modalidade à distância em nosso estado é bastante precária, considerando que o serviço de internet requer investimento em infraestrutura; distribuição de materiais de estudo e

equipamentos de informática, a exemplo de computadores, impressoras e outros elementos necessários para aqueles que fazem a modalidade à distância.

As análises empreendidas nos leva a afirmar que a parceria decorrente do Programa entre Estado e empresas de ensino superior, resultante da troca de renúncia fiscal, é um dos elementos para manutenção do ProUni, já que favorece os empresários do ensino superior, como vem ocorrendo desde a criação do projeto, em 2004. O relatório do TCU, de 2008, teve um papel relevante na fiscalização do Programa, pois apontou os problemas e irregularidade no tocante à falta de fiscalização das bolsas, o que permitiu detectar que pessoas com carro de luxo, ou que já possuíam ensino superior, usufruíam do benefício, o que é proibido, segundo a legislação do Programa. Também ocorria que muitas instituições nunca haviam sido avaliadas pelo Sinas. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de reavaliação do Programa com o intuito de proporcionar as devidas mudanças na relação de bolsas de ofertadas atreladas à sua ocupação para aquisição da isenção fiscal.

Em suma, o acesso ao ensino superior aos brasileiros ainda está distante, não pela falta de candidatos, mas pela falta de mais oportunidades de ingresso ao ensino superior. Desde o Governo Lula da Silva, quando foi criado o Programa, até os dias atuais, no governo de Dilma Rousseff, o ProUni ocorre em sintonia com a parceria dos empresários do ensino superior privado, seja por meio de políticas nacionais ou internacionais, como já explicitado, seja por via das parcerias público-privadas.

As experiências pontuais dos governos recentes, que procuraram diminuir no ensino superior as desigualdades sociais, regionais e educacionais, a exemplo do Reuni, Extensão dos Institutos Federais Tecnológicos, Universidade Aberta, Políticas de cotas raciais, FIES e ProUni, não supriram as necessidades reais dos candidatos egressos do ensino médio das classes desfavorecidas economicamente.

Entendemos que os contemplados pelo sistema de benefícios, como o ProUni, não têm amparo do governo para sua subsistência na instituição, mesmo os poucos que recebem a bolsa permanência. O ProUni é uma política contraditória à medida que busca compensar um seletivo grupo proveniente das camadas menos favorecidas e, ao mesmo tempo, beneficia as entidades privadas.

Portanto, os interesses do capital privado são atendidos, pois historicamente as instituições privadas foram beneficiadas pelo Estado ao destinar-lhes recursos públicos. Na sociedade capitalista, o ProUni é oportuno também porque tecnicamente resolve um

problema de falta de vagas no ensino superior, mas na prática cria um grupo de beneficiários que atendem à teoria do capital humano.

Acreditamos que o ProUni pode ser modificado para satisfazer as necessidades dos beneficiários, tornando-se mais social, pois candidatos existem para a demanda de vagas ociosas nas instituições privadas. Por isso algumas sugestões seriam o aumento do número de bolsas ofertadas na modalidade presencial; a criação de auxílio financeiro tendo como escopo a permanência dos bolsistas, o que possivelmente reduziria seus custos; no caso dos beneficiários advindos de outras localidades, o benefício seria dobrado, pois seria uma maneira de possibilitar a permanência deles no Programa.

Dando prosseguimento às sugestões, para o aluno da bolsa parcial, no primeiro semestre deveria ser garantido um estágio remunerado até a conclusão do curso, caso contrário, o Programa vai continuar beneficiando apenas as instituições privadas. No tocante à fiscalização, o governo precisaria adotar medidas consistentes no intuito de garantir a aquisição da bolsa ao público alvo do Programa. Por fim, consideramos que a oferta da bolsa na modalidade à distância somente deveria ser disponibilizada para as localidades distantes da capital, além disso, deveriam ser criados mecanismos para que o aluno prosseguisse os estudos na pós-graduação, em decorrência de ser ex-bolsista do Programa.

O Estado brasileiro ao mostrar-se incapaz de garantir os direitos de todos a educação, compensa os excluídos criando medidas paliativas como o ProUni, que tem se apresentado como mais uma forma de selecionar pessoas. Por fim, os governos brasileiros desde Lula da Silva quando foi criado o ProUni até o governo Dilma Rousseff reforçam os interesses do capital, ou seja do setor privado no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALGEBAIL, Maria Emilia B. Educação Popular Superior: recriação da marca da exclusão no campo educacional? **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n.11, p. 85-102, jan./abr. 2004. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=631. Acessado em 20/05/2010.

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Políticas de Educação Superior do Governo Lula: Inclusão e Expansão. In: **Seminários Nacionais Universitas/Br**, 16. A descentralização da pesquisa em educação superior no Brasil e o fortalecimento de grupos de pesquisa. Campo Grande, 2009.

ALMEIDA, Edson P.; Pereira, Rosângela S. Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação). **Revista de Educação Pública**. Cuiabá [UFMT], v. 9, n. 15, p. 53-70, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>. Acesso em: 07/07/2009.

ALMEIDA, Maria Aparecida de. Universidade Para Todos. O Prouni na visão dos bolsista de uma instituição de Ensino Superior. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de. Campinas, Centro de ciências sociais aplicadas programa de pós-graduação em educação, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis - o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALVES, Tiago; PINTO, José Marcelino. Quem serão os potenciais ingressantes na educação básica brasileira com a ampliação da obrigatoriedade escolar? In: GOUVEIA, Andréa B.; PINTO, José Marcelino R.; CORBUCCI, Paulo Roberto (Orgs.). **Federalismo e Políticas Educacionais na efetivação do Direito à Educação no Brasil**, Brasília: IPEA, 2011.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. “O ProUni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos.” Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas de Educação, vol.19, no.73, Rio de Janeiro, Out./Dez., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-0362011000500008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 /04/2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDES-SN (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR). As novas faces da reforma universitária do governo Lula e impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos ANDES**. Brasília, n. 25, p. 1-41, ago. 2007.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas públicas para acesso ao ensino superior e inclusão no mundo do trabalho: o Programa Universidade para todos (PROUNI) em questão. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., Lisboa, 2008. Anais, Lisboa: APS: 2008.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1997. (Série Persona).

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.27, n. 96 - Especial p.955-977, out. 2006. Disponível também em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a15v2796.pdf> acessado em 25/05/2009.

BARROS, Aidil de Jesus P. de; LEHFELD, Neide Aparecida. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.

BARRETO, Raquel Goulart. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/13.pdf>. Acessado em 20/07/2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BIANCHETTI, Roberto. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, 56).

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth M. de; VELOSO, Tereza Christina M. A. O ensino noturno e a expansão do acesso dos estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F.; MOROSINI, Marília (Org.). **A educação superior no Brasil – 10 anos após a LDB**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), 2008, p. 89-110.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: Bresser-Pereira, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 21-38. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/T_140607_08.pdf>. Acesso em: 20/05/ 2009.

CABRAL NETO, Antônio; Castro, Alda Maria Duarte Araújo. A educação a distância como estratégia expansão do ensino superior no Brasil. In. **POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: velhos temas e novos desafios**. CHAVES,

Vera Lúcia Jacob; NETO, Antônio Cabral e NASCIMENTO, Ilma Vieira (Orgs.) São Paulo: Xamã, 2009.

CAMARGO, Arlete Maria M; CHAVES, Vera Lúcia Jacob, A expansão do ensino superior no município de Belém. In: VASCONCELOS, Helena Corrêa de (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação superior**. Belém, Pará: EDUFPA/GRAPHITTE, 2001.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96. Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a16v2796.pdf>> Acesso em: 05/08/2009.

_____. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA JR, J. R. da; OLIVEIRA, J. F. de; MANCIBO, D. (Org.). **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas (SP): Alínea, 2006.

_____. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao ProUni. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 28, 2005, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 2005. Disponível em <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11532int.rtf> Acesso em: 10 fev. 2009.

_____; LOPREATO, Francisco Luiz C. Finanças Públicas, Renúncia Fiscal e o PROUNI no Governo Lula. **Impulso**, Piracicaba, v.16, n.40, p. 93-104, 2005. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp40art06.pdf>>

CASTELLAIN, Flavia. O PROUNI como política pública de democratização da Educação Superior e realidade institucional: a experiência da PUC-Rio. **Dissertação de mestrado**, Rio de Janeiro, 2008.

CATANI, Afrânio M.; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato S. P. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**. Curitiba, n. 28, p.125-140, 2006.

CEPÊDA, Vera Alves e MARQUES, Antônio Carlos Henrique. Um perfil sobre a expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectiva**, S Paulo, v.42; p.161-192, jul/dez. 2012. Disponível em <file:///C:/Users/Marco/Desktop/expans%C3%A3o%20ensino%20superior.pdf> acessado em 20/05/2014.

Falta” (CASTRO; NETO, 2009, p. 87)

CIAVATTA, Maria. Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José

Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. – (Coleção Educação Contemporânea).

COELHO, Maria do Socorro Costa. Nas águas o Diploma: O olhar dos egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá no Pará. Tese de doutorado em educação: Currículo, São Paulo, 2008.

COSTA, Fabiana Almeida. Políticas Públicas de Educação Superior - Programa Universidade Para Todos: Um olhar dos alunos beneficiários na PUC-SP. **Dissertação de Mestrado**, São Paulo, 2008.

_____, Fabiana Almeida. O ProUni e seus egressos: Uma articulação entre educação, trabalho e juventude. **Tese de doutorado**, São Paulo, 2012.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélió (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: CIPEDS, 1999, p. 211-222.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O público privado na Educação Superior brasileira: a privatização da Universidade pública. In: SILVA, Maria Abadia da; SILVA, Ronalda Barreto. (Org.). **A idéia de Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro, 2006, p. 67-90.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Pesquisa qualitativa em ciências sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, ano/vol.16, 002. Universidade do Minho Braga, Portugal, pp. 221-236. Acessado em 10/06/2015. Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf. acessado 20/07/2013.

_____. Educação Superior e o Mercado de Serviços Educacionais. Revista e-Curriculum, vol. 12, núm. 1, enero-abril, 2014, pp. 898-924 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/766/76631146002.pdf>. Acessado em 20/06/2015.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE 2002. **Uma escola do tamanho do Brasil**. São Paulo, 2002. (Caderno Temático do Programa de Governo: Educação).

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88 - Especial, p. 677-701, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a03v2588.pdf>>. Acessado em: 10/10/2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

D'AVILA, G. T. (2006). O ensino superior como projeto profissional para "ser alguém": repercussões de um cursinho pré-vestibular popular na vida dos estudantes. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2006.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. As reformas em curso nos sistemas públicos da educação básica: empregabilidade e equidade social. In: **Política e trabalho na escola**: Administração dos sistemas públicos de Educação Básica. OLIVEIRA, Dalila A; ROSAR, Maria de Fátima F. (Org.). 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 69-106.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003

_____. João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes, HEY, Ana Paula, AZEVEDO, Luiz Mario de Neves. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F.; MOROSINI, Marília (Org.). **A educação superior no Brasil – 10 anos após a LDB**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas 'Anísio Teixeira', 2008, p. 71-88.

_____. Modelo de expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>> Acessado em: 10/04/2014.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

DAVIES, Nicholas. **Renúncia Fiscal para IES privadas**: Onde o pau vai comer. Niterói (RJ), 2004. Disponível em: <http://www.adunesp.org.br/reformas/universitaria/Texto%20do%20Prof.%20Nicholas%20Davies%20da%20UFF.htm>. Acesso em: 20/04/2009.

ESTADO DO PARÁ. Informações e dados do Pará, economia, geografia, dados sociais, pontos turísticos e culturais, informações gerais, bandeira, capital, turismo. **Sua Pesquisa.com**. [website; © 2004]. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/estadosbrasil/estado_para.htm> Acesso em: 20/09/2014.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro. 3.a edição, revista, 2001. GLOBO. Disponível em

<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/FAORORaymundoOsDonosdoPoder.pdf> acessado em 10/06/2015.

FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 71-90.

_____ e CIAVATA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82> acessado em 10/06/2015.

GANDINI, Raquel P. C.; RISCAL, Sandra. A. A gestão da educação como setor Público não- Estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila A; ROSAR, Maria de Fátima F. (Org.). **Política e gestão da Educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2001.

_____, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILLI, Pablo (org.). Escola S.A. Brasília, CNTE, 1996.

HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: O Impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança Cultural. 14ª. São Paulo: Loyola, 1992.

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. O Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise no contexto escolar. In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd)**, 32. 2009. Caxambu (MG). **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2009. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT05-5475--Res.pdf>. Acesso em: 06/06/2014.

JURUÁ, Ceci Vieira. A crise se amplia e a soberania regride. **O Rebate**. Macaé, ano I, n.27, 28jul.-4ago. 2006. Disponível em: <<http://www.jornalrebate.com/colunistas2/ceci4.htm>> Acesso em: 29 /05/2014.

KOPNIN, Pavel Vassilyevitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEÃO, Geraldo M. P.. “Novas” estratégias da gestão privada da educação pública. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Marisa R. T. In: (Org). **Política e trabalho na escola**: Administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.115-122.

LEHER, Roberto. **ProUni**: como usar os pobres para socorrer o setor educacional empresarial. [2005?]. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0801.pdf#search>. Acesso em: 10/05/2014.

_____, Kátia Souza. Reforma da Educação Superior do Governo Lula e Educação a Distância: Democratização ou Subordinação das Instituições de Ensino Superior à Ordem do Capital? Disponível em www.uerj.br/anped11. Acesso em: 05/11/2015.

LIMA, Kátia R. de S. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

_____, et al. Estado, Políticas Públicas, Contrarreforma e Acesso à Educação Superior no Governo Lula da Silva. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada>. Acessado em 20/08/2014.

LÖWY, Michael. Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais. In: **Método dialético e teoria política**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.9-34.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Epu, 1986.

MAGNO, Michelle F. **Estado, direito e políticas públicas**: Um estudo sobre a incidência normativa na educação superior a partir da Constituição Federal de 1988. 2008. 213 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

MANCEBO, Deise. “Universidade Para Todos”: a privatização em questão. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Reforma Universitária. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reformauniv.htm> e <http://www.anped.org.br/reformauniversitaria4.doc> Acesso em: 25/11/2009.

MARCONI, Marina D. A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. [1848]. **Manifesto do partido comunista**. 13.ed. **Tradução:** Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. **Organização e introdução:** Marco Aurélio Nogueira. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2005. (Coleção Pensamento Humano).

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Prefácio de Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil - o público e o privado em questão**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: O papel político-ideológico do “Terceiro setor”. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008, p. 27-47.

MORAIS, Fernando Antônio de Andrade. O ProUni e a promoção da inclusão social. Acessado em 5 /07/2015 Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252. Acessado em 10/10/2014

MOROSINI, Marília Oliveira; BITAR, J. F. M. O ensino noturno e a expansão do acesso dos estudantes – trabalhadores a educação superior. In: (Org.). **A educação superior no Brasil – 10 anos após a LDB da expansão a democratização**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Cristiane Pereira de. Programa Universidade Para Todos: A percepção dos estudantes de uma Universidade privada de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Dalila A; ROSAR, Maria de Fátima F. (Org.). **Política e gestão da Educação**. Belo Horizonte Minas Gerais: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, João F. de; MOROSINI, Marília. (Org.). **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB**. 1 ed. Brasília: INEP, 2008, v. 2, p. 329-348. Disponível em: <http://www.gepes.belemvirtual.com.br/.../Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf> Acessado em 10/10/2014

OLIVEIRA, João F.; DOURADO, Luís F.; VELOSO, Thereza Cristina M. A.; *et al.* A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada. **Perspectiva** [revista eletrônica]. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 323-348, julho de 2005. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9760/8989>.

Acesso em: 15/05/2014.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. In: Congresso Ibero-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 1., Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 6., Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, 4., Portugal/ Espanha, Anais... São Paulo: Anpae, 2010. Disponível em: www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/52.pdf acesso em: 26/10/2014.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009 Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reformauniv.htm>> Acesso em: 08/06/2014.

ORSO, Paulino, José. Neoliberalismo: equívocos e conseqüências. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, HISTEDBR, 2007, p. 163-183. (Coleção Educação Contemporânea).

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), 29. 2006. Caxambu (MG). **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Res.pdf> Acesso em: 14/04/2014.

_____. Célia Regina. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifets. Disponível em: <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>. Acessado em 20/12/2014.

PÁDUA, Elizabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.p.31-51.

PERONI, Vera M. Vidal; BAZZO, Vera Lucia; PEGORARO, Ludimar; COSTA, Áurea de PIRES, Valdemir. **Economia da educação**. Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação**: Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. Modernizar sem excluir. In: **Emprego, Trabalho e políticas públicas**. Macambira Júnior e Liana Maria da Frota Carleial/ Organizadores. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

_____. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F.; MOROSINI, Marília (Org.). **A educação superior no Brasil – 10 anos após a LDB**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2008, p. 39-50.

RIZZO, Lupércio, Aparecido. Entre a realidade e a possibilidade: ProUni e a dinâmica inclusão/exclusão. Dissertação de mestrado, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SAKAI, M. H.; CORDONI Jr, Luiz. Os egressos da Medicina da Universidade Estadual de Londrina: sua formação e prática médica. Revista Espaço para Saúde, Londrina, v.6, dez.2004, p.34-47, 2004. Disponível em www.ccs.uel.br/espacoparasaude.acessado em 15/06/2014.

SANTOS, Terezinha Fátima A. M. Conversas sobre a gestão da autonomia financeira como política de descentralização na escola pública. In: GEMAQUE, Rosana M. O; LIMA, Rosângela. (Org.). **Políticas Públicas Educacionais: O governo Lula em questão**. Belém: CEJUP, 2006, p. 76-112.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>> Acesso em: 10/10/2014.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. Pro-Posições vol.20 no.2 Campinas May/Aug. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200013.acessado em 05/04/2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós- graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (orgs). **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2012, 3ª Ed.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 26, n 90, p.191-222, Janeiro de 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a09v2690.pdf> Acesso em: dez. 2009.

_____, Valdemar. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? **UNIMAP**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1111t.PDF>>. Acesso em: 10/03/2014.

SILVA JR, João dos Reis. Os limites políticos da democracia na educação superior brasileira delineados por intelectuais da academia. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 461-482, set. 2007.

SILVA, Camila C. Banco Mundial em foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Rápida na América Latina: In: HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: O Impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2008. <http://www.olhoscriticos.com.br/site1/arquivos-online/texto-banco-mundial-em-foco.pdf>. Acessado em 06/03/2014.

SILVA, Camilla Croso, AZZI, Diego; BOCK, Renato (Orgs). Banco Mundial em foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na da América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: O Impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa, 2008. http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/bancomundial.pdf. Acessado 06/07/2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao povo brasileiro. São Paulo, 22 de junho de 2002. Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf. Acessado em 30/07/2013.

SMITH, Adam. A Receita do Soberano ou do Estado. In: **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, V.II, Livro Quinto, Cap. I, p. 149-239.

UNAMA. Plano de desenvolvimento Institucional (PDI 2011-2015). Reitoria, 2010. disponível em: www.unama.br/institucional/mantida/reitoria/pdi. Acessado em 30/09/2012.

VALENTE, Ivan. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. (Legislação brasileira, 20. Série A)

VALENTE, Ivan; HELENE, Otaviano. O ProUni e os muitos enganos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 dez. 2004, Tendências/Debates.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. **PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, p.96-107, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n80/12926.pdf>. Acesso em: 15/04/2014.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Espaço público e educação. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta, Haddad, Sergio (Orgs.). **O cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: Reformas em debate**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 32 05/08/ 2006.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Educação à distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 935-954, out. 2006.

DOCUMENTOS JURÍDICOS E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. [Constituição, 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1998. 33.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004. – (Coleção Saraiva de legislação) .

_____. **Informativo**. Brasília, Ano 4, n. 126, 03 fev. 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/informativo/informativo126>. Acesso em: 25/02 2008.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP). Portaria nº 06, de 02 de fevereiro de 2005. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/Enem/2005/Portaria_Enem_2005.pdf. Acesso em 20/12/ 2009.

_____. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. [Revogado pelo Decreto nº 3.860/2001].

_____. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/decreto/d5800.htm. Acessado em 20 /09/2012.

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/decreto/d5800.htm. Acessado em 20 /09/2012.

_____. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acessado em 20 /09/2012.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7234.htm.

Acessado em 04/02/2013.

_____. Exposição de Motivos Interministerial n.26 e Projeto de Lei- Minuta de projeto de Lei, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI). (Tarso Fernando Herz Genro- Ministro de Estado da Educação e Antônio Palocci Filho-Ministro de Estado da Fazenda). Brasília, DF, 04/28/2004.

_____. Lei nº 10.260, de 12/07/01 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil_legislacao.asp. Acessado em 06/05/2008.

_____. Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004 [Parcerias público-privadas]. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31.12.2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. [Mensagem de Veto nº 9]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm. acessado em 05/08/2008.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. [Conversão da MPV nº 213, de 2004]. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 14.1.2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm Acesso em: 07 ago. 2014.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível também em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. acessado em 06/07/2014.

_____. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

_____. Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007. Disponível também em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. acessado em 06/07/2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível também em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. acessado em 06/07/2014.

_____. Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11552.htm. Acessado em 06/07/2008.

_____. Medida Provisória nº 213, 10 set. 2004. Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni - regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 out. 2004. Disponível em: www.presidencia.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm. Acesso em: abril de 2014.

_____. Portaria Nº 301, de 30 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade Para Todos - ProUni. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, ed. 22, 31 jan. 2006. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=40&Itemid=122. Acessado em 08/08/2009.

_____. Portaria normativa nº 2, de 31 de março de 2008. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Disponível em: http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_2_compilada.pdf. Acessado em 06/07/2008.

_____. Portaria nº 381, de 29 de março de 2010. Institui o Módulo Internacional no âmbito do Programa Universidade para Todos - PROUNI e dispõe sobre o procedimento de adesão de instituições educacionais estrangeiras ao Programa. Disponível também em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. acessado em 06/07/2014.

_____. Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível também em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. acessado em 06/07/2014.

_____. Portaria Nº 569, de 23 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a concessão da Bolsa Permanência aos beneficiários matriculados em cursos integrais do ProUni. Disponível também em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em 06/07/2014.

_____. Portaria normativa nº 21, de 26 de dezembro de 2014. Altera dispositivos das Portarias Normativas MEC nº 2, de 31 de agosto de 2008; nº 1, de 22 de janeiro de 2010; nº 10, de 30 de abril de 2010; nº 15, de 8 de julho de 2011; nº 23, de 10 de novembro de 2011; nº 25, de 22 de dezembro de 2011; nº 16, de 4 de setembro de 2012; nº 19, de 31 de outubro de 2012; e nº 28, de 28 de dezembro de 2012, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/6188-portaria-normativa-n%C2%BA21,-de-26-de-dezembro-2014>. Acessado em 06/07/2015.

_____. Portaria normativa nº 23, 20 de novembro de 2013. Altera dispositivos das Portarias. Normativas MEC nº 2, de 31 de março de 2008, nº 10, de 30 de nº 15, de 8 de julho de 2011, nº 25, de 22 de dezembro de 2011, e nº 19, de 31 de outubro de 2012, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

_____. Portaria Ministerial nº 1518 de 28 de outubro de 1993 transformou a UNESPA em Universidade da Amazônia – UNAMA. Disponível em: www.unama.br/novportal/ensino/graduacao/.../index.php?. Acessado em 20/01/2010.

_____. Projeto de Lei nº 7.200/2006. E.M.I N° 015 /MEC/MF/MP/MCT, de 10 de abril de 2006. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2006/msg449-060608.htm Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório nº 013.493/2008-4**. Auditoria operacional/Secretaria de Educação Superior-SESU/MEC e Caixa Econômica Federal – CEF. Brasília: TCU, 2008.

_____. Ministério da Educação. PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013 FIES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14949&option=com_content&via. Acessado em 20/03/2015.

_____. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF, nov. 1995**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm> Acesso em: 02 maio 2014.

REVISTA PROUNI. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 05/06/2009.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL - GTI. **Educação à Distância**. Disponível em: <<http://www.ipae.com.br/pub/pt/re/rbead/66/materia3.htm>>. Acesso em: 18/12/ 2012.

IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014, Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

PARÁ (Governo do Estado do). PIB do Pará revela os municípios com maior renda per capita. **Agência Pará de Notícias**. Belém, 16 dez. 2008. www.jusbrasil.com.br/pib-do-para-revela-os-municipios-com-maior-renda-per-capita Acesso em: 10/03/ 2014.

ANEXO 1

TABELA 9- EVOLUÇÃO DE BOLSAS OFERTADAS PELO PROUNI NO BRASIL 2005-2014

UF	Ano										TOTAL
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Acre	111	388	583	616	687	623	949	973	1.067	907	6.904
Alagoas	414	467	589	747	1.318	1.274	1.047	1.421	2.033	2.118	11.428
Amazonas	1.589	1.757	1.847	2.832	3.653	4.193	4.868	4.322	4.255	3.784	33.100
Amapá	502	454	252	466	637	418	604	795	723	1.344	6.195
Bahia	9.807	7.555	12.411	17.273	11.968	13.194	9.541	12.099	11.130	14.196	119.174
Ceará	2.302	1.847	1.928	2.253	2.481	2.902	3.228	4.930	5.226	6.449	33.546
Distrito Federal	2.365	4.055	4.858	6.566	5.789	6.019	6.305	8.979	8.474	14.333	67.743
Espírito Santo	2.241	2.220	2.563	5.001	3.892	3.562	4.152	4.308	4.305	4.786	37.030
Goiás	3.463	3.901	5.142	7.743	7.985	7.935	9.044	11.418	8.449	9.533	74.613
Maranhão	853	1.122	2.421	2.652	3.357	3.675	4.360	5.802	4.768	4.628	33.638
Minas Gerais	12.023	16.850	19.961	26.060	27.553	26.393	27.792	31.158	30.520	31.417	249.727
Mato Grosso do sul	1.731	2.264	1.807	2.578	4.869	4.611	3.705	5.522	5.155	3.606	35.848
Mato Grosso	1.775	3.260	3.338	2.948	3.830	4.763	5.211	4.777	4.029	5.251	39.182
Pará	1.975	2.291	1.818	2.805	4.031	3.869	4.199	4.697	4.201	5.510	35.396
Paraíba	629	736	1.039	1.836	1.898	1.724	2.071	2.819	2.621	3.663	19.036
Pernambuco	1.733	2.130	2.117	3.562	4.215	3.595	4.270	5.455	5.944	7.009	40.030
Piauí	707	834	1.208	1.259	1.501	1.697	1.694	2.064	1.772	2.211	14.947
Paraná	9.483	15.481	20.575	22.493	23.717	19.841	21.313	27.956	19.222	24.737	204.818
Rio de Janeiro	9.449	13.239	10.053	12.237	12.423	11.163	12.986	15.399	13.759	15.925	126.633
Rio Grande do Norte	1.531	3.098	2.070	5.296	3.167	3.295	3.867	3.183	2.803	2.530	30.840
Rondônia	948	975	1.254	2.139	1.898	1.795	2.413	2.933	2.312	2.623	19.290
Roraima	192	713	471	428	471	366	465	392	451	493	4.442
Rio Grande do Sul	8.138	11.366	10.038	10.035	14.198	16.328	19.768	17.438	14.915	20.595	142.819
Santa Catarina	1.900	3.496	5.470	6.875	10.415	9.305	9.620	11.557	10.738	17.526	86.902
Sergipe	306	751	1.251	3.978	6.252	2.199	2.560	2.142	2.015	1.927	23.381
São Paulo	35.652	36.775	48.058	73.541	84.442	84.817	87.568	90.362	79.829	97.776	718.820
Tocantins	456	643	732	786	996	885	998	1.721	1.658	1.849	10.724
Total Geral	112.275	138.668	163.854	225.005	247.643	240.441	254.598	284.622	252.374	306.726	2.226.206

Fonte: Elaboração própria, com os dados do SISPROUNI (2014)

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Meu nome é Sônia Andréa Pimentel Rodrigues Ferreira, sou formada desde 2003 em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, atualmente trabalho em uma escola pública de Ensino Fundamental e Médio como Coordenadora Pedagógica, concomitante ao exercício da docência na Universidade Aberta do Brasil (UAB) na disciplina Política Educacional.

Nesse momento realizo meus estudos de Mestrado na UFPA, na Linha de Políticas Educacionais, sob orientação da professora Dr^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira. A pesquisa tem hoje o título “Política Pública de Acesso ao Ensino Superior: a implantação do ProUni na Universidade da Amazônia na visão dos Egressos” e tem como escopo a conclusão dos estudos que culminará com a obtenção do título de mestre na referida linha de pesquisa.

O objetivo central é analisar as repercussões na vida profissional dos egressos do Programa Universidade Para Todos, na instituição Universidade da Amazônia (UNAMA), para verificar o processo de acesso e permanência da população Paraense ao Ensino Superior. Refletir sobre a avaliação proferida pelos sujeitos atendidos por uma política pública, perceber as contribuições da política para a conclusão de seus estudos em nível superior, é a consequência maior desta investigação acadêmica.

Para viabilizar a pesquisa fizemos a opção pela aplicação do questionário, visto que, esta técnica permite abranger um quantitativo considerável de informações no momento da coleta de dados junto aos egressos dessa política pública. A partir dos dados coletados na própria Instituição foi possível definir os cursos de Direito, Comunicação Social, Psicologia Fisioterapia, Enfermagem e Engenharia, pois são os cursos de maior demanda de bolsistas. No histórico do Programa a concentração de bolsas obedece à sequência de cursos elencados acima receptivamente. Além disso, os bolsistas parciais (50%) do ProUni são contemplados pelo FIES, o que potencializou nossa investigação em relação ao acesso e permanência.

Sendo assim, os questionários serão enviados via email, na impossibilidade desta, serão entregues via correio para o endereço dos pesquisados. Ressaltamos que a identidade dos sujeitos não será revelada, resguardando os mesmos, por uma questão de ética, pois o que nos interessa é a visão dos egressos sobre o ProUni.

Logo, desejamos contar com sua enorme colaboração em nossa pesquisa, o que nos possibilitará conhecer o Programa, seus pontos positivos e negativos, sobretudo, como tal política repercutiu na vida acadêmica, social e profissional destes sujeitos.

Sua participação é de fundamental importância para o sucesso desta pesquisa, para o aprofundamento de estudos pretendidos e para que possamos concluir com êxito nossos estudos de Mestrado.

Contando com sua ajuda e participação, colocamo-nos a sua inteira disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Grata.

Sônia Andréa Pimentel Rodrigues Ferreira

Assinatura

Email: sôniafer.pimentel@gmail.com

Telefones para contatos: 988195510/980900963

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SÓCIOECONÔMICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

DATA: ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004 pela lei 11.096 de 2005, tendo como objetivo a concessão de bolsas de estudos para o ingresso de jovens de baixa renda no Ensino superior. Pretendemos, com este trabalho, analisar a implantação do ProUni na instituição Universidade da Amazônia de Ensino Superior privado na cidade de Belém do Pará, no período de 2006 a 2014, tendo como eixo de análise: o acesso, permanência, visão dos egressos do programa, no tocante a sua efetividade quanto política pública na vida profissional e social dos bolsistas.

Acreditamos que a melhor forma de conhecer a política e atingir nossos objetivos é saber a opinião dos beneficiários egressos do ProUni.

Título da dissertação: A Política Pública de acesso ao Ensino Superior: A repercussão do ProUni na visão dos egressos do programa na Unama²⁷.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

OBS: Leia com atenção e marque uma ou mais alternativas para cada questão de acordo com a instrução e somente as quais se referirem a sua situação:

I. Informações Pessoais e Familiares

01. Endereço:			Nº
Complemento:	Bairro:	Cep:	Cidade/Estado:
E-mail:		Tel:	Cel:
02. Sexo: Masculino () Feminino ()	03. Data de nascimento: _____	04. Naturalidade (Cidade, Estado, País): _____	
05. Dentre as opções abaixo, segundo a classificação do IBGE, com a qual você mais se identifica quanto à cor de sua pele/raça?			

²⁷ No início da pesquisa este era o título Inicial, contudo no decorrer da pesquisa diante de novas informações redefinimos para o qual mantem-se vigente, ou seja, As repercussões do ProUni na vida dos egressos da Unama.

01. () Branco 02. () Pardo 03. () Preto 04. () Amarelo 05. () Indígena
<p>06. Você tem alguma deficiência?</p> <p>01. Sim () 02. Não ()</p> <p>a) Qual ou quais ? _____</p>
<p>07. Estado civil:</p> <p>01. () Solteiro/a 02. () Casado/a 03. () Viúvo/a 04. () Separado/a - divorciado/a</p> <p>05. () União estável (vivem juntos) 06. () Outra situação. Qual? _____</p>
<p>08. Quantos filhos você tem?</p> <p>01. Sim () 02. Não ()</p> <p>a) Quantos? _____</p>
<p>09. Seus filhos moram com você?</p> <p>01. () Sim 02. () Não</p>
<p>10. Quantas pessoas moram com você, considerando os filhos, se for o caso?</p> <p>01. () uma 02. () duas 03. () três 04. () quatro 05. () cinco 06. () mais de cinco</p>
<p>11. Qual transporte você utilizava para ir à universidade?</p> <p>01. () Ônibus 02. () Bicicleta 03. () carro próprio 04. () caminhando 05. () Se mesclava o transporte 06. () Utiliza o transporte do trabalho Quais ? _____</p>
<p>12. A casa que reside é:</p> <p>01. () própria 02. () alugada 03. () cedida 04. () mora com os pais</p> <p>05. () outra situação. Qual? _____</p>
<p>13. Quantas e quais pessoas de sua família de origem (pais, irmão/as) concluíram o superior?</p> <p>() uma pessoa pai () um irmão () família inteira</p> <p>() um pessoa mãe () dois irmãos</p> <p>() duas pessoas pai e mãe () todos irmãos</p>

<p>14- Quantas pessoas da sua família (pais, irmão/as) e ou parentes (primo tio/a, sobrinho/a) foram selecionadas para receber a bolsa do programa? () uma pessoa</p> <p>() duas pessoas () família inteira</p> <p>() três pessoas () nem um componente da família</p>
<p>II. Formação Escolar e superior</p>
<p>15. Em que rede de ensino você cursou a maior parte do Ensino fundamental e médio?</p> <p>01. () Pública 02. () Privada</p> <p>Qual escola? _____</p>
<p>16. As tentativas para o ingresso no Ensino Superior foi em qual instituição?</p> <p>01. Pública () 02. Privada () 03. Pública e Privada ()</p>
<p>17. Qual curso você ingressou na Universidade? Com bolsa Integral ou parcial?</p> <p>_____</p>
<p>18. Em sua opinião, existiu alguma dificuldade para sua permanência na instituição?</p> <p>01. Sim () 02. Não ()</p> <p>Quais? _____</p>
<p>19. Tendo cinco alternativas de instituição a Unama foi sua primeira opção?</p> <p>01. Sim () 02. Não ()</p>
<p>20. Por que você escolheu a Unama?</p> <p>_____</p>
<p>21. Quais as principais dificuldades acadêmicas que enfrentou durante o curso? Em caso positivo indique-as.</p> <p>_____</p>
<p>22. Quais as dificuldades financeiras enfrentadas por você durante o curso? Em caso positivo, indique-as.</p> <p>_____</p>
<p>23. Você contratou o FIES?</p> <p>01. Sim () 02. Não ()</p>
<p>24. Você foi contemplado por algum benefício da UNAMA?</p>

01. Sim () 02. Não ()
a) Qual _____
25. Você foi convocado na primeira chamada do ProUni?
01. Sim () 02. Não ()
26. No período que você cursou o ensino superior, suas despesas foram financiadas?
01. () Pelos pais 02. () Pelo/a cônjuge 03. () Pelos avós
04. () Por outras pessoas 05. () Recebe pensão 06. () Recebe algum tipo de auxílio governamental
a) Outro. Qual? _____
27. Ano de ingresso no ensino superior: _____
28. O que o motivou você a escolher o curso que estudou?
01. () Influência dos pais 02. () Sonho profissional 03. () Questão salarial 04. () Oportunidade que surgiu com a nota do Enem 5. () Todas as alternativas
III Atuação Profissional
29. Você trabalha? Onde?
01. Sim () 02. Não ()
Qual local? _____
30. Qual sua faixa salarial bruta?
01- Um salário mínimo ()
02- Dois salários mínimos ()
03- Três salários mínimos ()
04- Acima das citadas ()
Qual valor salario você recebe? _____
31. Quanto tempo, depois de concluído o ensino superior, você conseguiu ingressar no mercado de trabalho?
01. () Menos de 01 ano 02. () de 01 a 02 anos 03. () de 03 a 04 anos
04. () mais de quatro anos 05. () Não trabalho
32. Onde você trabalha?
01. () Escola 02. () Hospital 03. () Empresa 04. () Aulas particulares

05. () ONG's/ Entidades filantrópicas	06. () Órgãos da administração pública
07. () Outro: _____	
33. Identifique os pontos positivos e negativos em relação ao ProUni.	
01. Positivos: _____ _____	
02. Negativos: _____ _____	
34. Como o Programa influenciou em sua vida profissional? _____ _____	
35. Como o Programa influenciou em sua vida social? _____ _____	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO EM EDUCAÇÃO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Belém, 03 de junho de 2014

A: Magnífica Reitora Ana Célia Bahia Silva

A coordenação do Programa Universidade para Todos-ProUni

Assunto: Levantamento de dados sobre os Egressos do programa ProUni no período de 2005 -2013

Vimos por meio deste, solicitar á V.Sa. autorização para que a aluna do Mestrado em Educação do ICED, Sônia Andrea Pimentel Rodrigues Ferreira Rg 2691005, sob minha orientação, possa coletar dados para sua pesquisa intitulada A política pública de acesso Ao Ensino Superior: Uma análise do programa Universidade para Todos (ProUni) na Unama na visão dos Egressos .Que culminará com a dissertação de mestrado.

Para realização da pesquisa, solicitamos a V. Sª. que nos forneça os seguintes dados referentes ao programa;

- a) Número de bolsas ofertadas e ocupadas por curso e turno 2005 -2013;
- b) Quantitativo de bolsas integrais e parciais por curso e turno 2005 -2013;
- c) Quantidade de alunos participantes no Fies e Prouni no período 2005 -2013;
- d) Número de alunos evadidos 2005 -2013;
- e) Dados de identificação que contemple endereço, email e telefone. Tais dados são fundamentais para que seja trabalhado com aplicação de questionário e entrevista com os Egressos que tenham passado pela política do ProUni.

Desde já, agradecemos pela colaboração na construção deste estudo que deve contribuir para a produção de um estudo sobre uma política pública de acesso ao Ensino Superior desenvolvida nesta Instituição, que tem fundamental relevância acadêmica e social no Estado do Pará.

Atenciosamente, Prof.ª Dr.ª Ney Cristina Monteiro de Souza
Email: neyemo@ufpa.br
Fone: 91251089

Recebi em 03.06.14
Dattus Santos

